

A Classe Operária

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL



ANO 65 — VI FASE — Nº 33 — DE 7 A 20 DE DEZEMBRO DE 1989

NCz\$ 5,00

A chance de derrotar a direita

O povo brasileiro vive nestes dias um desafio histórico: usar a arma do voto para derrotar a direita na eleição presidencial. Na página 5, o presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, analisa o quadro eleitoral no segundo turno. Leia também nesta edição comentários sobre o debate e a propaganda na televisão, além de informações sobre os êxitos da Frente Brasil Popular e do Movimento Lula Presidente.



JAYME
LEÃO
JARDIM



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas
Editor: José Reinaldo Carvalho
Redação: Antonio Martins, Carlos Pompe, Umberto Martins e Irasson Cordeiro Lopes
Diagramação e Arte: José Luís Munuera Reyes

Fotografia: Agência Foton

Arquivo: Rosane Montiel

Administração e Assinaturas: Cláudia de Medeiros e Dalva Silva

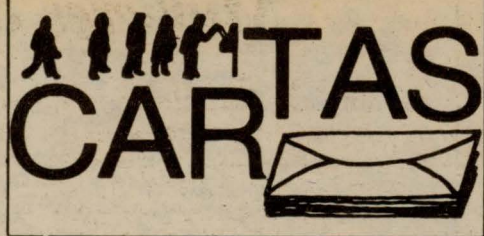
Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — CEP 01318 — São Paulo/SP.

Telefone: (011) 36-7531

Telex: 11-32133

Nas capitais: ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone: (068) 224-7329, Rio Branco; ALAGOAS — Ladeira do Brito, 72 — fones: (082) 221-4634 e 221-4728, Maceió; AMAPA — Av. Mendonça Furtado, 762, CEP 68900, fone: (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS — Rua Itamaracá, 124, CEP 69007, fone: (092) 233-7717, Manaus; BAHIA — Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone: (071) 241-6522, Salvador; CEARÁ — Rua São Paulo, 1.037, CEP 60000, fone: (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL — HIGS — 704, Bloco G, Casa 67, CEP 70302, fone: (061) 225-8202, Brasília; ESPÍRITO SANTO — Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone: (027) 222-8162, Vitória; GOÍAS — R. Parnaíba, 355, CEP 74000, fone: (062) 223-5571, Goiânia; MARANHÃO — Rua Osvaldo Cruz, 921, CEP 65000, São Luiz; MATO GROSSO — Rua Comandante Costa, 548, fundos, CEP 78030, fone: (065) 321-5095, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL — Rua Rui Barbosa, 2.500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS — Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone: (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARA — Rua Manoel Barata, 993, CEP 66800, fone: (091) 223-8911, Belém; PARAÍBA — R. Almeida Barreto, 273, tel. (083) 222-4413, CEP 58020, João Pessoa; PARANÁ — Rua Dr. Pedrosa, 249, CEP 80420, fone: (041) 222-9120, Curitiba; PERNAMBUCO — Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone: (081) 222-3418, Recife; PIAUÍ — Rua Desemb. Freitas, 1.216, CEP 64020, fone: (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO — Rua 13 de Maio, 33, 16º andar, sala 1608, CEP 20031, fone: (021) 252-9935, Rio de Janeiro; RIO GRANDE DO NORTE — Rua Prof. Zuzza, 99, CEP 59020, fone: (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL — Rua Santo Antônio, 254, CEP 90220, fone: (0512) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA — Rua José Bonifácio, 787 fundos, CEP 78900, Porto Velho; RORAIMA — Rua Major Willians, 434 - CEP 69300, Boa Vista; SANTA CATARINA — Rua Julio Moura, 34, CEP 88010, fone: (0482) 22-1927, Florianópolis, SERGIPE — Rua do Lagarto, 807, CEP 49015, Aracaju;

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, past-up, fotolito e impressão: Cia. Editora Jorúes. Fone: 815-4999 — São Paulo.



Paulo Francis, ridículo e desinformado

Na edição do dia 23 de novembro, o jornal "Folha de S. Paulo" publicou no caderno conhecido como "Folha Ilustrada" matéria do jornalista Paulo Francis, correspondente em Nova York, intitulada "A Grande Tonteira". A mesma matéria foi publicada pelo "Jornal de Brasília" sob o título "Agora livrai-nos da Albânia". Na matéria, o correspondente global da "Folha" esmera-se nos ataques mais grosseiros a Lula, que chama de "uma besta quadrada".

Paulo Francis realmente é a cara da "Folha": um intelectualóide ridículo metido a esquerda (ex-trotsquista), mas que está a serviço dos grandes grupos que sempre oprimiram o povo brasileiro. Na verdade, seus artigos não trazem nenhuma informação. Só faz mesmo ditar regras sobre tudo e sobre todos. Ele não é a pessoa mais indicada para falar do Brasil e confessa isso: "Há tanto tempo fora do Brasil, não posso saber do que se passa onde canta".

Elitista, megalômano e imbecil, Paulo Francis vê o Brasil assim: tem lugares que contam e outros que não contam. Eis algumas de suas afirmações: "Mas Lula arruinaria o país, nos transformaria em sudão, numa grande bosta", "meus amigos sapientes que preferem que ele (Collor) ganhe de Lula", "todos os meus amigos (os sapientes) dizem que o país acabou, que não dá mais pé" "o normal na história brasileira seria que Lula fosse eleito, não darem posse, e se dessem posse, não deixá-lo governar", "cálculo de orlhada que haja uns 100 mil (militares reformados à frente de estatais) nessa situação", "Lula, que presidirá sobre uma Weimar cabocla, em que um caminhão de dinheiro comprará um maço de Oliú com filtro" e "ganhe ou perca, ele (Lula) é uma desgraça pois, na oposição, impedirá qualquer medida saneadora da economia".

O ridículo Paulo Francis, entretanto, mostra suas verdadeiras intenções e a quem está servindo. "O Brasil precisa reduzir a pó de traque essa máquina estatal falida. Mas que consome 90% do arrecadado", "e Lula quer o Estado em tudo,

com a Petrobrás falida, Volta Redonda perdendo US\$ 1 milhão por dia, o déficit do Banco do Brasil no último semestre foi de US\$ 1 bilhão". Ela revela que realmente, como confessou, não "sabe do que se passa". A Petrobrás tem sim problemas de caixa, mas porque vende sua nafta a preço de banana para a indústria química. Volta Redonda tem déficit sim, porque vende sua folha-de-Flandres para indústria automobilística a preço de casca de banana. E o Banco do Brasil não apresentou prejuízo, mas teve um lucro pequeno em comparação ao dos anos anteriores. Isso aconteceu porque, dentre outros fatores, o governo perdoou dívidas dos grandes produtores rurais. Ou seja, as estatais dão prejuízo quando estão colocadas a serviço dos grandes grupos privados, em detrimento do desenvolvimento e do bem-estar do povo brasileiro.

Outra confissão da falta de informação e da posição facciosa do hipócrita jornalista: "Lula, leio, se compara a Salvador Allende em 1973". Lula não se comparou a Salvador Allende, pelos menos no sentido que o senhor Francis afirma. Lula disse que estavam tentando fazer dele um Allende, ao tentarem isolá-lo dos setores médios da sociedade com o mesmo tipo de terrorismo que o jornalista americano Paulo Francis reforça em seu panfleto contra Lula.

A máscara, entretanto, cai de vez em quando. Ele diz: "trabalhador é massa de manobra, os comandados não decidem por si, são comandados". O medo que Paulo Francis tem de Lula fica claro quando diz que "Lula se assemelha ao eleitor médio", repetindo a revista "Veja".

Esse tal de Paulo Francis é uma vergonha para o Brasil. Quando a ditadura optou, ele fez uma opção: pular fora. Foi para a pátria dos patrocinadores do golpe. Ele fez sua opção de cidadania. Por que não se reduzir à sua insignificância, idiotice, babaquice e boçalidade e deixar o Brasil em paz? Por mais que ele e outros de sua laia esperneiem, Lula vai derrotar o almofadinha das classes dominantes. Eleito, Lula vai atacar o monopólio dos meios de comunicação e ameaçar o salário milionário que ele recebe para falar aborinhas na TV Globo. (Mário Simões, correspondente da Classe em Brasília, DF)

Denúncia de corrupção no interior de Minas

Vimos por intermédio do A Classe Operária denunciar a desastrosa administração do prefeito de Fronteira dos Vales MG, Rosinê Oliveira, do PDC, que tem o

apoio do governador Newton Cardoso.

A venda desmotivada de todos os veículos e maquinário pesado da prefeitura indicam abuso de poder e corrupção. Soma-se a isso, é fato que a verba liberada à cidade para construção de 40 casas populares não teve esse fim, já que nenhuma casa foi construída. Além disso, sabe-se que até o ano passado, de modesto bancário o atual prefeito passou à grande fazendeiro, dono de um considerável rebanho bovino.

A área de Educação também foi muito prejudicada em nossa cidade. Em 1988, cerca de 30 crianças deixaram de se matricular na primeira etapa do ciclo básico. Isso aconteceu porque o então prefeito, sogro de Rosinê e, como ele, um dos "coronéis" da região, simplesmente não aplicou a verba prevista para a construção de duas salas de aula, preferindo usar o dinheiro na campanha para eleger seu genro.

Neste ano, a população aproveitou a votação do 1º turno das eleições presidenciais para demonstrar sua insatisfação com a mão-de-ferro que governa Fronteira dos Vales e enferrujou a máquina administrativa. Receberam com grande entusiasmo nossa iniciativa de criar o PCdoB aqui e, ao mesmo tempo propagandear a campanha de Lula e da Frente Brasil Popular.

O povo votou massivamente em Lula — cerca de 800 votos — enquanto o candidato dos ricos e dos coronéis, Collor de Mello, obteve apenas cerca de 300 votos, saindo melado e desmoralizado das urnas. Foi um claro sinal de que a população que vive entre os vales do Mucuri e do Jequitinhonha também quer mudanças profundas na vida do país e que já não se presta a ser "rolinhas" de coronéis — espécie em extinção de homens atrasados e de idéias atrasadas — que teimam em manter seus privilégios e a miséria do povo. (Miguel Canguçu Alves e Roberto Ferreira Silva do PCdoB de Fronteira dos Vales-MG)

Mais homenagens à Aguinaldo e Alberto

A Classe continua recebendo mensagens de pesar pela morte de seus fotógrafos Aguinaldo Zordenoni e Alberto Willian. Entre outros pronunciaram-se o presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro e os líderes da bancada do PCdoB na Câmara Municipal de S. Paulo e da bancada do PT na Assembléia Legislativa paulista. Recebemos ainda a seguinte homenagem, escrita em versos pelo operário Geraldo Hailton, da Mafersa:

Agora tenho sua alma, senhor,
 Veja você aqui no papel
 O índio tornou-se superior
 E a fotografia já entrou no bordel
 Profissão que exige ciência
 Ciência que não fica na neutralidade
 do seu uso com sapiência
 Bole no ego da humanidade
 Hoje é muito importante a arte
 Fotografia tem seus truques e malícias
 na estória da luta vou ver-te
 Apreciando e saboreando as delícias
 Click, Flash, clarão, reflexo e pronto
 Esta saíndo a história gravada
 Mesmo com você morto
 Deixaste prá trás a retaguarda
 Brilhas com flash da câmara
 Reluzes tal qual a linha ideal
 de um assunto tão sério
 no último ato teatral
 Você parte prá sempre, Aguinaldo!
 Porque vais embora? É fria!
 Aprendi a admirá-lo, soldado!
 Entre outras a tua fotografia.

Assine já o seu jornal "A CLASSE OPERÁRIA"
 UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome.....
 Endereço.....
 CEP.....Cidade.....Estado.....
 Profissão.....

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO:

Assinatura trimestral: NCz\$ 30,00

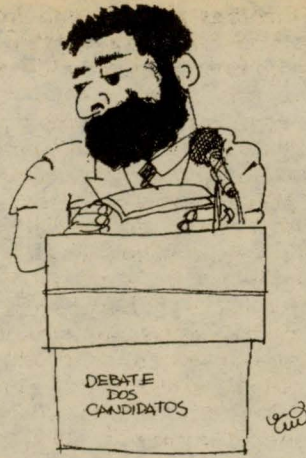
Assinatura semestral: NCz\$ 60,00

Preencha hoje mesmo este talão e envie cheque nominal.

Editora Anita Garibaldi Ltda.

Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 São Paulo/SP

CDM
 Centro de Documentação e Memória
 Fundação Maurício Grabois



EDITORIAL

Nunca mais ridículos tiranos

Durante cem anos de República as elites brasileiras monopolizaram o poder político através de pigmeus, fantoches, títeres, paus-mandados, fardados e paisanos, que um cantor popular da Bahia viria a chamar de *ridículos tiranos*. Nos tempos mais recentes o governo foi entregue a generais de quatro estrelas que conduziram a coisa pública como "coisa nossa", venderam por trinta dinheiros a nação ao capital estrangeiro e reduziram a pó as normas do sistema democrático. O último presidente eleito por via indireta, este que ainda aí está, abúlico e desmoralizado, transformou a Presidência no exercício de "podres poderes", confundindo o país com a Ilha de Curupu.

O povo conquistou o direito de eleger o presidente da República com suas memoráveis lutas e campanhas democráticas. E não o fez como quem recupera um direito formal. Democratas e patriotas enfrentaram nas ruas a ditadura e clamaram pela liberdade para afinal alcançar, ainda que tardiamente, possibilidades de levar o Brasil a ingressar na senda do progresso, da soberania e da justiça social. E transformar, pelo advento de um novo regime, o país numa sólida fortaleza da democracia.

Mas eis que paira nova ameaça de retrocesso, com o risco da eleição de um representante da mesma direita que governa o país há décadas. É mister desfazer as ilusões, derrubar o mito, desmascarar a farsa. Collor de Mello é um tiranete. Ele representa o continuísmo, compreendida aí a noção de que pretende perpetuar o mesmo esquema de forças que dominam o poder político do país. Pouco importa que faça oposição a Sarney e vez por outra lance algumas bravatas contra os poderosos de plantão. Há em tudo isso muito de encenação, de briga de facções oligárquicas e de jogada eleitoral. Na essência, porém, o boneco da Globo no poder significaria represália às lutas populares e democráticas. Cercado pelos grandes monopólios da indústria e do latifúndio exportador, abençoado pelo dono da maior rede de comunicações do país, um bilhardo sanguessuga

do povo, Collor de Mello se propõe a continuar tocando o modelo de desenvolvimento capitalista-dependente. A aura de modernidade sob a qual se encobre o seu programa econômico mal dissimula o intento de manter o Brasil jungido à canga do imperialismo e de suas instituições financeiras como FMI e similares. Criado no regime militar e formado nos esquemas políticos espúrios, pretende pôr em prática sua vocação de ditador contando com o auxílio de fisiológicos e corruptos.

Diante de tal ameaça à nação, é inconcebível a atitude de indiferença que alguns setores tidos como esclarecidos do centro e do centro-esquerda adotam em relação à candidatura Lula. Como é inadmissível a tese de que Collor "também pertence ao campo democrático". Trata-se de tacaño analfabetismo político, seja intencional ou por ignorância mesmo. As forças democráticas e patrióticas do país não podem ficar impassíveis diante de tamanha ameaça. A eleição de Collor significaria o agravamento da situação nacional e comprometeria todas as conquistas democráticas que o povo brasileiro alcançou a duras penas.

O engajamento na campanha de Lula por parte de todas as forças democráticas e progressistas se justifica ainda mais pelo próprio caráter da candidatura da Frente Brasil Popular. É tão nítida a demarcação de campos entre conservadorismo (Collor) e avanço (Lula), que não cabem dúvidas de que se o metalúrgico for eleito o Brasil abrirá caminho para promover efetivas mudanças.

Não é demais reiterar. O povo brasileiro está vivendo durante estes dias um verdadeiro desafio histórico. Ele tem diante de si a rara oportunidade de provar que amadureceu, que está em condições de mandar em seu próprio destino, de viver no regime que escolher, em ambiente de autêntica liberdade, removendo as chagas que há tanto tempo infelicitam a nação. Nunca mais **ridículos tiranos!** Pela liberdade e pelo futuro progressista da pátria o povo aceitará o desafio e votará Lula no segundo turno.

Mulheres com Lula

Ana Maria Rocha*

Marchamos para o embate do 2º turno das eleições presidenciais. A possibilidade de Lula, candidato das esquerdas, chegar à Presidência da República, coloca em polvorosa as forças do atraso, que tentam ressuscitar velhos fantasmas. Como em 64, essas forças recorrem às mulheres de direita, como porta-bandeiras do anticomunismo, de defesa da família e da propriedade.

O trunfo utilizado pelos militares em 64 agora é empunhado pelos grandes empresários, que colocam suas esposas ora no combate aos padres que se posicionaram a favor da candidatura Lula, ora articulando reuniões de mulheres de elite, formando brigadas de apoio a seu candidato e de combate ao comunismo.

Os empresários devem levar em conta que desta vez o tiro sairá pela culatra. Na verdade, essa articulação das mulheres de direita está servindo de alerta e levando as mulheres progressistas ainda indecisas a se posicionarem por Lula.

A experiência negativa da ditadura militar ainda está muito viva na memória do povo. E a trajetória de luta das mulheres progressistas contra o regime militar, pela anistia, por eleições diretas, pela igualdade jurídica, social e política entre mulheres e homens, deu-lhes um novo patamar de consciência. Mas é preciso que neste momento decisivo para os destinos progressistas da nação essa consciência se

manifeste em ações concretas, mobilizando mais e mais mulheres em torno da candidatura Lula.

Em vários estados, as mulheres já realizaram atos para expressar apoio a Lula, com a adesão de personalidades femininas destacadas, que votaram em outro candidato no primeiro turno. Esse tipo de atividade é importante. Mostra que as lideranças mais destacadas do movimento de mulheres estão compreendendo que o candidato da Frente Brasil Popular é o único capaz de abrir espaço para o avanço de suas conquistas. Mas é de fundamental importância que essa compreensão contagie a opinião pública, ganhe as ruas em comícios, passeatas e outras ações capazes de frear as investidas da direita e engrossar as fileiras do movimento pró-Lula.

Só assim será possível delimitar os campos, desmascarar aqueles que tentam passar por porta-vozes de nossos interesses e contribuir para o convencimento da esmagadora maioria da população de que Lula é o candidato que tem história de compromisso com o povo, de que sua eleição representará a possibilidade de mudanças tão necessárias à nação brasileira, de concretização de nossos sonhos de democracia e justiça social, de avanço de nossas lutas em prol de uma sociedade sem exploradores e explorados, onde a discriminação da mulher seja marca do passado.

* Da direção nacional do PCdoB

Os estudantes presentes

Augusto Madeira*

A União Nacional dos Estudantes aprovou neste último fim de semana o apoio ao candidato da Frente Brasil Popular, Luiz Inácio Lula da Silva. Esta decisão tem significados importantíssimos.

A UNE começa a se reencontrar com seu passado de lutas, com sua tradição de entidade de caráter político, defensora intransigente da democracia, da independência nacional e do ensino público e gratuito. Isto já é o reflexo da volta da corrente estudantil Viração à sua diretoria. Nas gestões mais recentes vinham prevalecendo concepções atrasadas e despolitizadas.

Esta posição da UNE vem fortalecer enormemente o Movimento Nacional Pró-Lula. Este agora tem o apoio da entidade que construiu seus 52 anos de história, lutando por um futuro próspero e soberano para o Brasil, contra o atraso e o retrocesso em nossa pátria. A opinião da jovem intelectualidade é respeitada por toda a sociedade.

A UNE apoiou Lula, guiando-se principalmente pelo programa da Frente Brasil Popular. Um programa de caráter democrático e nacional, que propõe um novo modelo de desenvolvimento independente

para o país. Defende a suspensão do pagamento da dívida externa, reforma agrária, o ensino público e gratuito, verbas públicas só para escolas públicas. O programa de Collor, ao contrário, prega a subordinação dos interesses nacionais ao capital estrangeiro, verbas públicas para as escolas pagas e o apoio ao setor privado em áreas como a própria educação e a saúde.

O apoio da UNE a Lula é um fato político da mais alta importância nesta reta final da disputa sucessória. É a sinalização segura para o eleitorado de onde estão aqueles comprometidos com o desenvolvimento, com a democracia e a liberdade do país e aqueles comprometidos com o passado reacionário e as forças que secularmente vêm obstruindo um porvir de avanço social, cultural, econômico e político para o povo.

Agora é divulgar amplamente esta importante decisão da UNE. Tomá-la como exemplo para que outras entidades populares e democráticas façam o mesmo, fortalecendo assim a unidade do povo e das forças progressistas. Eleger

* Da comissão nacional da juventude do PCdoB

A "liberdade" global

Plínio Lins *

Está chegando o domingo da grande decisão. Para aqueles que refletem sobre a importância histórica desse dia 17 após o longo e penoso jejum de 29 anos, uma pergunta provocativa: houve de fato liberdade plena para que o eleitorado exerça o direito do voto consciente e livre?

O poder dominante já se apressou a proclamar que sim. Afinal, houve comícios à vontade, todos os candidatos tiveram espaço no rádio e TV para apresentarem suas propostas — ou seus disparates —, o direito ao voto foi ampliado, fizeram-se coligações e alianças sem restrições. Tudo muito bem. Mas, e uma das liberdades fundamentais para o sadio exercício de votar — a liberdade do cidadão estar bem e corretamente informado — será que houve?

Antes de se tentar responder, e antes mesmo de se conhecer o resultado das urnas, uma coisa é certa: se der Lula, o povo brasileiro terá dado uma notável demonstração de como se supera, pelo instinto e pela capacidade de resistência, uma formidável muralha de desinformação, mau-caratismo eletrônico e falta de ética dos grandes meios de comunicação de massa do país.

Na disputa do segundo turno, em que as diferenças entre uma candidatura e a outra são óbvias, evidentes e flagrantes, é que se pode observar com mais clareza a intenção dos grandes veículos: confundir e mistificar, ao invés de informar com honestidade e senso crítico. Pode-se objetar: mas há jornais que denunciam e investigam com rigor. Certo, mas basta considerar que o conjunto de jornais de circulação nacional ("O Globo", "JB", "Estadão" e "Folha"), somados, atingem

apenas 2% do eleitorado.

E quase todos mal disfarçam a orientação de seus proprietários, de apoiar e promover Collor.

Omissão das TVs

As grandes redes de rádio e televisão, essas sim, acessíveis às grandes massas da população, estiveram todo o tempo da campanha articuladas — provavelmente por decisão da Abert, o poderoso cartel de empresários do setor — para servir aos ouvintes e telespectadores um grande e variado coquetel de desinformação, omissão jornalística e desprezo à ética, quando não partiram para a propaganda direta e deslavada a favor de Collor de Mello, ele próprio um elemento "do ramo".

Um canal de televisão ou uma emissora de rádio são teoricamente concessões do Poder Público, a título precário, destinadas a levar informação, proporcionar lazer e oferecer utilidade pública. São, enfim, serviços públicos. Mas no Brasil de Roberto Marinho, Adolfo Bloch, Collor de Mello e seus colegas da Abert, interesse público é brincadeira. Quem manda nas emissoras é a voz do dono e pronto: só aparece quem ele quer, quando ele quer e dizendo o que ele acha que deve ser dito. Canal de TV e emissora de rádio são negócios para exploração comercial e fontes de poder político. As que estão em funcionamento, na esmagadora maioria — sobretudo as concedidas nos últimos anos — foram moeda de troca para favores pessoais e esquemas políticos. E servem a esse tipo de interesses. Quem não gostou é censurado e fim de papo.

Foi sob esse monopólio de informações, brutalmente tendencioso e manipulado segundo interesses econômicos e po-



Lula: chances concretas de vitória, apesar da TV

líticos que dominam o país, que transcorreu a campanha eleitoral. Não é difícil concluir que as candidaturas dispostas a desafiar o esquema — e dentre essas ressalta a de Lula, da Frente Brasil Popular — foram tratadas a pão (dormido) e água (salgada). Do outro lado, foi o que se viu: Collor mimoseado com rapapês propagandísticos, apresentado como um Indiana Jones escañoado surgido de um sonho.

Passado suspeito

Os fatos: Collor de Mello tem uma vida progressa e uma trajetória político-administrativa recheada de episódios suspeitos, denúncias comprovadas de irregularidades, escândalos e até ocorrências violentas, antes e durante a campanha. Está rodeado de elementos envolvidos em casos no mínimo nebulosos, e é apoiado, financeira e politicamente, por alguns dos mais notórios representantes do capital financeiro daqui e de fora, e até mesmo por membros do atual governo. Pois bem: alguém já viu, nos noticiários das grandes redes, alguma menção a qualquer desses aspectos da candidatura? É um

silêncio comovente.

Ora, tudo isso é material farto para a investigação jornalística. Afinal de contas, trata-se de um cidadão que pretende governar o país nos próximos cinco anos; como candidato projetou-se e centralizou atenções. É lícito e até necessário, portanto, que a população conheça em profundidade seu passado, sua vida pública e mesmo, por que não, seu comportamento pessoal naquilo em que possa influir na sua atividade pública, política e administrativa. A grande massa só conhece o lado "bonito" do ex-governador de Alagoas. A ponto de — parece irreal, mas é verdade — o próprio povo alagoano, em sua grande maioria, desconhecer qualquer episódio suspeito de Collor, pois é mantido como refém do monopólio absoluto — existente nos meios de comunicação do Estado, em poder dos Collor de Mello.

As redes de TV que hipocritamente abrem manchetes quando se trata de divulgar focos envolvendo candidatos e governos de outros países, ignoraram solenemente tudo que existe de comprometedor contra Collor. Os acordos com os usineiros, as contratações de parentes, o caso do "colarinho-branco" Paulo César Farias, tesoureiro da campanha de Collor que tem mais de 70 processos por fraude no Banco Central (e causa arrepios imaginar que esse elemento, se Collor for eleito, pode vir a ser presidente do Banco do Brasil, por exemplo), as quase 4 mil contratações feitas por Collor sem concurso nos últimos dias como prefeito de Maceió, as "verbas secretas", os desvios de dinheiro do SUDS, os gastos extravagantes com propaganda, a falência do Banco do Estado de Alagoas, os favorecimentos às empresas de sua família, as denúncias dos empregados dessas mesmas empresas por desrespeito aos direitos trabalhistas por parte do patrão Collor. A lista é imensa. Só o fato de Collor nunca ter colocado um corrupto na cadeia deveria ser honesta-

mente informado à população, para que uma parte da mentira não continuasse a ser vendida como verdade.

Dois pesos, duas medidas

São essas mesmas redes de TV, que se acumpliciam a Collor na omissão de seu passado, que adotam dois pesos e duas medidas para o tratamento do noticiário em geral. Por exemplo, se há uma greve ou manifestação de protesto em algum país do Leste europeu, o tratamento é elogioso; se a greve ou manifestação é no Brasil, noticiava-se dando o caráter de baderna, desordem, violência. Enquanto nenhuma das falcatruas de Collor apareceu nos noticiários de TV, uma insinuação maliciosa de Ronaldo Caiado, sem provas e sem evidências, é tratada com manchetes — a notícia prejudica a candidatura Lula, então merece. O caso da favela Nova República, os incidentes de Caxias do Sul, tudo isso é notícia enquanto puder ser usado como suspeita de culpa da Frente Brasil Popular. Quando se consegue provar que a verdade está do lado de cá, silêncio.

Bem, mas existe o horário de propaganda eleitoral. Exatamente, e aí está o mais absurdo: é que ele tem que fazer as vezes de telejornal, no caso de Lula, para tentar compensar a parcialidade das grandes redes a favor de Collor. Foi a Rede Povo que desmascarou, por exemplo, a calúnia de Caiado no caso Lubeca; foi ela que apontou os verdadeiros donos do terreno na favela Nova República (parentes de Maluf), foi ela quem impediu a escandalosa venda da Maferesa e provou, em Caxias do Sul, que os tumultos foram iniciados propositalmente com provocações e violência dos gorilas de Collor.

Com toda essa avalanche de contra-informação, enfrentando manipulações de toda ordem e, além do mais, tendo contra si o maciço uso do poder econômico que beneficia Collor, só o fato da candidatura de Lula disputar a final, com chances reais, já é uma vitória excepcional das forças populares e progressistas. Se as urnas derem a maioria de votos à Frente Brasil Popular — isso é possível e provável — o povo brasileiro poderá orgulhar-se deste momento de sabedoria política: mostrará que consegue, na hora certa, desconfiar das bravatas fáceis, não se deixando iludir pela propaganda de estilo "bolo-de-noiva" de Collor, e abrindo um novo capítulo na história do país.

* Da equipe de articulistas



Horário eleitoral: arma do povo para mostrar força e enfrentar monopólios

Foto: Pepe/Fóton

Foto: Pepe/Fóton

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Entrevista: João Amazonas

Lula e Collor: o povo x direita

Raquel Bernardes

O presidente nacional do PCdoB analisa o quadro eleitoral do segundo turno e conclui que a disputa entre Lula e Collor representa uma polarização entre forças políticas e sociais. Para ele, por mais que Collor se esforce, não consegue esconder o caráter direitista de sua candidatura. João Amazonas fala ainda da necessidade de ampliar o leque das forças aliadas à Frente Brasil Popular, sem alterar o caráter progressista do projeto que defende para o país. O veterano dirigente comunista reafirma a convicção do seu partido de que somente a unidade das forças democráticas e populares é capaz de bater a reação e ressalta o papel que a militância do PCdoB desempenha nesta campanha.

Classe — Como o PCdoB examina o quadro eleitoral?

Amazonas — O eixo de luta da Frente Brasil Popular no 1º turno foi o povão contra as eli-

tes dirigentes. Eram muitos os candidatos, a maioria pertencente à direita e ao centro. A Frente derrotou todos eles, sobrando Fernando Collor que

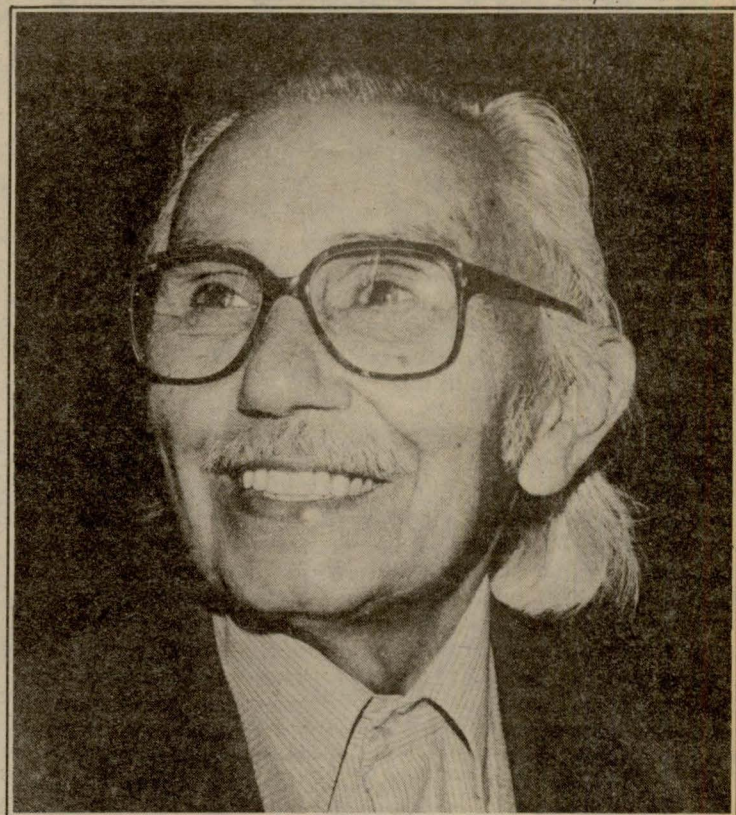
irá ao 2º turno. Agora a disputa se dá entre apenas dois candidatos: Collor e Lula. Polarizaram-se as forças políticas e sociais. Collor representa a direita. Por mais que se esforce em aparecer diferente, é o representante dos privilegiados deste país, dos grandes ricos e exploradores do povo. Lula é o candidato dos trabalhadores, das massas populares. Traz a marca da sua origem de classe. Lidera a união das forças de esquerda.

Classe — Qual seria a questão básica deste 2º turno?

Amazonas — Evidentemente, a união de amplas forças democráticas e populares. Para obter a vitória é imprescindível reunir em torno da candidatura Lula não apenas os que sufragaram o seu nome no 1º turno. Trata-se de derrotar a ameaça que significa a vitória da direita, das correntes mais reacionárias do país. Isto exige ampliar o leque de forças aliadas. Há partidos e setores progressistas que podem e devem ser ganhos para a batalha comum contra a direita.

Classe — Isto significa abandonar os objetivos da Frente?

Amazonas — Em absoluto. A Frente Brasil Popular não foi criada com fins unicamente eleitorais. Defende um novo projeto de caráter progressista para o país. Este objetivo consta do seu programa de 13 pontos, que não é, como a direita procura apresentar, um programa extremado ou socialista. Visa remover os obstáculos impeditivos do desenvolvimento independente do Brasil, abrindo caminhos para o avanço da sociedade. Este programa continua de pé. Todavia, desde que se alarga a fren-



O líder dos comunistas sorri à vitória

te de luta neste 2º turno, com a participação de outros partidos e setores políticos, é necessário admitir as opiniões e sugestões das forças que se integram na campanha de Lula. É possível concretizar um plano de governo tendo por base os 13 pontos num universo mais amplo de reivindicações democráticas, nacionais, populares e culturais. Isso dará mais amplitude à FBP, ou melhor, ajudará a construir, junto com a Frente, o grande Movimento Lula presidente, que vai-se estruturando com muito sucesso.

Classe — E haverá espaço no novo governo para as forças que compõem esse Movimento?

Amazonas — Sem dúvida. A ampliação da unidade democrática e progressista é fundamental para alcançar a vitória nas urnas, mas o é também para respaldar o novo governo que defrontará enormes resistências dos conservadores e reacionários, bem como da oligarquia imperialista.

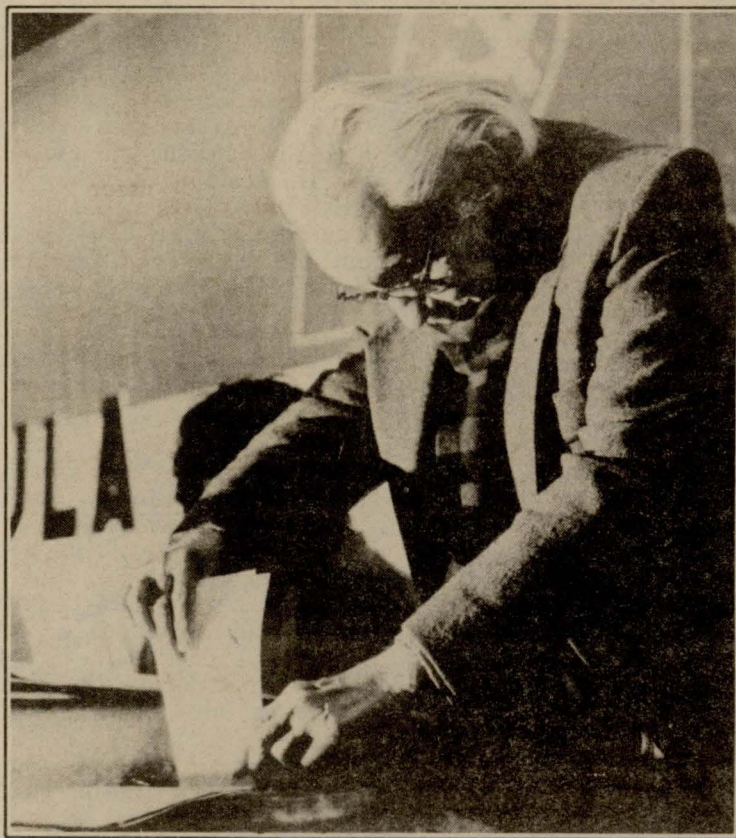
Classe — Na sua opinião, por que Collor fala tanto de um pretenso abandono do programa da Frente?

Amazonas — Porque ele deseja criar a confusão no eleitorado e passar a idéia de que a Frente teria sido substituída por uma aliança espúria. Fenta assim dividindo o eleitorado e impedindo que se consolide a ampla unidade democrática e progressista. Ele tem clara noção de que a ampliação que se vem fazendo é fatal à sua candidatura. Daí as intrigas, as

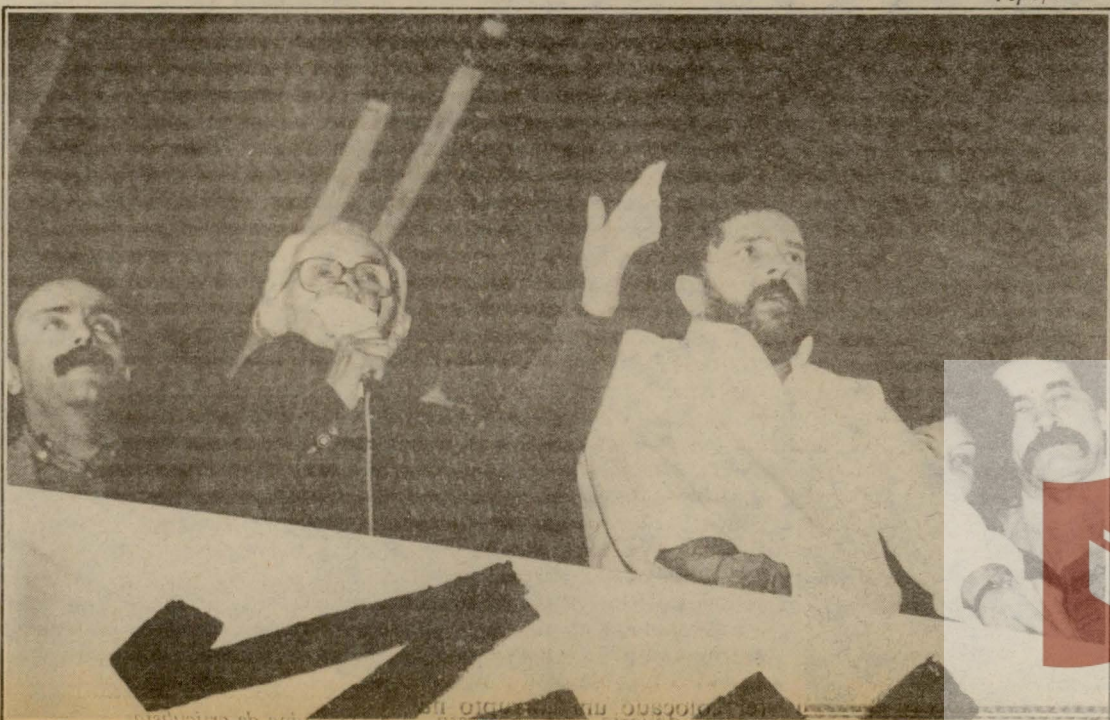
falsidades, os mexericos que divulga no seu programa de TV e na imprensa conservadora. Mas mentiras têm pernas curtas. Collor se desmacara a cada instante. Defendendo a pureza da Frente até parece com o diabo recitando a Bíblia na porta do inferno. A FBP está unida e cada vez mais forte. Junto com o Movimento Lula Presidente transformouse num poderoso instrumento de vitória no próximo dia 17. É o Brasil moderno, livre e democrático que vai ganhar as eleições presidenciais.

Classe — E como se comporta o PCdoB nessa campanha?

Amazonas — Desde o início do ano, nosso Partido trabalha pela unidade da esquerda e pela união do povo. Foi um dos construtores da Frente Brasil Popular, um dos artífices da grande vitória no 1º turno. O prestígio do Partido cresceu entre os trabalhadores e a população carente. Suas fileiras aumentam com novos combatentes da causa socialista. A propaganda anticomunista que recrudescer esbarra no conhecimento que o povo tem da prática dos comunistas. Prática de defesa da liberdade, dos direitos dos operários e camponeses, do progresso e da cultura, da unidade popular e da verdadeira independência nacional. Neste momento, todo o Partido, no zado e atuando junto com os partidos de esquerda e as forças democráticas, para derrotar a direita e alcançar a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva.



Na Convenção do PCdoB de julho o selo da aliança



O PCdoB sempre acreditou que Lula disputaria o segundo turno

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Unidade na luta, receita para conquistar vitória

No segundo turno a Frente Brasil Popular pôs em prática a engenharia política, consolidou-se como alternativa de esquerda, ampliou as adesões e fez nascer o Movimento Lula Presidente.

Os episódios e o noticiário da campanha presidencial no segundo turno estão mostrando que à proporção que o povo vai fazendo seu aprendizado político, a grande burguesia, seu candidato, Collor de Mello, e os seus porta-vozes na grande imprensa e na mídia eletrônica ainda não se aclimaram às regras criadas pela nova Constituição.

A eleição majoritária em dois turnos, prática democrática corriqueira em muitos países, introduzida no Brasil a partir desta sucessão, é um método de escolha do mandatário popular que confere ao eleito uma maioria expressiva. Em condições como esta é natural que no segundo turno as forças afins se aproximem e concentrem alianças a fim de que, preservado o programa e a identidade ideológica de cada partido, o presidente eleito represente um amplo leque de correntes políticas.

Derrotar a direita

Durante o primeiro turno, na propaganda eleitoral gratuita, nos comícios, em debates pela televisão e declarações à imprensa ficou estabelecido uma espécie de acordo tácito entre os candidatos progressistas, segundo o qual os perdedores se uniriam ao candidato da esquerda que passasse ao segundo turno. Nada mais natural, mormente diante da ameaça de o país continuar nas mãos da direita, cujo candidato conta com poderoso apoio econômico e dos meios de comunicação. Os resultados das urnas de 15 de novem-

bro mostraram que a vitória do candidato vencedor da esquerda — Lula, da Frente Brasil Popular, que reúne desde o primeiro turno o PT, o PCdoB e o PSB — passaria necessariamente pela ampliação dos seus apoios. Isto justifica que desde o anúncio do resultado do primeiro turno a Frente Brasil Popular tenha iniciado negociações com o PDT, o PSDB e a esquerda do PMDB a fim de criar o Movimento Lula Presidente.

Está aí a razão também da estridente orquestração da direita contra as alianças da esquerda. Collor procura dissimular suas alianças com o que há de mais reacionário na sociedade brasileira, ao tempo em que, auxiliado pela mídia, difunde inverdades, semeia a cizânia, distorce fatos, tudo com o objetivo de impedir que o Movimento Lula Presidente se concretize. Onde há declarações explícitas de apoio à FBP a imprensa descobre apenas o aspecto crítico ou restritivo ao programa da Frente, ao candidato e ao seu vice.

É evidente que não há nem pode haver unanimidade entre Frente Brasil Popular, o PDT, o PSDB e a esquerda do PMDB. A própria Frente não é homogênea. Se fosse não seria frente. Há, entre os candidatos derrotados e Lula, diferenças programáticas além de feridas ainda não cicatrizadas provocadas pelos atritos da batalha do primeiro turno e outras jornadas anteriores. Mas a realidade é mais forte e se impõe. Acima de tudo está na consideração desses par-

tidos, em maior ou menor grau, a necessidade de bater a direita, personificada em Collor de Mello.

Além do mais, independentemente do andamento das negociações entre as cúpulas, logo que foi anunciada a passagem de Lula ao segundo turno, as bases desses partidos já se colocavam em movimento para apoiá-lo. Na esquerda do PMDB, sem negociação prévia, personalidades como o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e o ex-governador da Bahia, Waldir Pires, anunciaram de pronto o apoio a Lula. Arraes, inclusive, já vinha apoiando desde os momentos derradeiros do primeiro turno. No PSDB a maioria esmagadora das seções regionais se pronunciou pelo apoio à FBP, o que acabou sendo determinante para o posicionamento final da direção nacional tucana, que recomendou o voto em Lula. No PDT, quando Leonel Brizola anunciou seu apoio em convenção nacional, foi saudado pelas bases aos gritos de “esquerda unida jamais será vencida”.

Vitória da amplitude

Na área do movimento popular organizado, os apoios oficiais de entidades como a CONAM, a UNE, a Corrente Sindical Classista, a CUT, a União Brasileira de Mulheres e Federações de trabalhadores rurais de diversos Estados, mostram que a “onda Lula” se espalhou para muito além dos partidos políticos e que o sucesso do Movimento Lula Presidente é uma realidade indiscutível.

Entre parlamentares, intelectuais e pequenos e médios empresários a ampliação da candidatura Lula é um fato notório. Na semana passada,

em Brasília, depois de calorosa recepção popular, o candidato da Frente Brasil Popular reuniu-se com a Frente Parlamentar Nacionalista, perante a qual reafirmou os compromissos com a soberania nacional e a suspensão do pagamento da dívida externa. O candidato reuniu-se também com a Frente Nacional dos Prefeitos e expôs suas idéias sobre a reforma tributária e o fortalecimento dos municípios. Em ambas as reuniões Lula conquistou adesões. Ainda em Brasília, Lula participou de um coquetel na residência do advogado Francisco Guimarães com personalidades políticas e intelectuais que apesar de terem apoiado outros candidatos no primeiro turno, se incorporaram agora à campanha da Frente Brasil Popular. E no dia 4, em São Paulo, Lula foi homenageado em jantar pelo pequeno e médio empresariado.

A Frente Brasil Popular intensificou a atividade de aglutinação de adesões, o que resultou no lançamento, dia 6, do Movimento Lula Presidente com o apoio de 132 parlamentares. O ato contou com a presença do ex-governador da Bahia, Waldir Pires, do líder do PCdoB na Câmara, Haroldo Lima e do senador Pompeu de Souza, do PSDB, entre outros.

Em São Paulo, as adesões à candidatura da Frente Brasil Popular vão-se multiplicando. No dia 5 foi lançado o Movimento Lula presidente a nível estadual, oportunidade em que além das lideranças do PCdoB, PT, PSB, PV e PCB, declararam apoio a Lula o vice-governador de São Paulo, Almino Affonso e Dante de Oliveira, em nome do setor progressista do PMDB.

No dia 7 nova manifestação

de apoio, com a adesão de mulheres representativas de vários setores políticos e sociais, como Margarida Genevois, da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, Norma Kyriakos, secretária-geral da Ordem dos Advogados do Brasil, Ida Maria, presidente do Conselho da Condição Feminina de São Paulo, Terezinha Zerbini (PDT), Eva Magalhães (PDT), Fátima Jordão e Zulair Cobra Ribeiro, ambas do PSDB.

Em todos os Estados a experiência da criação do Movimento Lula Presidente tem obtido igual sucesso. No Rio Grande do Sul, caso exemplar, Lula obteve a adesão do PDT, PMDB, PV, PCB, e diversos segmentos do movimento popular e sindical além, é claro, dos partidos da Frente Brasil Popular (PT, PCdoB, PSB). Em manifesto ao povo gaúcho, o Movimento Lula Presidente destaca: “Pela primeira vez os brasileiros podem interromper mais um ciclo de dominação que as elites pretendem impor. O candidato do PRN oferece mel e pede voto, mas diremos não à ditadura disfarçada do senhor Collor”. O documento conclama o eleitorado gaúcho que votou majoritariamente em Brizola a escolher o Brasil livre com a candidatura Lula e Bisol, afastando “falsas questões e o sectarismo”. Da mesma forma, o comitê suprapartidário Lula Presidente denunciou as adesões eleitoreiras e fisiológicas à candidatura Collor no Rio Grande do Sul: Mandelli, Cesar Valente, Oly Fachin, Nelson Marchezan e Carlos Chiarelli. O manifesto conclui: “Temos de realizar as mudanças na sociedade brasileira para resgatar a profunda e histórica dívida social através do crescimento econômico e da distribuição da riqueza. Para isso as forças democráticas do Estado devem se unir à Frente Brasil Popular”.

O saldo de adesões à Frente aumentou com a visita de Lula ao Rio Grande do Sul. A reunião realizada no auditório da Assembléia Legislativa, dia 5 de dezembro, com a presença de 1.500 pessoas conferiu ao Movimento Lula Presidente o apoio da maioria dos deputados gaúchos. Oito deputados estaduais do PMDB, quatro do PDT e uma deputada do PSDB se engajaram na campanha de Lula. Na opinião do presidente regional do PCdoB, Edson Silva, “isto é um passo importante para garantir ampla vitória no Rio Grande do Sul”. “A identidade fundamental entre essas forças” — prosseguiu Edson — “é o combate à direita”. Embora não tenha podido comparecer ao ato, o governador Pedro Simon, do PMDB, declarou apoio a Lula”. O senador gaúcho José Paulo Bisol, companheiro de chapa de Lula, foi homenageado pelos parlamentares gaúchos, “por ter honrado a atividade política no Estado e no Brasil”.

(Da redação e sucursais).



Com adesão de 132 parlamentares, Movimento Popular Lula Presidente é lançado no Congresso



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Dia de glória em Recife

Carlos Bauc

Enquanto conquista mais e mais adesões de democratas, patriotas, sindicalistas e dirigentes do movimento popular, a campanha da FBP ganha as ruas. Quando fechávamos esta edição, na noite de 7 de dezembro, a capital pernambucana, Recife, viveu um dia de glória, confirmando sua tradição progressista. Mais de 100 mil pessoas compareceram a um dos maiores comícios da campanha. Em destaque a presença de Lula, do governador Miguel Arraes e do presidente nacional do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas. Era indescritível o entusiasmo popular. Na cara do povo estampava-se a esperança na vitória.

A temporada de comícios da campanha eleitoral no segundo turno foi aberta em Florianópolis (SC). Mais de 30 mil pessoas (10% da população da cidade) compareceram e ficaram no local até o último orador, apesar da forte chuva. O povo gritava: "Com chuva ou com sol, é Lula e Bisol". Lula esteve também em Joinville, importante cidade operária, onde realizou uma combativa manifestação popular que contou com um público de mais de 15 mil pessoas. Nos comícios realizados em Santa Catarina, o palanque refletia a ampliação dos apoios à Frente Brasil Popular, registrando-se as presenças do presidente regional do PDT, lideranças e parlamentares do PSDB, PMDB, PV e o candidato derrotado do PCB, Roberto Freire.

O representante do PDT, Manoel Dias, arrancou aplausos da multidão reunida em

Florianópolis ao declarar: "Agora é Lula presidente do Brasil". Lula exaltou a unidade democrática e progressista: "É a unidade que vejo neste palanque e nesta praça que vai nos levar à Presidência da República". E mais uma vez foi enfático na defesa da reforma agrária.

Contrastando com a magnitude e entusiasmo do comício de Florianópolis, a "Folha de S. Paulo" deu mais uma demonstração do tristonho jornalismo que pratica. Na maior "cara-de-pau" anunciou em manchete que o comício havia sido "um fracasso". Não teve sequer a coragem de publicar uma foto da multidão.

As cidades de Novo Hamburgo e Caxias do Sul (RS) também foram palco de importantes ações de massa na campanha do segundo turno. Uma numerosa caravana percorreu os 40 quilômetros que separam Novo Hamburgo da capital, Porto Alegre, recebendo o apoio da população. No largo da Câmara de Vereadores, uma multidão de 15 mil pessoas comemorava a união entre as esquerdas, considerada como fator indispensável para vencer a eleição. O comício contou com a presença do candidato derrotado do PDT, Leonel Brizola, que está apoiando o candidato da Frente Brasil Popular, e representantes do PT, PSB, PCdoB, PMDB, PSDB e PCB. Raul Carrion, em nome do PCdoB, destacou que no segundo turno o povo vai decidir entre dois projetos opostos. Lula afirmou que as alianças em torno de sua candidatura devem se solidificar para ganhar a eleição e governar o país.

Em plena atividade de campanha, o candidato a vice-presidente, senador José Paulo



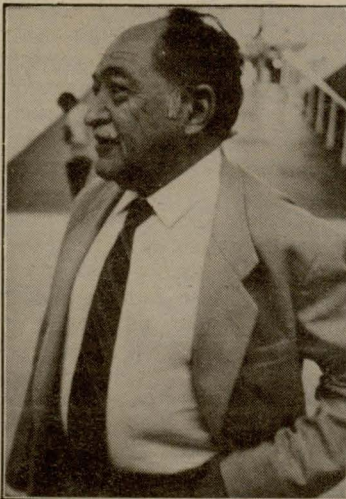
A arrancada do segundo turno começa em Florianópolis

Bisol, esteve na cidade de Cariacica (ES), onde fez um comício para cerca de cinco mil pessoas. Bisol declarou que "quem deve ter medo de Lula são os banqueiros, porque ele

vai suspender o pagamento da dívida externa, os latifundiários, porque ele vai fazer a reforma agrária, e os grandes empresários que se apropriam do Estado, porque Lula vai desprivatizá-lo". E acrescentou: "O povo brasileiro, os humildes, os desempregados, os mal assalariados, os padeiros, os pequenos e médios empresários urbanos e rurais não podem ter medo do Lula porque ele vai promover a distri-

buição da riqueza nacional".

Antes de Bisol haviam falado lideranças evangélicas do município. Eles desmentiram a suposta perseguição que os evangélicos sofreriam no governo da Frente Brasil Popular. O comício contou ainda com a participação do prefeito Vasco Alves (PSDB), que aderiu à candidatura de Lula desde o primeiro turno, e do dirigente regional do PCdoB, Gil do Ribeiro. (Das sucursais)



Miguel Arraes apóia FBP

A semana decisiva

Está prevista intensa mobilização popular para os últimos dias da campanha de Lula. Comícios, carreatas, shows e ações de corpo-a-corpo encherão a semana até o dia 17, quando a militância da FBP se manterá em alerta na busca do voto.

Dia 10 — comícios em Maceió e São Paulo

Dia 11 — comício em Porto Alegre

Dia 12 — comício em Belo Horizonte

Dia 13 — comício no Rio de Janeiro

Dia 14 — debate em rede nacional de televisão

Dia 15 — Caminhadas na região do ABC (SP) e passeata na Capital paulista do Centro ao Pacaembu.

Show musical no Pacaembu (São Paulo) com presenças de Chico Buarque de Hollanda, Djavan, Gilberto Gil e outros artistas populares.

Em São Paulo aquecimento para o grande comício

Muita panfletagem, muita porta-de-fábrica e muitas adesões são a marca da retomada da campanha de Lula no segundo turno em São Paulo. Um comício realizado no fim de semana em São Miguel, capital, reuniu 3 mil pessoas — e desta vez não eram apenas os militantes da Frente Brasil Popular que participavam, mas também eleitores do PSDB, PDT e mesmo do PMDB se faziam presentes. No mesmo fim de semana — o primeiro de dezembro — um comício em São Mateus reuniu 1.500 paulistas.

No interior do Estado, o ponto alto desta nova fase da campanha foi a formação de um Movimento Pró-Lula em Bauru. O candida-

to a presidente da FBP esteve presente, e recebeu a adesão entusiástica à sua campanha do prefeito Antônio Izzo e do ex-prefeito Tuga Angerami, ambos do PSDB, e do deputado federal Tidei de Lima, do PMDB.

Ao mesmo tempo, multiplicam-se em São Paulo os carros com adesivos de Covas e Brizola trazendo um outro adesivo: "Agora é Lula". É a participação ativa dos eleitores no grande movimento visando derrotar o candidato da direita e da Rede Globo, Fernando Collor de Mello. E esse movimento cresceu ainda mais após a vitória de Lula sobre Collor no primeiro debate entre os candidatos realizado pela TV

Contando com a presença do presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, o debate convocado pela Frente Brasil Popular em Volta Redonda (RJ) no último dia 1º de dezembro, transformou-se num grande ato público de unidade das forças progressistas, lançando oficialmente o Movimento Lula Presidente.

Atentados

Inconformada com o clima democrático da disputa sucessória e com a possibilidade de vitória da esquerda, a direita terrorista faz das suas. No Paraná ocorreram nos últimos dias dois atentados contra a Frente Brasil Popular e em particular contra o PCdoB. No norte do Estado, na cidade de Londrina, direitistas fanáticos incendiaram, dia 1 de dezembro, uma banca de materiais de propaganda da Frente Brasil Popular no centro da cidade. E em Curitiba, dois paranaenses, um da esquerda e um da direita, incendiaram na calçada da noite o carro do presidente do diretório municipal do PCdoB, Adelfor Rossi.

Os debatedores, representando todos os partidos de esquerda incorporados à campanha da Frente Brasil Popular, foram unânimes em reafirmar a importância da unidade das forças progressistas para derrotar a direita no segundo turno da sucessão presidencial.

A intervenção inicial foi feita pelo presidente nacional do PCdoB, que fez uma análise abrangente do quadro político nacional, destacando o ineditismo da disputa em curso entre um candidato das forças democráticas e populares (Lula) e outro da direita (Collor). João Amazonas foi enfático na afirmação de que é possível a vitória de Lula no segundo turno. O dirigente comunista estava emocionado com a visita que fez ao Memorial 9 de Novembro (único monumento no Brasil erguido em homenagem à luta da classe operária). O monumento é dedicado aos operários assassinados em novembro de 1988 durante a greve da Companhia Siderúrgica Nacional. A inauguração de sua inauguração foi destruído por uma bomba terrorista, mas os operários em mutirão reergueram o monumento.

Conam dá seu apoio à Lula na FBP

Arquivo

O movimento popular organizado está com Lula. Além do sindicalismo combativo (CSC e CUT), da UNE e da União Brasileira de Mulheres, a CONAM — Confederação Nacional das Associações de Moradores, que reúne entidades representativas dos bairros de todo o país, decidiu apoiar a candidatura da Frente Brasil Popular. É mais uma demonstração de como se dividem os campos nesta sucessão presidencial. De um lado o povo organizado, de outro as elites reacionárias.

Mário Simões *

“Mantendo o nosso princípio inalienável de independência a qualquer governo, declaramos o nosso apoio à Frente Brasil Popular na eleição do deputado, sindicalista e operário Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência do nosso Brasil”. Este é um trecho da nota elaborada pela diretoria da CONAM — Confederação Nacional das Associações de Moradores — e aprovada no último final de semana, em Brasília, por representantes de mais de 20 estados.

O apoio, diz a nota, “deve materializar-se em assumirmos integralmente a campanha de Lula em todas as entidades comunitárias que fazem a CONAM”. Eles ainda se comprometem a realizar uma “ampla mobilização popular para esclarecer o nosso povo para votar no avanço, na democracia, na liberdade e na justiça social, elegendo Lula”. Com esta finalidade, no dia 7 de dezembro, quando fechávamos esta edição, no Brasil inteiro as associações de moradores buscavam realizar uma grande marcha” em conjunto com o movimento comunitário, popular e sindical em apoio a Lula.

Vladimir Dantas, presidente da CONAM, referiu-se ao IV Congresso da entidade realizado no Rio de Janeiro de 9 a 11 de junho passado, para justificar o apoio à candidatura da Frente Brasil Popular, de Lula e Bisol. Naquela oportunidade,

foi aprovado que o apoio a qualquer candidato estaria condicionado “à mudança do atual modelo econômico de desenvolvimento”, expressa nas seguintes bandeiras: suspensão do pagamento da dívida externa, desenvolvimento econômico e independente; reforma agrária antilatifundiária; combate à especulação financeira e imobiliária; democratização plena do Estado e fim do militarismo; combate à corrupção e às mordomias; defesa dos direitos dos moradores e trabalhadores; e aplicação das conquistas sociais da Nova Constituição.

No primeiro turno a CONAM posicionou-se contrária ao voto nos candidatos de direita, conservadores: Collor, Afif, Maluf e Caiado; e defendeu que as associações de moradores fizessem campanha para os candidatos do campo progressista: Lula, Brizola, Covas, Ulysses, Freire e Gabeira. A Confederação também distribuiu manifesto externando sua posição em defesa de um candidato comprometido com mudanças sociais, políticas e econômicas no País.

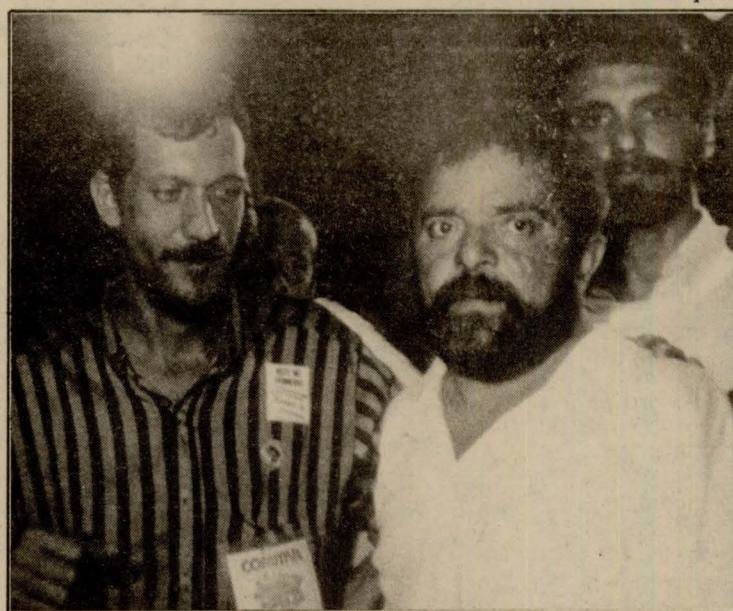
“Vencida a primeira batalha”, diz o último manifesto da entidade, “se coloca ainda mais forte a responsabilidade política e o dever cívico das Associações, Uniões e Federações de Moradores”. Além do programa, tem outro aspecto que levou a CONAM a optar por Lula no segundo turno. É a possibilidade, diz Vladimir Dantas, de crescimento da or-

ganização popular. Lula tem origem popular e operária e, pelo seu passado, tem tradição de escutar e respeitar o movimento sindical. Por outro lado, Collor de Mello nunca teve comprometimento de escutar as lideranças do movimento popular. Vladimir Dantas acredita que “em eleições plebiscitárias como a atual” todo o movimento das Associações de Moradores deve e vai jogar muito peso nos resultados finais. Cada associação, diz Vladimir, deve transformar-se num Comitê Popular pela candidatura de Lula. Da mesma forma devem atuar as Federações e as Uniões, indica o presidente da CONAM.

A CONAM congrega as associações de moradores de todo o Brasil. Em praticamente todos os municípios com mais de 10 mil habitantes existe, no mínimo, uma Associação de Moradores. Mais de 90% destas entidades estão filiadas à CONAM, sendo os 10% restantes de entidades sem nenhum vínculo nacional ou de entidades vinculadas à COBRAM e à ANAMPOS — entidades vinculadas aos governos estaduais (alguns) e federal e que praticam o clientelismo e a corrupção no movimento comunitário, herança do histórico atrelamento das entidades comunitárias às instituições oficiais.

Exatamente este aspecto novo do movimento comunitário, de luta e independência que é destacado por Vladimir Dantas. Nesta campanha eleitoral, diz ele, “vivemos um momento muito especial e muito rico que vai possibilitar, com certeza, um avanço e um crescimento político e organizativo da sociedade”. Particularmente o movimento comunitário, afirma, deve perceber que não basta “tratarmos apenas dos aspectos imediatos das reivindicações dos bairros, temos que interferir na política econômica para conseguirmos recursos, realizarmos as mu-

Arquivo



Vladimir Dantas e Lula: A CONAM está na luta com a FBP

danças que pretendemos e atender às reivindicações dos bairros.

A polarização do segundo turno, avalia Vladimir, vai facilitar o debate sobre o programa antipopular de Collor e o programa de Lula, que aponta para uma política onde o País tenha recursos para atender às necessidades básicas do povo. Só com a compreensão política do povo, destacou, é que “vamos desmistificar a ideia de que um candidato milagroso, ou um deus, irá resolver os problemas do País”. Os recursos necessários vão sair exatamente dos usineiros, dos grandes grupos econômicos ligados à candidatura Collor de Mello.

Com essa polarização, acredita o presidente da CONAM, vai ficar mais fácil para o povo identificar o novo, aquele candidato realmente comprometido com as mudanças profundas que o povo brasileiro almeja e espera. Vladimir identifica em parcela dos eleitores de Collor esse sentimento de mudança que, entretanto, vem acompanhado da incompreensão do processo da participação popular como forma de garanti-lo. Prevalece, analisa, exatamente, a visão de um Salvador da Pátria como a solução para os seus problemas.

Confiante na mobilização que as associações, uniões e federações de moradores vão conseguir em torno da candidatura da FBP, a CONAM decidiu imprimir mais de 2 milhões de notas divulgando sua decisão de apoio ao nome de Lula como único candidato que pode executar o programa aprovado pelo IV CONAM. As notas serão distribuídas às coordenações estaduais da entidade que serão, ainda, incentivadas a produzirem material próprio para a campanha.

Vladimir Dantas acredita na vitória de Lula com uma vantagem de “alguns milhões de votos”. Conforme avalia a

taram alto por um governo de mudanças, progresso e justiça social. A votação de 35 milhões de votos, 49%, dados aos candidatos populares e democráticos” indica exatamente isso. A nota destaca ainda que a vitória da Frente Brasil Popular (PT, PSB e PCdoB), levando Lula ao segundo turno, “reafirma que o nosso povo não aceita o continuísmo e clama por mudanças já”.

Na reunião de Brasília a CONAM ainda decidiu a formação de uma “Comissão de Assessoria à CONAM para formulação de propostas relacionadas com a SEAC, LBA e outros órgãos e seus programas sociais”. Dentro de 15 dias os diversos estados enviarão à sede da CONAM em Brasília as sugestões de nomes que comporão a comissão. A diretoria da entidade fará uma seleção, mas pedirá a todos os indicados que enviem suas colaborações. A pretensão da diretoria é elaborar uma proposta completa sobre os órgãos de assistência social do governo para apresentar ao presidente eleito e exigir dele o atendimento de suas reivindicações de melhoria das condições de saneamento dos bairros, da realização de uma reforma urbana, da construção de habitações populares e outras propostas aprovadas no congresso da entidade.

A CONAM entende que somente o debate e a polarização da campanha poderá levar o povo a optar por uma proposta realmente progressista, de mudanças e que atenda à expectativa do povo brasileiro, que não agüenta mais a situação de descaso com que vem sendo tratado nas últimas décadas. Para isso jogará papel importante a mobilização das associações de moradores para debater nos bairros e desmistificar as notícias criadas pelo Conselho de Divulgação que sustenta a candidatura de Collor de Mello.



Ao longo de seu programa, a FBP contempla todas as reivindicações feitas pela CONAM em 89.

COM
Fundação Maurício Grabois

*Correspondente em Brasília

As sucessões na história

1961-64 — Reforma e resistência conservadora

José Carlos Ruy*

A posse de João Goulart, o herdeiro político de Getúlio que assumiu a Presidência com a renúncia de Jânio, deflagrou um intenso processo de conspirações, que envolveu quase em bloco as classes dominantes e tomou o poder através do golpe de 64. Entre os próprios golpistas, contudo, havia grandes contradições, que não tardaram a se tornar claras.

A eleição de Jânio Quadros, em 1961, permitiu um sonho efêmero para a elite conservadora brasileira: a miragem de contornar as graves contradições sociais vividas pelo país e encontrar uma saída nas medidas econômicas ortodoxas, recomendadas pelo FMI. O curto governo de Jânio, porém, defrontou-se com barreiras sólidas — um Congresso Nacional que, embora conservador, era independente do presidente e não aceitava facilmente suas medidas demagógicas e antidemocráticas, e a crise social que se aprofundava.

Novos meses após sua posse, Jânio tentou chantagear o Congresso e renunciou à presidência, pensando que seria reconduzido a ela nos braços do povo e com seus poderes fortalecidos.

Jânio enganou-se, e abriu a mais grave crise política da história brasileira. O vice, João Goulart, visitava a China Popular, num esforço de aproximação com os países do bloco socialista, virtuais mercados que permitiriam um comércio exterior brasileiro independente das regras impostas pelos EUA e pelos países europeus. Goulart era, há muito tempo, um dos principais adversários dos militares e da elite conservadora — sua proximidade com líderes sindicais transformava-o na personificação da ameaça operária aos privilégios da elite. Embora essa imagem correspondesse exatamente à realidade, o vice-presidente era um dos mais legítimos herdeiros do legado getulista e de sua concepção de desenvolvimento autônomo para a sociedade brasileira — uma autonomia que não interessava ao imperialismo e aos seus aliados brasileiros.

Em consequência, imediatamente após a renúncia de Jânio, os ministros militares anunciaram considerar "inconveniente à segurança nacional" a posse de João Goulart na presidência. Outra vez o golpe rondava as instituições políticas brasileiras, trazido pela intransigência dos ministros militares. A intransigência do Congresso Nacional e da população em defesa da legalidade constitucional, porém, foi maior. Iniciada no Rio Grande do Sul e espalhada por todo o país, a resistência foi convocada pelas rádios da "Rede da Legalidade", que chamavam o povo para organizar-se nos "Grupos dos On-

ze" em defesa da lei que os militares queriam afrontar. O próprio exército cindiu-se, chegando à beira do confronto armado. O III Exército, de Porto Alegre, começou a marchar rumo ao Rio de Janeiro, contra os ministros militares, que chegaram a ordenar à Força Aérea o bombardeamento de Porto Alegre.

Os ministros militares estavam isolados, contudo, e em várias organizações militares do Pará, Goiás, Minas, São Paulo, Guanabara e Brasília, oficiais manifestaram seu descontentamento contra a tentativa de golpe. Em 1º de setembro de 1961, uma semana depois da renúncia, um acordo no Congresso acenou com a solução: Goulart receberia a faixa presidencial, mas o regime parlamentarista de governo seria adotado. Sete dias depois, ele tomava posse e a crise parecia contornada.

Era um engano. Desde os primeiros momentos, a exigência de um plebiscito popular para julgar a nova forma de governo estava colocada, exigência que ficou irrecusável depois que a CGT convocou uma greve geral em sua defesa em setembro de 1962. Quando a consulta popular realizou-se, em janeiro de 1963, foi como se Goulart tivesse sido eleito outra vez para o cargo: recebeu 90% dos 11 milhões de votos.

A radicalização política, nos meses seguintes, aprofundou-se, e a conspiração dos conservadores contra Goulart e contra o sistema democrático tomou vulto, com poderoso apoio norte-americano. Para apoiar candidatos direitistas na eleição parlamentar de 1962, por exemplo, o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, um órgão conservador formado por empresários, latifundiários, parlamentares direitistas e agentes norte-americanos) gastou cerca de US\$ 20 milhões. Além disso, o país foi invadido por membros do Peace Corps, sacerdotes ou comerciantes: em 1962, entraram 4.968 agentes daquele país; em 1963, foram 2.463. Ao mesmo tempo, o governo americano suspendeu as linhas de crédito desde a posse de Goulart, medida seguida por banqueiros e empresários privados. O objetivo era sufocar economicamente o governo Goulart e obrigá-lo ou a adotar as medidas econômicas recomendadas pelo FMI, ou a



João Goulart vacillou muito entre o povo e as elites. Quando finalmente aderiu às reformas, o golpe já estava armado.

renunciar, abrindo caminho para os militares.

Os meses seguintes foram de contínua crise política e conspiração aberta. O embaixador norte-americano Lincoln Gordon conspirou com Carlos Lacerda e outros grandes empresários brasileiros; o general americano Vernor Walters articulou o golpe com chefes militares brasileiros e banqueiros.

Tentativa de impedir pose de Jango chegou a cindir Forças Armadas

Goulart, por sua vez, oscilou entre um apoio decidido à mobilização popular e tentativas de aplacar a fúria das elites. Quando finalmente decidiu-se a subir no palanque das reformas de base (reforma agrária, reforma cambial, reforma educacional etc), juntando-se ao movimento popular, era tarde demais. A conspiração já havia amadurecido, envolvendo quase a totalidade dos setores conservadores da sociedade brasileira, e articulado a classe média numa base de massa que daria legitimidade à ação dos golpistas.

A direção reformista do movimento popular, por sua vez, apostou principalmente nas articulações de cúpula e substituiu a importância do trabalho de organização popular. Assim, o movimento tinha bases frágeis, sem enraizar-se solidamente nos bairros e locais de trabalho — com exceção do movimento camponês pela reforma agrária. O movimento operário nas cidades maiores não chegou a ter a consistência do protesto camponês, a despeito das grandes greves que então ocorreram — elas deixaram um escasso saldo organizativo de base. A liderança reformista acreditava que tinha um pé no governo e isso bastava para assegurar o movimen-

to popular. Engano trágico, como revelou a fragilidade da mobilização popular para resistir ao golpe quando ele ocorreu; no Rio de Janeiro, apenas os ferroviários aderiram à greve geral convocada em defesa do governo democrático, e essa adesão acabou favorecendo os golpistas pois tirou de circulação o meio de transporte que poderia levar massas populares ao centro do Rio de Janeiro.

Assim, na madrugada do dia 31 de março de 1964, quando as tropas do general Mourão Filho começaram a mover-se de Juiz de Fora rumo ao Rio de Janeiro, os militares encontraram um governo frágil e indefeso. Eles esperavam resistência. Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, declarou seu Estado em situação de beligerância contra o governo federal — uma providência para, se necessário, justificar o desembarque em terras brasileiras das tropas americanas da Operação Brother Sam, que atenderiam ao chamado daquele governador. Tratava-se de um imenso aparato bélico: porta-aviões, destróiers, mísseis teleguiados, navios com armas e mantimentos, petroleiros, aviões de transporte, caças, aviões-tanque, etc.

Esse aparato foi desnecessário. A fragilidade da organização popular e democrática, os golpistas opunham a férrea articulação que puderam elaborar nos meses anteriores, envolvendo empresários, militares, latifundiários, autoridades religiosas, representantes das multinacionais — uma das mais eficientes e duráveis conspirações já vistas na história brasileira, como mostra René Dreifuss em seu livro 1964 — A Conquista do Estado. O apoio norte-americano foi apenas um dos elementos

desse conciliábulo de privilegiados e mandões de todo tipo da política brasileira.

Leonel Brizola, figura de destaque do governo deposto (era cunhado do presidente e trazia o crédito e a glória de ter liderado, em 1961, a resistência contra os ministros militares), ainda tentou esboçar a defesa da ordem legal. Em vão, pois Goulart — a pretexto de evitar um banho de sangue no país — preferiu abandonar o cargo e fugir.

Logo após deposição de Jango, surge disputa entre os golpistas

A disputa entre os golpistas, a seguir, mostra que — apesar de toda a preparação dos meses anteriores — o golpe foi marcado por improvisação. Mal a presidência foi ocupada por Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, o general Costa e Silva ocupava, no Rio de Janeiro, o Ministério da Guerra, nomeando-se comandante-em-chefe do Exército por ser o mais antigo general de quatro estrelas. Juntamente com o almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, ele formou o Comando Supremo da Revolução, primeiro organismo do poder de fato que se constituía e que, nos próximos anos, dirigiria o país. Os políticos tentaram recompor o poder civil, em torno de Mazzilli, e o novo presidente nomeou os membros do Comando Supremo para os ministérios militares. Ao avisar o general Costa e Silva da nomeação, recebeu uma resposta que não deixava dúvidas a respeito de qual era então o verdadeiro poder. "Chame-me de general, senhor deputado, não de seu ministro, que não sou", disse-lhe Costa e Silva.

O novo poder nascia, porém, dividido. O general Castelo Branco e seu grupo — que ficou conhecido como Sorbonne, e do qual faziam parte chefes militares como Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel — surpreenderam-se com a autonegação de Costa e Silva e o fato consumado criado. Costa e Silva vinha da tropa, e era alheio aos grupos "intelectuais" do Exército; representava então a chamada "linha dura" de militares dispostos a levar às últimas consequências a intervenção no processo político brasileiro. O conflito entre esses dois grupos, que se tornou explícito logo no momento do golpe militar, marcou as decisões durante os governos dos generais.

*Jornalista, redator do "Retrato do Brasil" e colaborador da Classe

A atualidade da questão nacional

Enquanto o discurso recorrente da direita, em nome de uma falsa modernidade, defende uma maior internacionalização da economia, e setores vacilantes claudicam sob esta pressão ideológica, reveste-se de grande atualidade o debate sobre a questão nacional. O professor de física da universidade de Brasília, J.W. Bautista Vidal, e o Líder do PCdoB na Câmara dos Deputados, Haroldo Lima, chamam a atenção para o tema e alertam que é tarefa das esquerdas defender a soberania nacional.

Vivemos no momento etapa decisiva de reestruturação mundial de forças que definirão o equilíbrio de poder no século XXI.

De fato, este final de período que se estendeu desde o término da 2ª Grande Guerra vem se caracterizando pela formação de grandes blocos fechados de poder como é exemplo a Comunidade Européia, que vive hoje grande agitação como decorrência da irremediável reunificação da Alemanha; isto altera substancialmente o equilíbrio de forças mantido até aqui, com implicações evidentes com todo o leste europeu.

Ao contrário do que se afirma, as "aberturas" da URSS e da China representam tentativas de aumento de influência dessas potências no jogo econômico mundial, após longos períodos de consolidação nacional. Simultaneamente, ocorre aumento de protecionismo na economia norte-americana como atesta a nova lei do comércio, resultante principalmente da agressiva política de penetração japonesa.

Assim, novos blocos de po-

der se estão formando de modo a aumentar mercados e poder de competição das nações que os compõem ao tempo em que se fecham em relação aos outros blocos ou economias isoladas. Isto é, ao contrário do que se propaga nas nações periféricas, estamos em momento de fechamento dos fortes. Isto é feito naturalmente às custas da abertura indiscriminada dos fracos, com o rearranjo da "ordem" que resultou da 2ª Guerra Mundial.

Então, uma só nação, os EUA, detinha isoladamente a bomba nuclear e cerca de 60% do produto mundial. Estas condições lhe permitiram ditar a "ordem" que teve no acordo de Bretton Woods seu principal instrumento, com o dólar como moeda de referência internacional. Sua única limitação era a paridade com o ouro, cancelada unilateralmente em 1971 por Nixon. Desde então estabeleceu-se o arbítrio, especialmente em relação aos países dependentes que não se capacitaram na defesa de seus interesses.

No caso dos países da América Ibérica este sistema financeiro perverso foi complemen-

tado, uma década depois, pelo modelo de crescimento econômico dependente, responsável pela implantação nesses países de equações de produção de acordo com os interesses dos países centrais. Fechou-se, assim, o círculo do neocolonialismo mais implacável e subjulgador que no século XIX.

No contexto atual tem papel estratégico a disponibilidade de recursos naturais conforme situação levantada em 1972 pelo Clube de Roma. Nele ficou evidenciada a vulnerabilidade das potências industriais. Posteriormente esta questão foi abafada e as estruturas hegemônicas provocaram a desvalorização no mercado internacional desses recursos estratégicos, cada vez mais escassos, porém ainda disponíveis em relativa abundância em países periféricos.

Simultaneamente a esta desvalorização se desencadearam políticas globais de enfraquecimento das nações dependentes com disponibilidades desses recursos. Desta estratégia não estiveram excluídos países com importantes reservas de petróleo, apesar das reações de 1973 e 1979. Hoje, a OPEP, por isso, se encontra impotente apesar de que a crise do petróleo se acentua a cada dia, devendo chegar a níveis críticos no início dos anos 90.

No processo de fechamento global em blocos, há lugar para economias subalternas, especialmente aquelas com grandes reservas naturais. Todas as de condição nacional fraca serão cooptadas para comporem blocos de poder mas apenas ocuparão posições secundá-



rias, sempre de acordo com os interesses dos países hegemônicos. Nesta situação estão os países das faixas tropicais com elevados potenciais energéticos renováveis e de recursos não renováveis.

No programa de governo proposto pelo candidato Collor de Mello se estabelece a entrega ao poder externo de instrumentos de defesa essenciais, como são as empresas estatais estratégicas. Além disso, pretende realizar "reforma" do patrimônio nacional, negociando-o de acordo com as circunstâncias. Até agora ninguém tinha se atrevido a tanto... Assim, a tão badalada inserção na economia internacional, parte essencial da decantada modernidade, se reduz à transferência para outros de patrimônio inalienável do povo brasileiro.

Evidentemente essa inserção não corresponde a uma integração equânime como membro soberano de um bloco, como tem sido no caso da Comunidade Européia. Dieter Senghaas, no seu livro sobre os últimos 150 anos da experiência da Europa, mostra que para ser possível o projeto de integração atual, as nações tiveram que, por meio de decididos projetos nacionais, resistir ao poder avassalador da Inglaterra. Em definitivo, a interdependência somente é possível entre iguais.

A vulnerabilidade em recursos naturais de países ainda hegemônicos põe em risco, a longo prazo, essas hegemonias. Sustentam-se, entre tanto, pelos meios artificiais do sistema financeiro internacional e, principalmente, pelos modelos de crescimento econômico dependente que expõem suas economias ao domínio de corporações transnacionais ligadas ao poder central.

Assim, o que poderia ser motivo de orgulho para o povo pela exuberância da natureza tropical, é precisamente o que, pela cobiça internacional, põe em perigo nossa so-

breviência soberana.

De fato, embora nos últimos cem anos a nossa economia tivesse crescimento incomparável, isto não resultou em benefício do nosso desenvolvimento autônomo o que quer dizer, do bem estar de nosso povo. Hoje produzimos alimentos para suprir uma população quatro vezes maior, embora apenas utilizamos um pouco mais de 10% do nosso território. Na realidade, essa produção se orienta para aumentar os estoques de excedentes dos centros mundiais de poder. Enquanto isto parcelas ponderáveis de nossa população é eliminada pela fome. Nossas recursos não renováveis, cada vez mais estratégicos, estão sendo esauridos e exportados a preços vis, não cobrindo sequer os custos de extração e transporte. Nosso sistema educacional vem sendo desmontado em todos os níveis, com professores primários ao nível da indigência salarial. O Estado, privatizado e corrompido, se encontra sem legitimidade para desempenhar seu insubstituível papel.

Enfim, a Nação brasileira, com toda sua imensa potencialidade de verdadeiro continente, situado no rico trópico, neste momento crucial de rearranjo do poder mundial, se encontra sem o controle do essencial para garantir sua sobrevivência como sociedade soberana; ou seja, sem as condições necessárias, embora não suficientes, para se constituir em uma sociedade de homens livres.

De fato, vilipendiada e saqueada, a Nação brasileira retrocede na história pela perda intencional de suas bases culturais; pela destruição de seus principais ecossistemas, patrimônio natural inigualável; pela crescente ocupação externa de sua estrutura produtiva esmovente; pela anulação de seus valores. Enfim, a ruína da Nação como coletividade historicamente organizada e organizada (J.W. Bautista Vidal) põe em perigo nossa so-



Arquivo

Alberto Willian



Passeata, em setembro, no centro bancário de São Paulo contra o pagamento a dívida externa

A dívida externa na campanha da Frente Brasil Popular

O que fazer com a dívida externa brasileira é um tema em discussão na presente campanha eleitoral. Três posições fundamentais têm sido apresentadas pelos diferentes candidatos, desde o primeiro turno das eleições presidenciais.

A primeira é a da **renegociação**. Essa posição parte do **reconhecimento** da dívida e pretende, através de contatos bilaterais, redefinir melhores condições para o seu pagamento, dos juros e do principal. Essa posição até admite a hipótese de adoção de uma moratória, então chamada de negociada. As novas condições a serem acordadas poderão estabelecer limites percentuais sobre o produto nacional, acima dos quais a Nação não se dispõe a pagar os juros e o principal. Essa renegociação poderá conduzir a diversas outras alternativas, como o pagamento dos títulos pelo valor de mercado (o deságio), a transformação dos juros e principal em capital de risco etc. Todas essas alternativas partem de dois parâmetros iniciais: reconhecimento da legitimidade da dívida e uma atitude de diálogo entre devedor e credor.

A segunda é a **moratória unilateral**. Reconhece a existência da dívida mas declara que suspende o seu pagamento por um tempo determinado ou a ser definido, após o que a dívida, inclusive os seus juros, voltaria a ser paga normalmente. A suspensão do pagamento da dívida seria por um período de carência, durante o qual naturalmente abrir-se-iam negociações com os credores em busca de melhores con-

dições de pagamento, como as referidas acima. Tal qual a posição de renegociação, esta postura também reconhece a legitimidade da dívida, embora opte por um tratamento unilateral na decretação da suspensão temporária do seu pagamento.

A terceira posição colocada no debate sucessório é a da **suspensão** do pagamento da dívida externa, do principal e dos juros e o seu cancelamento definitivo. Essa posição só foi defendida até agora pela Frente Brasil Popular. Ela parte do princípio de que a dívida externa já foi paga, é ilegítima e impagável. Advoga a declaração unilateral da suspensão do pagamento da dívida, dos juros e do principal, e defende a abertura imediata de uma auditoria para fazer uma devassa na história dessa dívida. O objetivo dessa auditoria não é o de separar a dívida em parte legítima e outra ilegítima, obrigando-se a Nação a pagar a suposta parte legítima. A auditoria não vai examinar um assunto desconhecido em suas linhas gerais, por isso que não irá "descobrir" que uma parcela da dívida é legítima. A auditoria deve investigar detalhadamente como o Brasil foi submetido a essa sangria espantosa de que é vítima há anos. Porque estamos pagando uma dívida que já foi paga, o que concretamente nos conduziu à situação inaceitável de país exportador de capital. A auditoria não vai inspecionar se estamos ou não exportando capital, se isso é ou não é aceitável, se a dívida é ou não ilegítima, se já foi ou não foi paga.

É bom não esquecer que as investigações dessas questões já foram feitas, mais de uma vez. O próprio Congresso Nacional já fez funcionar duas Comissões Parlamentares de Inquérito, uma da Câmara, presidida pelo ex-deputado Alencar Furtado e outra, mista, fruto de dispositivo constitucional, que recentemente encerrou seus trabalhos sob a presidência do senador Severo Gomes. Ambas demonstraram à sociedade o caráter ilegítimo da dívida externa brasileira, seus escândalos, como o caso do famoso Relatório Saraiva, que apontou enormes propinas pagas pelo Banco Credit Commercial de France, para emprestar dinheiro para a construção da usina Água Vermelha, escândalo confirmado

em depoimento secreto na primeira CPI pelo ex-ministro do Exército, general Silvio Frota.

A auditoria de que fala o programa da Frente Brasil Popular não vai "descobrir" fatos já sabidos e incontroversos, que demonstram o caráter imoral da dívida externa imposta pelos grandes banqueiros internacionais a países subdesenvolvidos, como forma de mantê-los como vassallos.

A auditoria da dívida proposta pelo programa da Frente Brasil Popular não vai descobrir, por exemplo, coisas centrais e já sabidamente conhecidas, tais como:

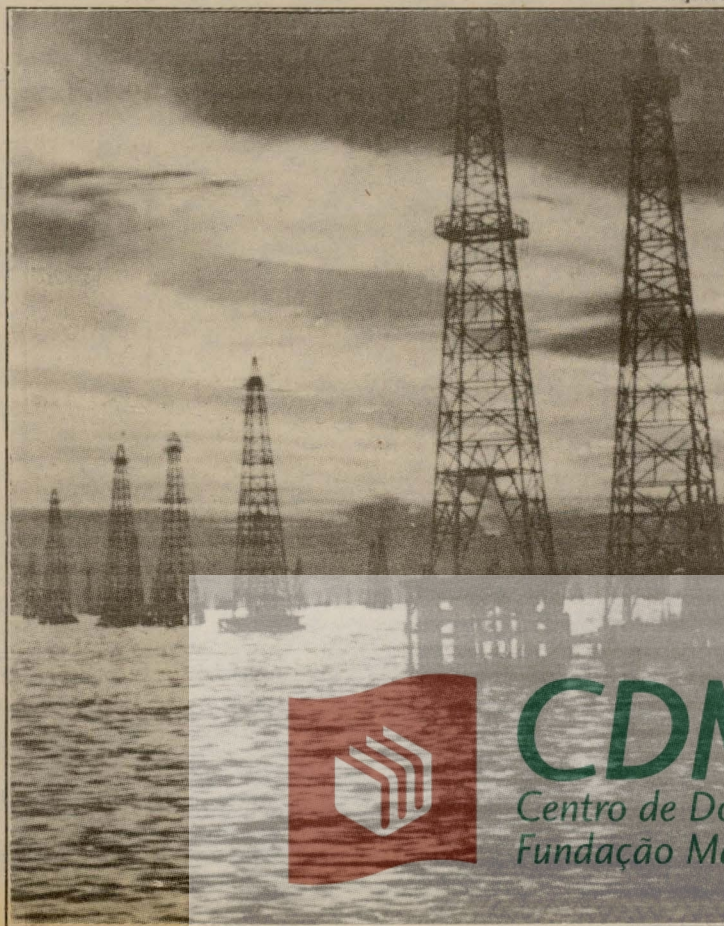
— que o crescimento espantoso da dívida externa brasileira se deve ao jogo do mercado financeiro internacional que levou ao primeiro grande surto do endividamento brasileiro entre 1969 e 1973 quando a nossa dívida passou, graças à elevação unilateral das taxas de juros, de US\$ 4 bilhões para US\$ 12 bilhões, crescendo 200% em 5 anos, quando antes havia crescido apenas 30% nos últimos 10 anos;

— que no triênio 1974/76 a dívida externa brasileira subiu para US\$ 26 bilhões e os juros pagos nesse período foram de US\$ 4 bilhões, o equivalente ao total da dívida até 1964;

— que de 1976 a 1978 a dívida externa voltou a subir por causa da grande disponibilidade de dólar no mercado financeiro internacional, chegando à espantosa cifra de US\$ 44 bilhões;

— que a partir do fim da década de 70 ocorreu um fato novo na conjuntura internacional, com a elevação pelos banqueiros dos juros internacionais já a níveis nunca vistos. Até então o juro médio era de 6% a 8%. Nesse perío-

Arquivo



Petrobrás: ameaça de privatização, agressão à soberania

do os juros foram elevados para 12%, 15% e até 21,5%, valor a que chegou a **prime rate** norte-americana em maio de 1981. Essa situação levou o próprio chanceler da Alemanha Ocidental, Helmut Schmidt a afirmar que "esses são os mais altos juros cobrados desde o nascimento de Jesus Cristo";

— que em decorrência desses fatos, alheios à vontade dos brasileiros, os juros de nossa dívida externa que em 1970 representavam 2,3% do total da formação bruta do capital fixo, em 1979 passou a representar 8% e em 1982 representava 19%.

Esses fatos demonstram a gravidade do problema da dívida externa e, mais do que isso, o verdadeiro assalto à soberania nacional que ela representa, através da adoção de acordos leoninos firmados pelo governos brasileiros com os banqueiros internacionais, muitos deles em que o Brasil chegava ao absurdo de abrir mão de sua própria soberania nacional.

Exemplo disso é a grande pressão da burguesia nacional, inspirada no chamado "neoliberalismo", novo nome para o conservadorismo descarado e os interesses dos governos imperialistas em aviltar mais ainda a economia nacional, buscando a compra de estatais, que são empresas vitais para o desenvolvimento econômico e independente da nação. A Petrobrás é uma das mais visadas estatais. Sua privatização seria um duro golpe à economia do país e à luta do povo, uma vez que foi este que à época de Vargas, através da campanha "O Petróleo é nosso" soube, através de grandes manifestações, garantir a nacionalização da extração de petróleo brasileiro com a criação da Petrobrás.

Dentro desse quadro o governo da FBP não pode ter outra atitude que não a de defender a suspensão imediata do pagamento da dívida externa. Contudo, essa posição é insuficiente se não vier acompanhada de mudanças substanciais nas relações de troca entre o Brasil e o exterior, de forma a preservar a nossa soberania.

Os críticos dessa posição argumentam que isso seria praticar um calote em nossos credores. No fundo, essa crítica esconde uma posição de servilismo e subserviência aos banqueiros internacionais. A suspensão do pagamento da dívida externa, longe de representar um calote nos credores, representa, isso sim, um grito de libertação. Afinal, no nosso entendimento a dívida externa já foi paga. A dívida agora é a dos banqueiros internacionais. Suspender o seu pagamento significa livrar o Brasil do calote que os banqueiros estão nos aplicando. (Haroldo Lima)



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Elisabeth Teixeira:

"A hora é de varrer a reação do poder"

Miguel Lucena *

"O povo é maioria; as elites são minoria. E, por acreditar na vitória do povo, voto em Lula presidente." A frase, dita com emoção, é de dona Elisabeth Teixeira, viúva do fundador das Ligas Camponesas na Paraíba, João Pedro Teixeira, assassinado a 2 de abril de 1962, a mando dos latifundiários, tornando-se figura central de um episódio que marcou as lutas dos trabalhadores paraibanos e ficou registrado no filme "Cabra Marcado pra Morrer", dos cineastas Wladimir Carvalho e

Eduardo Coutinho, ganhador do Prêmio Tucano de Ouro no Festival de Cinema e Vídeo do Rio de Janeiro, em 1984.

As 64 anos, Elisabeth Teixeira permanece ativa. Ainda marcada pelas perseguições que sofreu antes e depois do golpe militar de 1964, ela prossegue a luta pelas transformações exigidas pela sociedade e desfralda, a todo instante, a bandeira dos camponeses e trabalhadores rurais sem-terra: a defesa intransigente de uma reforma agrária

que combata o latifúndio, "para não assistirmos ao desfile lastimável de míseras pelas periferias das cidades".

"O campo mudou: em vez de posseiros, hoje há assalariados"

Ela apóia a Frente Brasil Popular (PT — PCdoB — PSB) e, mesmo cansada, tendo que cuidar dos netos e participar das lutas dos trabalhadores rurais paraibanos, sem contar os congressos, conferências e seminários a que se faz presente, não perde sequer uma manifestação de campanha. "A hora é de, com afinco, varrer a reação do poder", ressalta.

E essa medida, na opinião dela, só Lula e a Frente Brasil Popular, "com a força organizada dos operários e camponeses", é que podem tomar. "os compromissos de Luís Inácio Lula da Silva são claros, principalmente em face de sua origem operária e do apoio dos partidos que sempre estiveram ao lado do povo", reitera.

Um dado importante é apresentado pela líder camponesa. Com o golpe militar de 64, os pequenos proprietários foram, pouco a pouco, forçados a abandonar suas pequenas glebas, de pronto anexadas pelos latifundiários, grandes usineiros e multinacionais instaladas no país. Hoje, todos eles são assalariados, muitos trabalhando nos canaviais ou morando em favelas das cidades grandes. Engrossam o contingente dos 11 milhões de trabalhadores brasileiros sem terra e de 1 milhão de canavieiros nordestinos, que sofrem a mais brutal exploração dos barões do açúcar.

"Esta dívida não nos pertence. E está matando nosso povo"

Sobre o pagamento da dívida externa, fator de empobrecimento dos brasileiros, Elisabeth defende a suspensão imediata por entender que os milhões de dólares que endividam o país não foram contraídos pelo povo. "Essa dívida não nos pertence. O que se vê é a nossa gente morrendo de fome", afirma. E acrescenta: "Se há dívida, é dos grandes capitalistas."

Dona Elisabeth também falou sobre os preconceitos alimentados pelas elites dirigentes contra o candidato da Frente Brasil Popular. O mais comum deles é dizer que Lula não está preparado para governar o país, por ser operário, e que não tem cultura.

Ela constata, inicialmente, um "ar do desespero" da burguesia diante da iminente vitória de Lula nos dois turnos das eleições presidenciais. E indaga: "Por que, então, as elites dominantes, tão instruídas, não resolveram a longo dos anos os problemas cruciais da Nação? Ao contrário, afundaram cada vez mais o Brasil."

"Lula aponta caminho da liberdade. Por isso ele é tão perseguido"

O resultado do modelo econômico levado a cabo pelas elites, na opinião da líder camponesa, salta à vista de todos: 40 milhões de analfabetos, mais de 60 milhões de pessoas em estado de pobreza absoluta, milhões de trabalhadores sem terra e a violência alarmante tanto no campo, como na cidade.

Dizem que Lula não tem condições de governar, não é instruído. Falam isso porque ele é o único a ter a coragem de apontar para todos nós o caminho da liberdade. A grandeza do Brasil construída pelos operários, que com certeza saberão administrar o que

"Cabra

Na noite do dia 31 de março de 1964 ou 1º de abril, quando foi dado o golpe, as gravações de "Cabra Marcado pra Morrer" ainda não haviam sido concluídas. O filme, dirigido por Eduardo Coutinho, constituía-se apenas em um documentário, fruto de uma idéia surgida no dia em que o cineasta Agnaldo Veloso Borges — o mesmo que mandou matar Margarida Alves — ordenou seus capangas, juntamente com a Polícia Militar, matarem João Pedro Teixeira, na rodovia que liga Café do Vento e Sapé, na Paraíba.

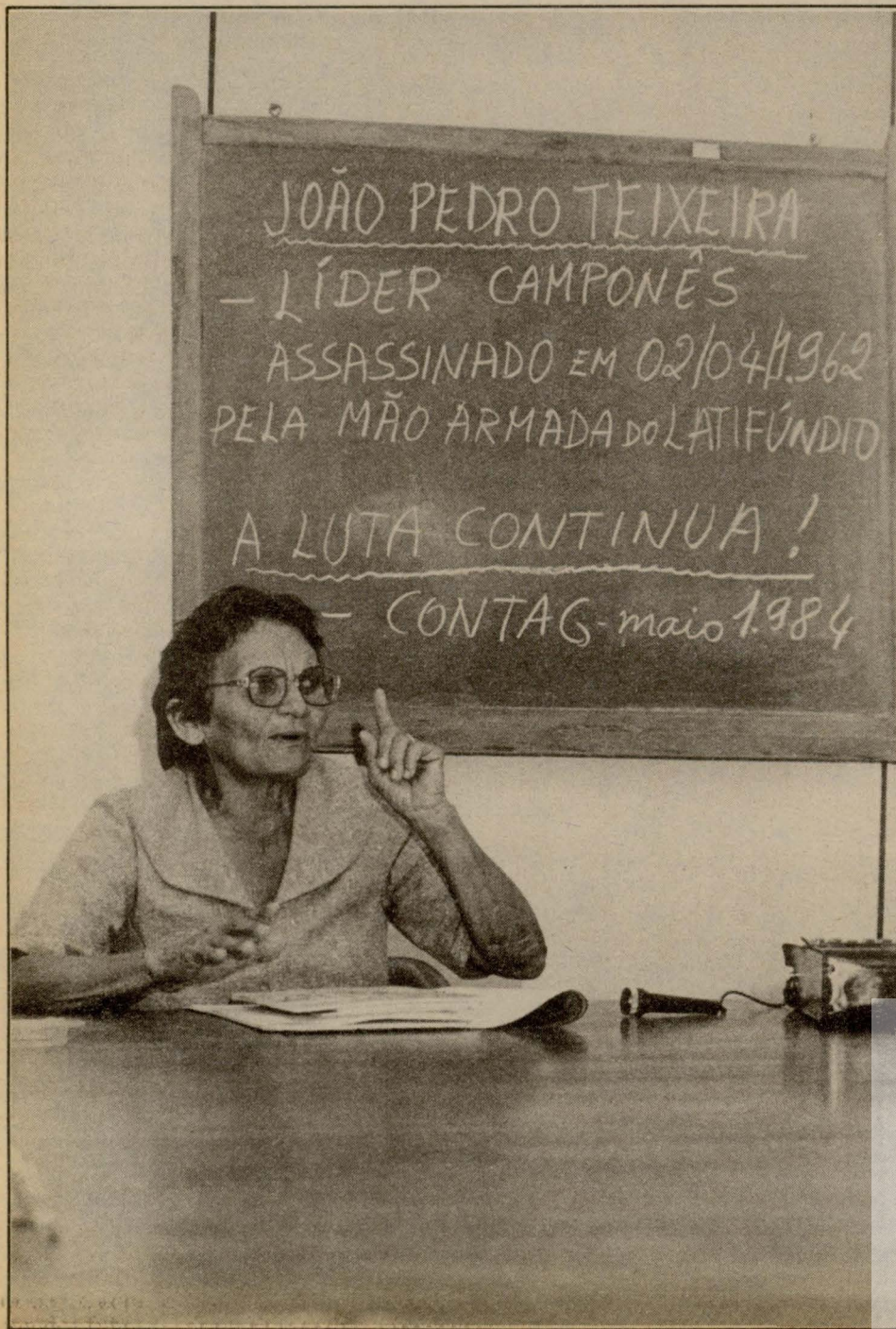
Eduardo Coutinho, em 1962, percorreu todo o país com uma caravana de estudantes, integrantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), com o objetivo de preparar um documentário sobre a realidade brasileira. Nessa excursão, ele teve a oportunidade de filmar um comício em protesto à morte do líder das Ligas Camponesas. As ruas estavam repletas de trabalhadores rurais.

Dois anos depois, em 1964, o cineasta retornou a Sapé para convidar dona Elisabeth a integrar a equipe. Daí, surgiu a idéia de se fazer uma gravação real, com os trabalhadores protestando e exigindo seus direitos.

Quando 60 por cento das filmagens estavam prontas a repressão apreendeu

Porém, quando já haviam feito mais de 60 por cento das filmagens, eles tiveram seus equipamentos apreendidos e destruídos pela repressão. As filmagens tinham sido normais entre fevereiro e a madrugada do dia 31 de março, quando Eduardo Coutinho as transferiu para o Engenho Galiléia, em Pernambuco. Em Sapé, Mari e Pilar, na Paraíba, o clima era de tensão e a Polícia movia uma perseguição implacável aos trabalhadores.

Antes da transferência para o Engenho Galiléia, Coutinho havia deparado com um grande derramamento de sangue em Sapé, numa luta entre policiais e camponeses que resultou em 11 mor-



Elisabeth Teixeira, com emoção: "o povo é maioria e vai vencer"

onstruíram com sangue, suor e sacrifício, assinala.

Como sempre ativa, Elisabeth participa de muitas frentes de luta. Uma delas, de cuja participação se orgulha, é o movimento de mulheres. Ligada à Frente Emancipacionista, ela é vice-presidenta da União Brasileira de Mulheres e entende que, sem a integração feminina, as transformações profundas tornam-se impossíveis em qualquer parte do mundo.

“Mulher é indispensável para consolidar a luta pela democracia”

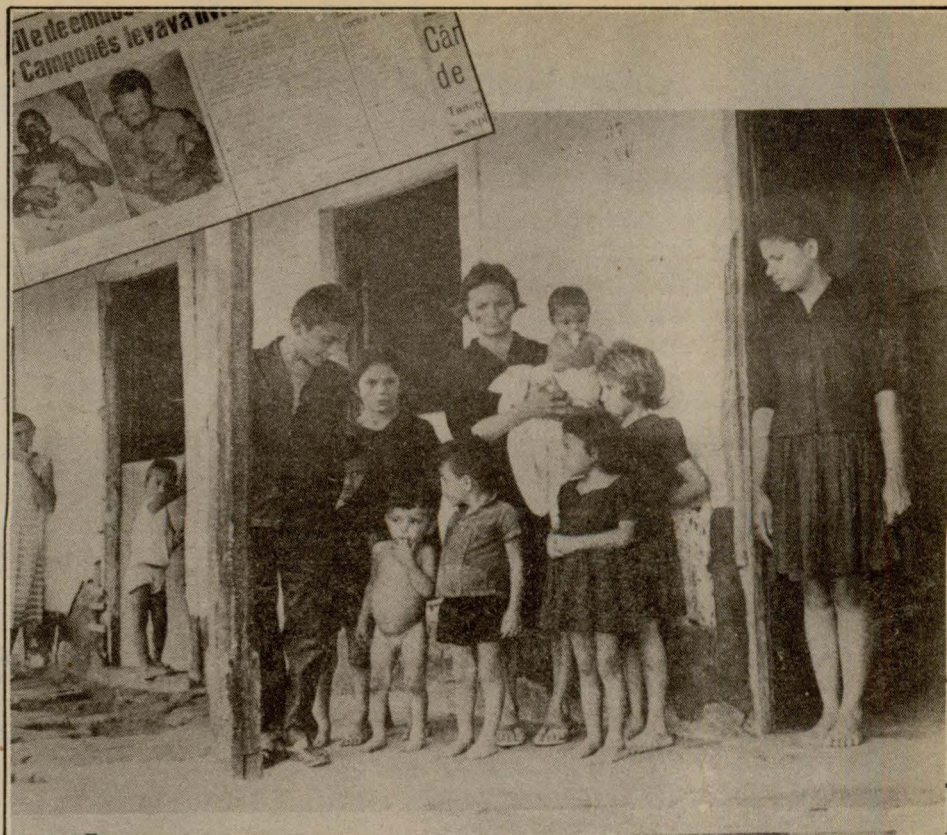
Para ela, a mulher vem exercendo destacado papel na luta de libertação do povo brasileiro. “A anistia foi um exemplo disso.” Rechaçando opiniões que tendem a apontar o homem como inimigo da mulher, ela acentua: “A nossa luta, mesmo cada um com suas especificidades, é uma só. Os preconceitos não se acabam do dia para a noite, e o caminho para superá-los é pararmos unidos em busca de uma nova sociedade.”

Na entrevista concedida em sua casa, no bairro populoso de Cruz das Almas, em João Pessoa, dona Elisabeth Teixeira destacou uma característica de Pedro Teixeira que ela admirava: a preocupação dele com a educação, embora sendo um homem de roça.

No dia em que foi assassinado, o líder das Ligas Camponesas trazia, nos braços, vários cadernos que seriam distribuídos no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé, a poucos quilômetros de João Pessoa. “Ele trazia também cartilhas e livros, por ter a convicção de que o ensino era importante para podermos defender os nossos direitos”, completa.

Para ela, o Governo da Frente Brasil Popular fortalecerá a escola pública, “ao contrário dos governantes das classes dominantes, que a destroem para o povo não ter acesso ao saber e viver submisso e ignorante. De um lado, os professores ganham miséria e não podem ensinar desse jeito; de outro, as crianças famintas não podem aprender. É preciso mudar isso”.

* Jornalista, correspondente em J. Pessoa



Cena de “Cabra Marcado”; denúncia pungente dos crimes do latifúndio

“Cabra Marcado para morrer” — vinte anos depois

...s. Aquele município não era mais o indicado para realizar o sonho dos que faziam o filme. Enganaram-se, no entanto, em pensar que esse engenho era um lugar calmo. Acontece que, a aproximadamente 50 quilômetros do Recife, perto do Engenho Galiléia, tinha sido fundada, em 1955, a primeira Liga Camponesa do país. Nas filmagens ali realizadas, Pedro Teixeira era representado por um ator que não participou do movimento camponês: João Mariano Santana da Silva.

Diziam que os trabalhadores eram “cubanos subversivos”. E a imprensa criou histórias

Depois do golpe, o Exército cercou Galiléia e apreendeu os equipamentos, sob a alegação de que os trabalhadores participantes das filmagens eram “cubanos” que faziam “subversão” no local. À época, o Diário de Pernambuco publicou matéria sobre o episódio, de que transcrevemos a abertura: “Nesse casebre, na Galiléia, estava instalado um poderoso gerador destinado a fazer funcionar uma custosa máquina de projeção cinematográfica. O filme, entre os inúmeros encontrados, que estava sendo levado na semana do golpe, era o Marcado para Morrer. A película ensinava como os camponeses deviam girar de sangue frio, sem remorso ou sentimento de culpa, quando fosse preciso dizimar pelo fuzilamento, decapitação ou outras formas de eliminação os reacionários presos e levados à Galiléia, no Interior do Estado.” — Tudo uma farsa da ditadura.

Entretanto, os negativos da primeira parte do filme, sem que o Exército tivesse conhecimento, haviam sido guardados por Eduardo Coutinho. Entre 1970 e 1979, quem se interessou pelo reinício das filmagens foi o também cineasta David Neves; que sempre incentivou Coutinho a concluir o filme. Ao chegar em João Pessoa para participar de um festival de Cinema, o produtor de “Cabra Marcado...” soube que um dos filhos de dona Elisabeth

morava aqui. Pensou logo em recomendar as filmagens, que, conforme entrevista sua tão logo foi premiado, “não podia deixar um cadáver no armário e, por isso, fizemos uma enorme, silenciosa e comovente cadeia de solidariedade”.

Entre sufocos e desencontros — e a sempre marcante perseguição contra os “subversivos” —, a advogada Ofélia Gondim, que assessorou as Ligas em 64, recuperou o roteiro do primeiro filme. Presa em maio desse mesmo ano, ela foi transferida de João Pessoa, no mês de agosto, para o 7º Batalhão de Engenharia, em Campina Grande, onde encontrou, em poder de um tenente, o material apreendido no Engenho Galiléia. “Achei todos esses papéis no

canavial. Interessava?” indagou o militar.

“O Exército tirou eu daqui, meteu eu na cadeia. Só o diabo agüentava o sufoco”

A advogada guardou o material até 1967. Segundo dona Elisabeth Teixeira, “eles — David Neves e Eduardo — se emocionaram ao ver a exibição dos originais, no auditório do jornal ‘Folha de São Paulo’, quando foi exibido ainda em 16 milímetros”. Entre as partes mais emocionantes do filme, está a que mostra o comício de protesto, em Sapé. Numa das cenas, o camponês João Mariano diz: “Não fui prejudicado pelo filme. Fui prejudicado pelo senhor do Engenho.”



João Pedro Teixeira, o líder camponês assassinado

E, noutra parte, protesta o camponês João Virgílio: “O Exército tirou eu daqui, meteu eu na cadeia, cegou-me o olho. Deu-me uma pancada, perdi o ouvido; outra pancada, perdi o coração. Passei seis anos na grade. O que foi que eu construí na cadeia pra nação?” Mais adiante, completa o relato do seu sofrimento: “Passei o dia todo dentro de um tanque de bosta. Isso é revolução? Só o diabo agüentava o sufoco. Era assim que aqueles homens queriam contribuir para o progresso da nação?”

Na noite do dia 31 de março de 1964, dona Elisabeth viveu um “verdadeiro suplício”, na sua definição. Ela foi obrigada a se esconder numa mata escura, nas proximidades do Galiléia, quando já se aproximava das últimas filmagens de “Cabra Marcado pra Morrer”, ao ser perseguida pelo Exército.

Os cineastas foram presos e Elisabeth Teixeira amargou maus-tratos em João Pessoa

À noite — conta ela —, o clima era de tensão, principalmente por conta do nervosismo de Vladimir Carvalho, paulista pertencente à equipe de coordenação das filmagens. De mãos dadas até o amanhecer, em seguida eles foram para o Recife, de ônibus.

Nesse grupo estavam Eduardo Coutinho e Fernando Duarte, ambos integrantes do movimento estudantil na época. Após a viagem, Elisabeth ficou hospedada na casa de Vladimir Carvalho, sem que ninguém tomasse conhecimento. Passados dois meses, entregou-se à polícia paraibana, ficando presa no I Grupamento de Engenharia e Construção.

Enquanto Eduardo Coutinho e outros cineastas eram presos no Bairro de Boa Viagem, em Recife, pelo Exército, Elisabeth Teixeira amargava os maus-tratos que lhe eram impostos na prisão em João Pessoa, que, entretanto, não a afastou da luta que não larga até hoje.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Duas alternativas opostas

Ricardo Avelar *

A análise detalhada da parte econômica do "Programa dos 13 Pontos" da Frente Brasil Popular e das idéias apresentadas pela assessoria econômica de Collor revela concepções claramente distintas sobre a forma de sair da crise.

A discussão sobre os programas econômicos dos candidatos a presidente da República tende cada vez mais a ganhar destaque na atual fase do embate sucessório. Isso ocorre pelo fato desta sucessão estar transcorrendo paralelamente a uma grave e prolongada crise da economia brasileira, explicitada pela crescente espiral inflacionária, crise cambial, queda na taxa de investimentos e falência financeira do Estado.

No embate atual observa-se a existência de dois grandes projetos. Por um lado tem-se o projeto conservador de Fernando Collor, que travestido nas palavras "moderno" e "social-democrata", propõe apenas tímidas reformas através de medidas equivocadas e incoerentes entre si próprias. Por outro, apresenta-se o programa econômico de Lula, expresso no "Programa dos 13 Pontos" da Frente Brasil Popular (FBP). Ele procura criar condicionalidades para que o país retome seu crescimento nos moldes de um novo padrão, mais soberano e menos concentrador.

Vários aspectos polarizam este debate. Apenas através da análise minuciosa de cada um deles podemos separar "o joio do trigo", mostrando se existe coerência entre o discurso de palanque e as efetivas intenções. Os itens a serem abordados para que se trace estas diferenças são: estabilização antiinflacionária, questão externa, crise financeira do Estado, política industrial e por último a articulação destes fatores com o objetivo enunciado de iniciar a redução da desigualdades sociais.

Para reduzir inflação, duas saídas: reformas ou arrocho maior

O enfrentamento da crise econômica nos seus elementos de curto prazo marca a primeira grande diferença entre os candidatos e consiste no aspecto mais escamoteado pela assessoria do candidato do PRN, a economista Zélia Cardoso de Mello. O programa da FBP deixa evidente a concepção segundo a qual uma política de estabilização antiinflacionária duradoura só será possível mediante a conjunção de uma reforma monetária com sérias mudanças estruturais. Esta visão é resultado de um diagnóstico particular sobre as causas dos recorrentes fracassos dos

planos de estabilização anteriores (Cruzado, Bresser e Verão). Para os economistas assessores da candidatura Lula, os fracassos dos planos de natureza heterodoxa no Brasil se explicam pela falta de ousadia das autoridades econômicas de associar ao choque monetário medidas estruturais mais enérgicas. A suspensão do pagamento da dívida externa e a resolução da crise financeira do Estado deveriam estar no centro das providências do governo. Estas medidas permitiram um maior controle das políticas cambiais e da taxa de juros, que são hoje os "preços" mais instáveis da economia brasileira.

Tal diagnóstico diferencia a FBP daqueles que dizem que a causa dos fracassos dos planos anteriores deve-se ao excesso de consumo, o que traz como consequência a necessidade de penalizar os salários dos trabalhadores como condição prévia para o sucesso no combate à inflação. Os economistas partidários desta segunda opinião, com destaque para os da PUC-Rio e do IBMEC, estão hoje exatamente na assessoria do sr. Fernando Collor, ao lado da "Delfim de saias", Zélia Cardoso de Mello. Para eles, o novo governo deve priorizar a política de estabilização, mesmo que isto custe uma brutal recessão para o país.

A proposta da FBP para o tratamento da questão da dívida externa, constante no "Programa dos 13 Pontos", é clara: seu pagamento será imediatamente suspenso após a posse do novo governo. Sem uma posição firme em relação a este aspecto fundamental da crise brasileira certamente nenhum passo será dado no sentido de sairmos do atoleiro.

A suspensão do pagamento da dívida externa permitirá pôr fim à imensa sangria de recursos, que há pelo menos dez anos paralisa os investimentos e impõe a redução do consumo interno da população. Ela permitirá que o Brasil reduza seu saldo comercial, o que trará como consequência a ampliação da disponibilidade de recursos reais.

Um outro objetivo da suspensão do pagamento da dívida, proposta pela FBP, relaciona-se aos problemas das empresas estatais. Sabe-se que grande parte da dívida externa brasileira está atualmente nas mãos destas empresas, em resultado das políticas dos governos militares. Por isso elas, responsáveis majoritariamente



Zélia Cardoso de Melo: um "Delfim de saias" coordena o projeto econômico de Collor

pela oferta de insumos básicos (energia, aço, petroquímica, etc) para alimentar a produção industrial brasileira, têm de arcar com um peso financeiro tão alto que torna-se impossível a execução dos seus planos de investimento no montante requerido por qualquer projeção do potencial de crescimento de longo prazo da economia brasileira.

Dívida externa: enfrentamento firme ou dois passos atrás

Portanto, a suspensão do pagamento da dívida é condição necessária para garantir a estabilização antiinflacionária, a retomada dos investimentos e subsidiar, através da liberação de bens de consumo, uma política agressiva de redução das desigualdades sociais. Neste sentido que a proposta do candidato Lula se constitui num passo à frente para o país.

Agora analisemos o quão diferente a proposta do candidato Fernando Collor. Sua assessora Zélia Cardoso de Mello tem ressaltado em todos os debates de que participa que pretende atacar o problema promovendo a "descentralização da negociação da dívida, mantendo-se entretanto a coordenação por parte do governo federal".

O primeiro fato est arrecedor que envolve esta formulação diz respeito à estratégia de negociação aí implícita. No momento em que os setores progressistas dos países da América Latina buscam se associar para atacar o problema da dívida externa com maior poder de pressão, o candidato Collor vem propor uma inusitada e absurda estratégia de negociação a ser adotada pelo Brasil. Segundo ele, dever-se-ia deixar as empresas endividadas (majoritariamente públicas) negociarem diretamente com seus credores. Ou seja, se a negociação feita país por

país já está resultando no maior fiasco imaginem que poder teria uma empresa isolada no momento em que esta fosse negociar com o pool de bancos estrangeiros possuidores de seus débitos.

Tal estratégia evidencia seu caráter conservador e antinacional, no momento em que é vinculada ao objetivo de privatização das estatais. A idéia subjacente é de que as estatais poderiam converter parcelas de suas dívidas através da alienação de seu patrimônio aos bancos internacionais.

A FBP acredita que na realidade dos países latino-americanos, onde persistem enormes desigualdades sociais, o objetivo de reduzir estas desigualdades certamente não será atingido apenas "retomando o desenvolvimento". Por isso a FBP propõe uma ação ativa do poder público no sentido de induzir um processo de redistributividade através da articulação de várias políticas. O Estado brasileiro deverá ser financeiramente saneado no sentido de se tornar apto para ampliar os gastos sociais, historicamente comprimidos.

Collor ressuscita teoria do "bolo": é preciso crescer para dividir

Entretanto, as forças que atuam junto à candidatura Lula não acreditam que apenas a ação assistencial do Estado possa alcançar o objetivo de melhorar os indicadores sociais no país. Deve-se ao lado disso interferir no processo de repartição social da renda primária, adotando política inequívoca de aumento real dos salários. Não basta, como deseja o sr. Collor, repor a inflação passada. Deve-se adotar uma política firme de reposição acopiada à ampliação da oferta de bens de consumo de massa, como forma de evitar que o aumento nominal dos salários resulte simplesmente em inflação.

Por último, é fundamental salientar que a FBP recusa terminantemente qualquer proposição baseada na arcaica "teoria do bolo" segundo a qual primeiro a economia deverá crescer para depois redistribuir. Crescimento e aumento da produtividade da economia, como já foi bastante demonstrado pela prática, não redundam em redução dos indicadores de concentração da renda

A sociedade dará a palavra final, no dia 17 de dezembro

De forma diametralmente oposta, a concepção do candidato Collor é uma simples reedição da já referida "Teoria do bolo". Os aumentos dos salários reais só seriam possíveis à medida que a economia aumentasse seus níveis de produtividade.

Desta maneira, como o candidato Collor de Mello mantém-se num terreno tipicamente conservador, resta-lhe jogar toda a expectativa redistributiva nas ações sociais do Estado. E aí chegamos à beira do cinismo. Um grupo de neo-liberais, descrentes de qualquer ação eficiente do Estado, "acredita" que a miséria imensa da sociedade brasileira será eliminada apenas pela ação social do Estado..., sem que isso contem com qualquer apoio de reformas estruturais no quadro econômico.

Pôde-se então, através da discussão dos itens básicos do programa de cada candidato, demonstrar as amplas e marcantes diferenças dos dois projetos apresentados para a sociedade brasileira. Resta a ela, em 17 de dezembro, fazer sua opção.

* Economista e colaborador da Classe

Um projeto em frangalhos

Antonio Martins

À medida que se aproxima a batalha final da disputa sucessória vão surgindo novos sinais de que o modelo de desenvolvimento que o governo Sarney conservou não apenas esgotou-se, mas está em franca decomposição. Por isso mesmo são perfeitamente dispensáveis e soam estranhas as concessões que um grupo de economistas de esquerda procura fazer a ele.

Depois de ocuparem desde o início do ano espaço privilegiado no noticiário de todos os meios de comunicação, os assuntos econômicos se viram nas últimas semanas empurrados novamente para as páginas menos nobres dos jornais. Os momentos derradeiros de luta pela Presidência empolgam a população, e a imprensa trata costumeiramente esta disputa como se fosse algo à parte, relacionado mais às façanhas dos candidatos e de suas equipes e apoiadores que aos problemas concretos com que a população se defronta a cada dia.

Quem acompanha mais atentamente os fatos, porém, precisou de apenas uma semana — a que se estendeu entre o final de novembro e os primeiros dias deste dezembro decisivo — para enxergar os novos sinais que surgiram na conjuntura, e que apontam todos para a mesma direção. Eles indicam, como se fosse necessário fazê-lo mais uma vez, que o modelo de desenvolvimento adotado pelo país nas últimas décadas chegou a um ponto de estrangulamento do qual não será possível sair sem traumas. Eles revelam que as principais medidas adotadas nos últimos meses pela equipe econômica chefiada pelo ministro Mailson da Nóbrega para amenizar as consequências deste desastre não amoteceram a crise, e em alguns casos a agravaram, a despeito da simpatia com que foram tratadas por quase todos os estudiosos conservadores. Eles sugerem por fim que enveredam por um mal caminho os economistas que, dizendo falar em nome da Frente Brasil Popular, negaram por diversas vezes nos últimos dias o "Programa de 13 Pontos" desta coligação, e, a pretexto de "levar tranquilidade aos agentes financeiros", procuraram afiançar que as mudanças econômicas abalarão menos que se supõe os alicerces do modelo.

Depois da inundação a tempestade: inflação sobe a 6000% ao ano

O sintoma mais visível das dificuldades acabou se manifestando no dia 1º, em circunstâncias prosaicas. O rompimento inesperado de uma tubulação de água, no prédio do IBGE localizado no subúrbio de Mangueira, no Rio, atrasou por 24 horas o cálculo do índice de inflação de novembro. Quando ele finalmente foi revelado, contudo, percebeu-se que os motivos para sobressalto haviam se tornado maiores.

Isso porque os 41,42% registrados pelo IPC de novembro não equivaliam apenas a uma alta de preços superior a 6000% ao ano. Muito mais importante que isso, eles indicavam a falência de mais um mecanismo de controle inflacionário, que o ministro Mailson lançara pouco mais de um mês antes, cercado pelo aplauso e as

peranças da direita: as câmaras setoriais de preços.

Se o avanço da inflação fosse um fenômeno ligado essencialmente à falta de entendimento entre os agentes econômicos ou à ganância incomum de uma parte deles, o mecanismo proposto por Mailson seria um remédio de eficácia certa. Ele estabelecia que os preços poderiam subir apenas uma vez por mês, e que este reajuste nunca deveria ultrapassar o limite imposto por um "reductor", equivalente a 90% do índice do IPC registrado no mês anterior. Preços que eventualmente estivessem defasados seriam negociados nas câmaras setoriais respectivas, de modo que sua recuperação se fizesse paulatinamente, sem causar pânico e sem resultar em elevação imediata de outros produtos. Condição pela ação do "reductor", a inflação cairia de forma lenta porém constante e segura.

Em apenas um mês, fracasso completo das "Câmaras setoriais"

Não foi preciso esperar muito para assistir ao fracasso generalizado do sistema, previsto aliás desde o início por quem quis enxergar. Ao invés de cair, o IPC de novembro registrou índice mais de 10% superior aos 37,6% de outubro. Antes que terminasse o mês setores do próprio empresariado passaram a se dizer lesados pelas decisões das câmaras setoriais, e ameaçaram desrespeitá-las abertamente. E nos primeiros dias de dezembro o mercado financeiro passou a trabalhar com a expectativa de uma alta de preços ainda maior para o mês. Fala-se num índice de inflação em torno dos 47%.

Os projetos de Mailson não fra-

cassaram por falta de boa-vontade, porém. Dois dias depois do IBGE divulgar o IPC de novembro, técnicos do Ministério da Fazenda foram obrigados a admitir que o encalacramento financeiro do Estado, que é um dos problemas essenciais da economia brasileira e uma das causas básicas da inflação, vinha se agravando rapidamente.

Numa única manhã dívida interna cresce 900 milhões de dólares

Desde o início de setembro o governo passara a oferecer taxas de juros exorbitantes (em torno de 100% ao ano) aos credores dos títulos da dívida interna, para evitar que eles resgatassem seus papéis, inundassem a economia com dinheiro vivo e deflagraassem uma hiperinflação às vésperas do pleito. Em dezembro ficou mais claro que nunca que esta política poderia levar a um desastre de grandes proporções. Ao contrário do que esperavam os técnicos do governo, a emissão de moeda continuou acelerada, graças a um estranho fenômeno batizado de "efeito riqueza". As taxas de juros, francamente sedutoras pagas pelo Estado aos compradores de seus títulos tiravam de fato moeda de circulação, inibindo em certa medida um aumento do consumo e dos preços. Contraditoriamente, porém, os ganhos obtidos pelos aplicadores no "over" através deste mecanismo eram tão extraordinários que pelo menos uma parte deles retornava rapidamente ao consumo, provocando efeito oposto ao que se previa. A política de juros altos revelava então, para quem ainda não estivesse convencido, seus limites evidentes. Ela levava o Estado rapidamente à insolvência e promovia brutais transferências de renda, mas era impotente para frear a disparada dos preços.

E surgiu um problema suplementar. Depois de transferir bilhões de dólares aos aplicadores na "ciranda financeira" o Tesouro se viu ameaçado de ficar sem recursos até mesmo para pagar o 13º salário dos servidores públicos federais e a modesta reposição salarial que eles conquistaram com

sua última greve. A saída que se deu à crise não apenas demonstra a que grau de profundidade ela chegou como projeta problemas ainda maiores para um futuro próximo. O governo anunciou que ao longo de dezembro promoveria uma venda maciça de títulos públicos, numa tentativa desesperada de tirar mais dinheiro de circulação e de fazer frente a suas próprias responsabilidades financeiras. Os ministros econômicos informaram que ao longo do mês o endividamento do Estado poderia ampliar-se em 2,7 bilhões de dólares, e passaram rapidamente das palavras à prática. As operações de compra e venda de títulos públicos realizadas em um único dia, 5/12, resultaram numa elevação da dívida interna na ordem de 900 milhões de dólares.

Capital externo obtém novas concessões, mas não pára de sair

Como se desgraça pouca fosse bobagem, nos mesmos dias em que se tornavam nítidos os desastres da política do governo em relação à inflação e ao controle das finanças públicas surgiram também fatos que demonstram a inconsistência de duas outras teses essenciais do programa com o qual os conservadores sonham tirar o país da crise: a tentativa de atrair os capitais externos e o esforço para reduzir de forma significativa as barreiras aduaneiras à importação e exportação.

No dia 4 o Banco Central divulgou estatísticas que confirmam a tendência dos capitais estrangeiros a sair do Brasil e da América Latina em geral, apesar de sucessivas concessões que lhes têm sido feitas pelos governos conservadores da região. Os números, aliás, projetam para o ano de 1989 uma fuga nunca antes verificada: as multinacionais remeterão às suas matrizes 3,6 bilhões de dólares entre lucros, dividendos e repatriações, contra apenas 500 milhões em investimentos. Uma sangria líquida de 3,1 bilhões de dólares em apenas 12 meses.

Projeções feitas por fontes ligadas ao comércio externo em relação à balança comercial são igualmente reveladoras. Elas indicam

que em novembro as exportações superarão as importações em apenas 600 bilhões de dólares, constituindo-se no valor mais baixo do ano e sinalizando a deterioração acelerada de algo que os conservadores apresentavam como um de seus maiores êxitos. A análise mais profunda dos dados permite demonstrar que a causa principal do problema não é uma suposta alta artificial do cruzado, ao contrário do que alegam os exportadores, mas precisamente a liberalização generalizada das compras no exterior, recomendada pelas propostas neo-liberais e executada com decisão por Mailson desde o início do semestre. Entre julho, quando o saldo comercial atingiu seu valor mais expressivo, e outubro, as exportações cresceram 2%. No mesmo período, contudo, as importações aumentaram 58%, derrubando o superávit de mais de 2 para 1 bilhão de dólares.

Exige-se dos membros da Frente respeito ao Programa dos 13 Pontos

Por onde quer que se olhe, basta observar com atenção para ver que o modelo de desenvolvimento que o país seguiu nas últimas décadas desaba sobre seus próprios alicerces, num espetáculo tão melancólico como os últimos dias de um governo que insistiu em mantê-lo, e por isso foi levado à ruína. Talvez por isso mesmo soem tão estranhas as declarações do economista Aluísio Mercadante, que afirmou a todos os jornais, após encontrar-se com Mailson em 27/11, que o ministro "pareceu um homem comprometido com os interesses públicos, apesar das divergências que tivemos no passado"; e que sugeriu que o governo Lula deveria, em relação à dívida externa, manter a tímida política de "moratória técnica" iniciada pelo atual governo no segundo semestre. Talvez por isso cause espanto o artigo publicado em 21/11, na "Gazeta Mercantil" por Carlos Eduardo de Carvalho, coordenador do chamado "Plano de Ação do Governo" do PT (PAG). Entre outras afirmações, ele garantiu que a dívida interna do Estado "não é um problema grave", e sugeriu que a futura administração poderia trocar parte desta dívida por ações das estatais, uma saída muito parecida com a que vem sendo sustentada pela maior parte dos economistas de direita. Talvez por isso despertem perplexidade as afirmações de Guido Mantega, membro da equipe de economistas do PT que recolheu no final do mês passado dados essenciais sobre a economia brasileira nos ministérios da área. Contra todas as evidências, Guido "assegurou" que é possível rebaixar a inflação para 10% ao mês até o final de 1990, utilizando para isso precisamente as câmaras setoriais criadas por Mailson e desmoralizadas pela prática.

Em seus aspectos essenciais o "Programa dos 13 Pontos" da Frente Brasil Popular resgata, ao contrário, a luta por um modelo de desenvolvimento efetivamente democrático e responsável, métodos democráticos que norteiam a ação dos partidos que compõem a Frente seria útil que os economistas que se habilitam a falar em nome dela fossem fieis à letra e ao espírito de tal programa.



A Educação posta em debate

Arquivo

Miguel Lucena *

Os debates em torno da nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação no Brasil mobilizam diversos setores da sociedade brasileira ligados à educação e causam grandes polêmicas acerca do futuro do ensino no nosso país.

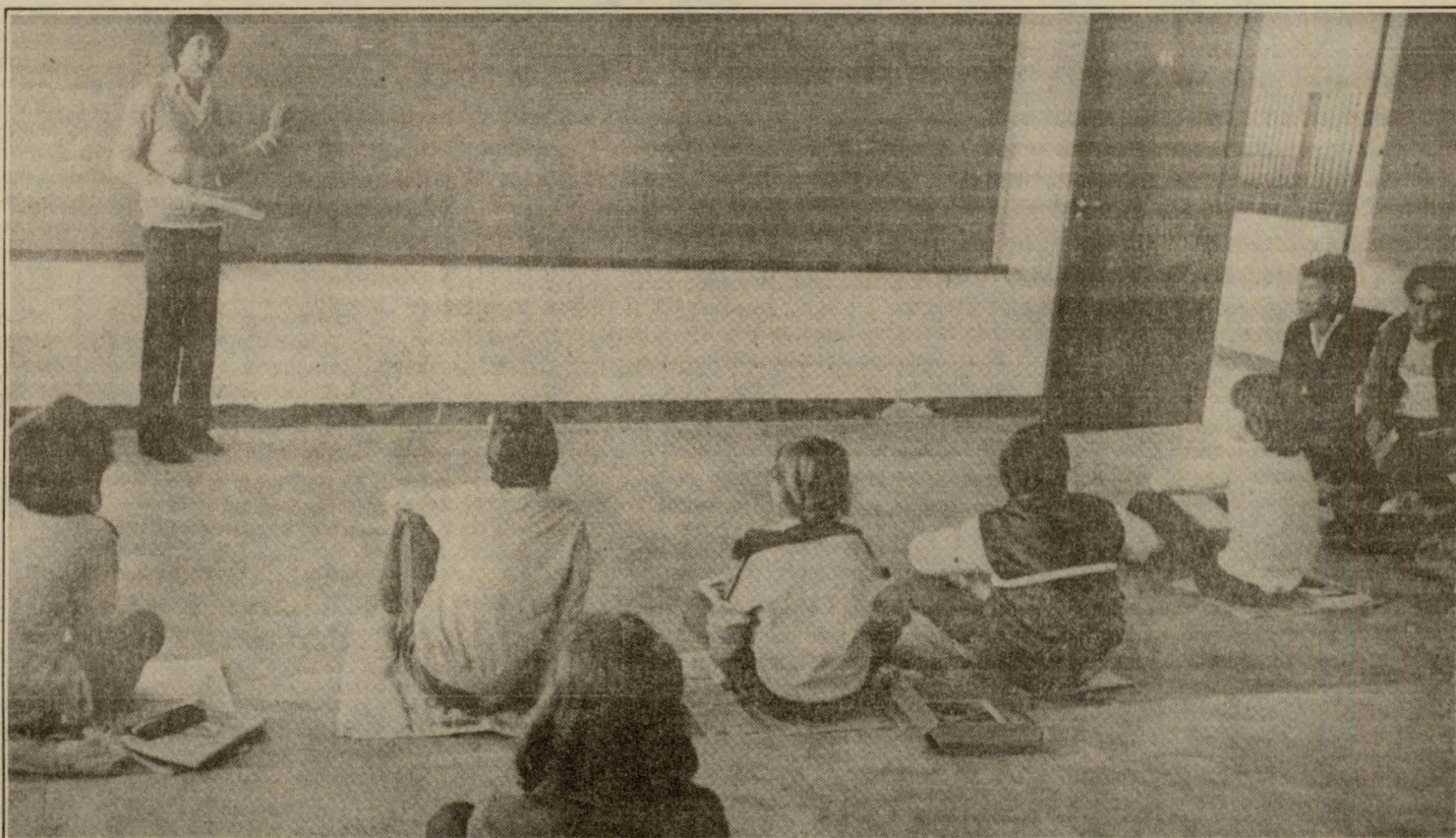
No momento em que se intensificam os debates em torno de questões essenciais para o avanço da sociedade, uma discussão vem mobilizando entidades nacionais dos mais variados setores, e provocando polêmicas no Congresso Nacional: a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação — LDB — cuja elaboração se dá num clima de profundo conflito entre os interesses privatistas e as correntes que defendem a escola pública, gratuita e de boa qualidade.

Os conservadores se articulam como podem na tentativa de impedir os avanços que poderão ser conquistados na área de educação. O exemplo disso foi dado no dia 11 de novembro coincidentemente na oportunidade em que estava reunido o Fórum Nacional de Educação, quando a deputada federal Sandra Cavalcante (PFL/RJ) apresentou emenda constitucional que objetivava suprimir da Constituição o dispositivo de elaboração da nova LDB.

Em contrapartida, o Fórum Nacional de Educação, composto por 26 entidades nacionais e dirigido pela CNTE — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação —, intensifica seus trabalhos. Mais uma vez reunido nos dias 23 e 24 de outubro, elaborou emendas — já apresentadas no último dia 30 — ao projeto substitutivo do deputado federal Jorge Hage (PSDB/BA), que será votado até 17 de dezembro, não sem antes lançar a público seu mais veemente protesto às manobras dos grupos conservadores.

Privatistas sofisticam defesa do ensino privado

A professora Maria José Rocha Lima, vice-presidente da CNTE na região Nordeste II e presidente da APLB — Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Bahia, entende que o debate assume nova feição. Segundo ela, os privatistas sofisticam e dão nova roupagem à defesa do ensino privado. Um dos recursos que utilizam é a manipulação do conceito de público, através da



A situação do ensino público no Brasil exige investimentos maciços de recursos estatais

regulamentação de formas extra-escolares de educação. Além disso recorrem à garantia de recursos públicos para as escolas ditas não-lucrativas, e resistem às formas de controle, por parte do governo, sobre a qualidade de ensino nas instituições privadas, arguindo a necessidade de liberdade plena para as “experiências inovadoras” que desenvolvem.

Contradição entre ensino e realidade brasileira

A vice-presidente da CNTE considera que a conquista de liberdades democráticas com o fim do regime autoritário leva os educadores a discutirem a educação num novo patamar. “Se antes havia uma luta de resistência por mais verbas para a educação, pela democratização das instituições de ensino e contra as leis repressivas, hoje se coloca para todos a necessidade de se apresentar propostas concretas para a educação nacional”, ressalta Maria José.

Para ela, essa necessidade existe principalmente porque há uma contradição clara entre o ensino e a realidade brasileira. “O ensino caducou frente às exigências do desenvolvimento social, econômico e político brasileiro”, constata, mostrando que o atraso é tão nítido que as mesmas bandeiras defendidas na década de 30 pelos educadores Aníbal Teixeira e Florestan Fernandes são “absolutamente atuais”.

E os números comprovam essa realidade. Cinquenta e sete anos depois do lançamento do manifesto dos pioneiros em defesa da escola pública, o Brasil possui 40 milhões de

analfabetos. “Além disso, temos um ensino fragmentado, desigual, uma escola alienante, adestradora, que forma para pequenas ocupações, em contradição com as exigências do avanço científico e tecnológico”, assinala.

As contradições, porém, não se resumem ao embate entre privatistas e os defensores da escola pública. Mesmo entre as correntes progressistas, existem visões diferenciadas. Maria José explica que, enquanto uns defendem um sistema de colaboração entre União, Estados e Municípios, “visando evitar desperdícios de recursos e fragmentação em sistemas — particularmente considerando as dificuldades dos municípios brasileiros que não reúnem condições para garantir educação de qualidade—”, outros propõem a manutenção da divisão do ensino.

Responsabilidades iguais pelo ensino básico

Essa segunda corrente entende que devem existir o ensino não profissional — propedêutico — e o ensino profissionalizante, cuja capacitação ocorreria paralelamente à escola, sob a responsabilidade de sindicatos de trabalhadores e órgãos patronais, como o SESI e SENA I.

Defensora do sistema único, a vice-presidente da CNTE afirma que essa proposta “tenta romper com a velha lógica de distribuição de responsabilidades por níveis de ensino”. Na visão dela, todas as esferas devem ser igualmente responsáveis pelo ensino básico (1.º e 2.º graus), cabendo

ainda à União cuidar especialmente do ensino superior, numa colaboração articulada.

Os defensores da politécnica buscam romper com a dicotomia entre ensino profissionalizante e acadêmico, colocando o trabalho como princípio educativo em todos os níveis. Querem, ainda, que a educação fundamental compreenda o ensino de zero a seis anos, o 1.º e 2.º graus. São favoráveis a que o aprendizado nas séries iniciais seja em tempo integral, a ser estendido progressivamente às demais séries.

“Queremos com isso — justifica — que a educação básica possa cumprir os seus objetivos essenciais, possibilitando a todos os cidadãos o domínio dos fundamentos das ciências, das diversas técnicas dos processos de produção, para que possam intervir na reorganização da sociedade.

Maria José e os educadores dessa corrente, a exemplo da professora Lucília Regina de Souza Machado (autora do livro “Politécnica, Escola Unitária e Trabalho”) entendem, entretanto, que essa escola básica comum, articuladora entre educação e trabalho não poderá se realizar plenamente no capitalismo. “No entanto, essa proposta poderá se concretizar em alguns aspectos, constituindo-se, portanto, num avanço com o objetivo de abrir novos horizontes para a educação brasileira”.

As diferenças discutidas aparecem claramente no substitutivo Jorge Hage. Para Maria José, o projeto constitui um avanço porque reafirma os princípios de uma educação democrática, institui o traba-

lho como princípio educativo, estabelece os objetivos para a educação visando à formação da cidadania e introduz mecanismos de participação da comunidade na definição das diretrizes educacionais.

O projeto de Lei de Diretrizes e Bases

O projeto, no entanto, conforme opinião da educadora, não tem coluna vertebral. “Ele terminou se constituindo numa colcha de retalhos”, observa. Isso se deu em face da tentativa do parlamentar de englobar, no substitutivo, as mais diversas tendências.

Enquanto afirma a escola unitária e o ensino politécnico, o projeto Jorge Hage estabelece o ensino profissional e o não profissional. Ao tempo em que propõe um sistema nacional unificado de educação, abre a possibilidade de criação de vários sistemas.

É nesse quadro conturbado que vem se reunindo o Fórum Nacional. Justamente na reunião dos dias 10 e 11 de outubro, a Associação dos Educadores Católicos (AEC) comunicou ao Fórum a impossibilidade de assinar documentos, juntamente com as demais entidades, tendo em vista a defesa da maioria no sentido de que os recursos públicos devem ser aplicados maciçamente na escola pública.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

* Diretor - representante da Federação Nacional dos Jornalistas no Fórum Nacional de Educação.

CSC propõe apoio a Lula

Jesus Carlos/Fóton

Irasson Cordeiro Lopes

A reunião do secretariado nacional da Corrente Sindical Classista, no dia teve como tema principal o quadro político nacional, com destaque para a campanha eleitoral do 2º turno. A direção da CSC aprovou por unanimidade o apoio ao programa de governo da Frente Brasil Popular a Lula, aproveitando para conclamar todo o movimento sindical brasileiro não-apegado a cerrar fileiras também nessa histórica batalha.

A expectativa da CSC quanto à posição da CUT frente ao 2º turno é, segundo Nivaldo Santana, presidente do Sindicato da Purificação de Água e Esgoto de SP e coordenador da CSC, de que além do apoio oficial à candidatura popular de Lula, haja um vigoroso engajamento prático, com a mobilização dos cerca de 1.400 sindicatos filiados à CUT para que estes, por sua vez, façam um chamamento de suas respectivas categorias para votar no candidato operário, desmascarando ao mesmo tempo a candidatura de Collor, representante das elites.

A Central Única dos Trabalhadores — afirma Nivaldo — só teria mesmo como caminho natural apoiar Lula, pois as reivindicações do movimento sindical, a luta dos trabalhadores e do povo em geral encontram expressão hoje na vitória das forças que defendem a bandeira das mudanças, contra o continuísmo dos governos conservadores, que há

anos arruinam a economia do país e tolhem as liberdades democráticas.

Desde o início da articulação da CSC na plenária de Campinas, SP, em abril de 1988, passando pelo congresso da entidade em fevereiro deste ano, que esta corrente vem apresentando um crescimento importante, com vitórias em sindicatos de peso. Hoje há núcleos da CSC em todos os Estados, e as forças políticas já reconhecem essa tendência como uma corrente de ponta do movimento sindical.

A principal debilidade enfrentada atualmente pela CSC é que se por um lado ela cresce e se projeta politicamente, por outro ela não tem conseguido manter uma base material que permita criar condições mais favoráveis para dar um salto de qualidade no seu trabalho. Tem sido difícil manter uma sede minimamente equipada, publicação de boletins e outros materiais de divulgação e mesmo para realizar atividades necessárias a uma entidade de porte. “Acho que todo sindicalista classista, comprometido com o avanço da Corrente, deve se imbuir da responsabilidade de não só estruturar a CSC no seu município, no seu Estado, mas também contribuir para a manutenção material da CSC em nível nacional”, alerta Nivaldo.

Em março de 1990, nos dias 9, 10 e 11, será realizado o II



Nivaldo à frente do Sindicato da Sabesp: o necessário apoio a Lula

Congresso da CSC. O ponto importante da discussão desse congresso será a situação política do país após o desfecho da batalha sucessória e também discutir o quadro sindical. Na

ocasião, os delegados irão opinar sobre a proposta da incorporação orgânica da CSC à CUT. Além disso, será definido um plano de lutas compatível com o momento político.

A expectativa é de que esse congresso conte com a presença de 3 mil delegados que representarão o crescimento e o enraizamento do sindicalismo classista em todo o Brasil.

CURTAS

A decisão da CGT — Confederação Geral dos Trabalhadores — em impor a seus seguidores o apoio incondicional a Collor de Mello enfrenta resistências. Antonio Rogério Magri, presidente da direitista e fragmentada entidade, oficializou no dia 29 de novembro a adesão à candidatura do marajá das Alagoas. Até aí nenhuma surpresa. Toda a grande burguesia nacional e internacional torcem por Collor. Magri serve — todos sabem — às duas. Suas execráveis ligações com a direita sindical norte-americana levam-no, naturalmente, para a mesma torcida. O único porém está por conta dos sindicatos ligados à CGT no Nordeste e no Sul. Eles não concordaram com a ordem de Magri, preferiram examinar melhor o assunto.

Indecisos, também, os dissidentes de Antonio Magri, ligados a outra CGT — Central Geral dos Trabalhadores, encabeçada por Joaquinão. No primeiro turno, boa parte deles apoiou o tucano Mário Covas.

Estes setores do sindicalismo atrasado vivem um dilema:

apoiar Lula é reforçar o sindicalismo de luta, classista. Apoiar claramente Collor

também impõe riscos, já que o candidato da direita prestigia o apoio a Magri — grande desafeto de Joaquinão — além de estar seriamente de rabo preso com o grande empresário, o que prejudicaria gravemente a imagem trabalhista que as duas entidades pelegas procuram manter.

Após a vitória da chapa da CUT e CSC no Sindicato dos Aeroviários de São Paulo, no dia 9, a entidade — ainda sob a antiga gestão — já apresenta algumas mudanças administrativas, fruto da força da vontade da categoria, que referendou a proposta da chapa oposicionista, por defender um sindicato forte, moderno, moralizado, de face progressista. O atual presidente solicitou afastamento. Em seu lugar assume o vice, Valmir Paulo Ferreira, que é o encabeçador da diretoria eleita. Com a derrota da pelegada na chapa, perde terreno o economismo sindical. Os aeroviários votaram num projeto avançado, querem um sindicalismo democrático, sintonizado com as

questões sociais e, portanto, politizado.

Três chapas já disputam para representar cerca de 45 mil metalúrgicos de São José dos Campos-SP. As eleições para o sindicato dos metalúrgicos ocorrerão em fevereiro do próximo ano. Há uma chapa da Convergência “Socialista”, outra do sindicalismo de “resultados” e a Chapa 1, da CUT-CSC, que tem o companheiro Carlão, da Ericsson, representando a CSC na executiva.

Também na cidade paulista de Osasco haverá eleições para renovação da diretoria do sindicato dos metalúrgicos. Existem cerca de 40 mil trabalhadores na categoria. Concorrem ao pleito: uma chapa da direita ou sindicalismo de resultados, que já dirige o sindicato; uma de um grupo da CUT e uma chapa unitária de oposição, tirada numa convenção de 300 metalúrgicos. Há também uma chapa da CUT pela Base e a CSC, esta representada por Dadá, da Cobrasma, que é um dos candidatos à diretoria executiva.

A CUT concorda: movimento sindical é Lula presidente

A direção nacional da Central Única dos Trabalhadores definiu oficialmente nos dias 28 e 29 de novembro sua posição no segundo turno das eleições frente à candidatura Lula. O presidente da Central, Jair Meneguelli, informou que a direção da CUT resolveu apoiar a candidatura popular e de esquerda, procurando se engajar na campanha, mas preservando sua autonomia.

A CUT articula um trabalho conjunto com o Movimento Sem-Terra e a Contag — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. O MST

está estruturado em 18 estados e a Contag tem cerca de 2,6 mil sindicatos em sua base, podendo juntos formar uma força de apoio importante.

Segundo Meneguelli, o apoio explícito a Lula não fere o princípio de liberdade e autonomia sindical, como alega o grupo petista Articulação, contrário ao apoio formal. O envolvimento na campanha eleitoral não deixaria de ser uma ação sindical, fruto das resoluções do último congresso nacional da CUT, que são coincidentes com os pontos do programa da Frente Brasil Popular.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

“Socialismo renovado” ou revisionismo envelhecido?

Umberto Martins

Eufóricos com os acontecimentos no Leste europeu, os ideólogos da burguesia procuram intensificar e pintar com argumentos modernos sua velha campanha anticomunista. Dizem que a história lhes dá razão e comprova a eternidade e superioridade do modo de produção capitalista. Mas o Leste não mostra o fracasso do socialismo, tampouco a perestroika traz as idéias de um socialismo renovado. Presenciamos, ao contrário, a falência do capitalismo restaurado no bojo da derrota de um revisionismo envelhecido.

Execrados e fustigados pelas multidões, os regimes revisionistas do Leste europeu movem-se hoje como que arrastados por uma tempestade irrefreável. Desmoralizados e impotentes, os governos vão naufragando, um a um, num mar de lama e indignidade. Proporcionam um espetáculo de escândalos, corrupção, burocratismo, ineficiência e arbítrio.

Assim tem sido na Polônia, Tchecoslováquia, Alemanha Oriental, Bulgária. Nesses países, a seqüência dos acontecimentos impulsionados pela **perestroika** do líder soviético Mikhail Gorbachev mostra a queda e substituição de antigos dirigentes sem grandes traumas ou maiores reações. O desmoronamento de instituições e costumes políticos é, mais ou menos, pacato. Assistimos certamente a um processo de falência e morte do revisionismo no poder. Uma morte sem glórias. Um defunto sem dignidade. Assim é.

Porém, o drama que a história desenvolve presentemente diante dos nossos olhos apresenta-se esquivo, carregado de paradoxos e ironias, com uma aparência que dissimula sua realidade. Fracassa o regime revisionista, mas este fracasso parece expressar o seu triunfo, pois também é o coroamento de sua obra e seu destino: a restauração plena, acabada, do capitalismo. E, pois, na própria morte que ele extrai força e vitalidade, iludindo sua falência ao apresentá-la como a falência das formas e instituições socialistas, que sabotou e destruiu nos países onde logrou a conquista do poder.

Não é por mera coincidência que as reformas atualmente em curso nos países que integram o Pacto de Varsóvia re-

velam muitos traços e características comuns. Observa-se, em primeiro plano, a derrocada do poder exercido pelos partidos revisionistas que, sem pudor, transformam-se formalmente em organizações típicas da socialdemocracia, depois de desmoralizados e constestados nas ruas por poderosos movimentos de massa. E na medida em que se abrem arquivos e investiga-se o passado vê-se que o legado do poder revisionista é um reino de terror, arbítrio, corrupção, mordomias e distanciamento entre lideranças e povo, como comprova, entre outras, a situação dos ex-dirigentes da Alemanha Oriental.

Um reino de terror e arbítrio. É o legado do poder revisionista

Ao naufrágio desses regimes sucede a restauração ou implantação de instituições políticas abertamente burguesas, ao estilo Ocidental, clássico, parlamentarista, pluripartidário, com a eliminação, se preciso institucional, do papel dirigente do partido (que se mascarava de comunista) sobre o Estado e a sociedade. E, é claro, tudo se faz e se justifica em nome de um profundo respeito ao sentimento democrático dos povos.

No terreno econômico, o fracasso do modelo revisionista não poderia ser mais retum-

bante. As formas de gestão das unidades produtivas revelam-se esclerosadas, o sistema econômico, em seu conjunto, funciona como um monstro ocioso e ineficiente. Produzem-se mercadorias de má qualidade, a técnica e a ciência estancam, a produtividade declina, a indisciplina e carência de estímulo dos trabalhadores é gritante, a reprodução ampliada tornou-se coisa de um passado cada dia mais remoto, a crise estala com inegável vigor. Como era de se esperar, a decomposição econômica propicia a corrupção de todo o tecido social, a vagabundagem, a prostituição, o crime, a miséria multiplicam-se como cogumelos sob a chuva.

Desta tragédia os nossos revisionistas sacam, satisfeitos, a oportunidade para novas reformas. Admitem o desastre. Mas se isentam de culpa, atribuindo responsabilidade ao socialismo, à estatização, ao planejamento. E eis que advogam uma solução pretensamente sensata e até óbvia: o desmonte completo do planejamento, dando livre curso à ação das leis do mercado; o pleno restabelecimento da propriedade privada; privatizações, falências e desemprego em massa para forjar uma mão-de-obra disciplinada e eficiente.

Só assim, asseguram e prometem, é possível modernizar a indústria, garantir o cresci-

mento econômico e o avanço da ciência e da técnica. Em poucas palavras, o modo de produção capitalista não constitui um freio ao desenvolvimento das forças produtivas, muito pelo contrário é o único sistema capaz de assegurá-lo. Quem diria, décadas atrás, que a história seria capaz de tamanha ironia, à exceção dos velhos e decadentes profetas da extrema-direita, os homens da tradição, da família e da propriedade privada, aos quais a pregação de Gorbachev e seus companheiros do Leste europeu parece cobrir de razão, soa como música e confirmação de suas catastróficas previsões!

Não prova Gorbachev, o “estadista do século”, a morte do marxismo?

A ideologia burguesa jamais se mostrou tão assanhada e rejuvenescida. Abandonou o sarcófago como quem acorda de um pesadelo. Afinal, a marcha da história não está a confirmar que o espectro do comunismo não foi senão um mau presságio, que a mão invisível acabaria por se impor restaurando as normas e leis do capital com a força das categorias eternas e naturais, que enfim não se profana em vão o trono de sua santidade, a propriedade privada, em nome de uma utopia ímpia e pecaminosa?

Não é o próprio Gorbachev, o “estadista do século”, o “socialista de nossa época”, o “homem da modernidade”, quem proclama a superioridade do mercado sobre o planejamento, da democracia burguesa sobre a proletária, do desemprego sobre o direito ao trabalho, do idealismo sobre o materialismo histórico? Não é



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

o líder soviético quem canta hinos de louvores à internacionalização do capital e ao endividamento externo?

Que significa isto senão que o marxismo morreu, que o socialismo científico e o comunismo não passam senão de utopias, que se pode até, com boa vontade, classificar de caridosas e edificantes? Mas, alerta-nos o senador do PDS Roberto Campos (Popular "Bob Field", badalado servicial dos generais durante o regime militar), "o mundo não será salvo pelos caridosos, e sim pelos eficientes". E ele ensina, no artigo intitulado "O socialismo de caviar" (publicado no "Estadão" de 3/12/89) "que o motor do crescimento não é o operário, nem o funcionário, nem o missionário, e sim, essa ultrajada figura, o empresário".

A aparência que emana da superfície dos fatos históricos coincide com a euforia não menos superficial dos ideólogos burgueses. Afinal, é senso comum que os regimes imperantes na União Soviética e no Pacto de Varsóvia são ou pelo menos eram socialistas até as transformações patrocinadas pela **perestroika**.

Explica-se assim o suspiro aliviado do assessor de Ronald Reagan, Francis Fukuyama. Num plágio pobre e caricato de Hegel, mas sem a graça e originalidade do filósofo alemão, Fukuyama descobriu que, enfim, o drama humano está acabado, o derradeiro capítulo da história foi escrito nesta década, com o fim da guerra fria e as mudanças no Leste europeu sinalizando "a vitória final das idéias liberais".

A democracia Ocidental: eis aí, conforme sustenta o assessor de Reagan, a obra máxima de toda a história, o seu fim justo e feliz, o desenvolvimento último, e mais elevado dentro das nossas possibilidades, do espírito e da consciência humanas. E ele nos convida a aplastar as utopias e nos resignar com o tédio, pois além deste estágio não é possível qualquer progresso.

Não é que, no fim da história, venceu a democracia Ocidental?

Ah época, bem que és digna desta engenhosidade, pérola talvez a mais brilhante do pensamento e da filosofia burguesa contemporânea, muito ajustada à atual modernidade! Fukuyama primeiro escreveu um breve artigo, depois transformou em livro esta "profunda" meditação e hoje inspira vastas e animadas polêmicas. Por aqui ardorosos discípulos como o jornalista Noêmio Espínola (do "Jornal do Brasil") apenas lamentam que a história ainda caminha no Brasil e talvez ainda estejamos longe do seu capítulo final, assim como das maravilhas e benesses dos países imperialistas, ou (perdão) da civilização ocidental.



Gorbachev: toda força à viagem acelerada de volta ao capitalismo

Contudo, esta imagem de que, afinal, o capitalismo provou sua superioridade, que suas instituições e sua democracia não são meramente burguesas mas devem ser consideradas acima das classes como critério universal de liberdade (que o digam os operários nas fábricas), bem como o socialismo é um misto de ineficiência e arbítrio, não encanta apenas as personalidades que encarnam os interesses do capital e as áreas mais próximas de sua influência. Nos dias atuais constituem algo como o senso comum inclusive para ponderáveis setores progressistas da sociedade. Quantos amigos não nos alertam que é preciso entender o caráter avançado das reformas levadas a efeito na União Soviética pelo "socialista da modernidade", o senhor Gorbachev?

No campo da teoria econômica as "novidades" pululam, num apreciável esforço para descobrir um novo modo de produção capaz de conciliar a **perestroika** com o socialismo. O economista Paul Singer, por exemplo, não se cansa de expor argutas fórmulas neste sentido. Recentemente escreveu um artigo para o jornal "Folha de S. Paulo" (de 23/11/89), onde propõe um "tipo socialista de economia de mercado".

Singer explica que este seu socialismo poderia muito bem ser implantado nos marcos da atual Constituição brasileira que, ao descrever os fundamentos da nossa Ordem Econômica (capítulo 170) dispõe que ela será baseada na propriedade privada e na livre concorrência. "Uma concepção de socialismo compatível com a economia de mercado não se contrapõe aos ditames constitucionais em vigor", salienta o economista.

Na verdade, as idéias de Paul Singer, que configuram uma mal disfarçada rendição à onda neoliberal, não são precisamente novas. Ele repete o que já vem sendo alardeado há décadas pelos teóricos da In-

ternacional Socialista, uma idéia que reflete o interesse campônio dúbio e conciliador da pequena burguesia, que sonha desesperadamente com uma terceira via, um regime misto entre socialismo e capitalismo, um caminho que no final das contas leva objetivamente ao capitalismo e, portanto, nada tem de socialista. Importa assinalar, porém, que, em que pese o seu caráter burguês, na atualidade essa espécie de teoria renasce com um indiscutível charme e cheiro de modernidade, ilude massas e mesmo parte do proletariado, mesmo porque aparentemente conta com a chancela da história, fornecida pela **perestroika**.

A euforia neoliberal é grande, mas não deterá o progresso

Como se vê, a ideologia burguesa contamina hoje o coração e a mente de uma ampla e majoritária parcela da humanidade e procura confinar os adeptos do socialismo científico e do comunismo a um gueto da história, equiparando o marxismo a uma seita religiosa edificante porém ineficaz. Se dependesse tão somente da força que ostenta momentaneamente neste final de década e se fosse possível decretar neste triste e cinzento período o fim da história, de forma a deter toda e qualquer possibilidade de progresso, tal como imagina o senhor Fukuyama, o capitalismo sairia desta sem dívida vitorioso.

Mas a história marcha, até porque só existe em sua marcha. Não tardará a ficar claro que a interpretação corrente, burguesa, dominante, hoje verdadeiro senso comum, sobre os resultados atuais do embate histórico entre o capitalismo e o socialismo, não passa de uma sofisticada e torpe falsificação ideológica. Falsificação, nada mais, embora conte com o favor das aparências que sobrevivem à superfície dos fatos na atualidade e sirva pa-

ra enganar amplas massas, especialmente no próprio Leste europeu.

Há décadas o marxismo-leninismo se apartou dos governos na URSS e nos países do Pacto de Varsóvia, que passaram a ser dirigidos por líderes burgueses, revisionistas. Há décadas os revolucionários comunistas denunciaram que o caminho adotado desde então (e o marco é o XX Congresso do PCUS, realizado em 1956), longe de representar o desenvolvimeto do "socialismo avançado" conduzia objetivamente à restauração do capitalismo. Agora a história nos revela a confirmação dessas previsões.

Ao contrário das aparências, que, ao estilo nazista, a ideologia burguesa elabora, propaga e julga transformar em verdade, os acontecimentos que hoje se verificam ao Leste não provam a falência do socialismo, pelo contrário. O que fracassou foi o capitalismo restaurado; a ineficiência não é do planejamento econômico e social, mas do fim do planejamento propiciado pelas reformas implantadas desde Krushev, que consistiram na ampliação do mercado e reintrodução de mecanismos capitalistas na economia; não ocorre tampouco a desmoralização do poder e das instituições do Estado proletário, mas da nova burguesia que há tempos domina e implantou um regime ao seu sabor e semelhança.

É bem verdade que o regime afinal montado pelos revisionistas resultou numa ineficiência e num marasmo ainda maior do que o propiciado pelo sistema capitalista, daí a impressão de que sua evolução para um capitalismo aberto, descarado, é um passo no sentido do progresso. Lembremos, contudo, que ao lado de formas herdadas do capitalismo — que não conseguiu liquidar de pronto — o revisionismo introduziu relações de produção claramente capitalis-

tas, abriu mão do princípio do desenvolvimento independente, mergulhando num endividamento externo que nada fica a dever aos países da América Latina, e acabou por criar um modelo econômico aparentemente misto que nem bem era completamente capitalismo ao tempo em que já tinha deixado de ser socialista, criando contradições extraordinárias. O monstro que, ao que parece, agora chega ao fim, tem o rosto e a fisionomia do revisionismo no poder e é por isto que este tem de abandonar o posto ou trocar de máscara em todos os países do Pacto de Varsóvia.

A fortaleza do capital é frágil. O sistema apodrece

É irônico que este vigor da ideologia burguesa, e quase absolutismo de sua influência, ocorra em um momento de profunda crise do imperialismo que, como foi observado pelo 7º Congresso do PCdB, está em franca decomposição, revelado no estancamento da economia e nas alterações no esquema de hegemonia montado no pós-guerra. Informações colhidas pelo Banco Mundial, e publicadas no seu relatório de 1988, dão conta de um declínio gradativo e sustentado das taxas de crescimento do PIB real, que nos países industrializados desceu da média anual de 4,5% no período de 1965 a 1973 para 2,8% nos anos 1973-80 e 2,4% em 1980-85; nos países classificados como "em desenvolvimento", os números para os mesmos períodos foram 6,5%, 5,4% e 3,2%, sendo que naqueles considerados "altamente endividados" a involução foi ainda mais sombria, de 6,9% para 5,4% e, finalmente, 0,1% na primeira metade desta década, taxa bem inferior à do crescimento demográfico.

Como se pode pretender, com esses resultados abaixo do medíocre, que o modo de produção capitalista propicia o desenvolvimento das forças produtivas, o avanço da ciência e da técnica? Os fatos mostram a farsa do discurso neoliberal. E são essas contradições objetivas do sistema que empurram a história na direção de sua superação, fazendo do marxismo uma força persistente, poderosa e imbatível; este não retira sua saúde e o seu prestígio de ideais generosos e edificantes (mesmo porque compreende que o critério e a medida do progresso são a eficiência e a produtividade), mas da própria fraqueza e esclerosse do capitalismo, que hoje mais parece um cadáver insepulto, cuja sobrevivência, anulação e substituição, numa ofensa à consciência progressista, é o serviço que o revisionismo vem prestando à história.

Bush e Gorbachev: Muito barulho por nada

Carlos Pompe

Muita pompa, muita circunstância, muito alarde propagandístico, mas pouco resultado concreto. Assim foi o encontro "informal" (segundo os participantes) entre o estadunidense George Bush e o soviético Mikhail Gorbachev em meio a uma tempestade em Malta, em 3 de dezembro. Nenhum acordo assinado. Sequer uma nota conjunta emitida (eles optaram por uma entrevista coletiva ao fim das reuniões). No entanto, os dois disseram, com desmesurada prevenção, que estavam inaugurando uma "nova era" no Planeta.

A reunião entre os dois "grandes" ocorreu sob o impacto da proposta de Helmut Kohl, o dirigente alemão ocidental, de reunificar as duas Alemanhas. Uma proposta que desagradou a gregos e troianos, ou melhor, russos e norte-americanos. Principalmente russos. Gorbachev não conseguiu conter a língua: disse que a reunificação dificulta a formação da "casa comum europeia", que ele almeja e, ao estilo dos profetas do Apocalipse, verberou:

— "Qualquer tentativa egoísta de instrumentalizar em benefício próprio a crise do Leste europeu dará início a caos".

Bush, mais comedido, optou pela demagogia. Disse que o assunto deveria ser tratado com soberania pelas alemanhas e que os EUA não se envolviam nos assuntos internos

de outros países (alguns jornalistas não conseguiram conter o riso...)

Situação sem controle

A verdade é que EUA e URSS já não conseguem ditar as regras nos seus blocos de influência. As desagregações são grandes dos dois lados, principalmente do lado soviético. O leste europeu vive uma crise profunda, sem fim previsível, e nem os governantes da Polônia, Hungria, Tchecoslováquia ou Alemanha Oriental conseguem o controle sobre seus países, quanto mais Gorbachev sobre a sua "zona de influência"... Mesmo na URSS o dirigente revisionista enfrenta greves — de mineiros e portuários — que se sucedem em resposta às "leis de mercado" que agora vigoram sem máscara no país.

Bush, por sua vez, vê cada vez mais debilitada a posição dos EUA no mundo, com um déficit econômico de 110 bilhões e uma dívida externa de 2 trilhões de dólares. Alemanha e Japão falam cada vez mais grosso na arena internacional, disputando mercados e liderança política com os norte-americanos.

Em seu próprio país, Bush está amarrado por mil e um fios à indústria bélica — que é um de seus pilares de sustentação —, que sente seus lucros ameaçados com uma possível desmilitarização nas relações exteriores. Do orçamento militar norte-americano, 60% está destinado à manutenção de uma Europa armada até os dentes com equipamentos cada vez mais sofisticados.

Acrescente-se a esse quadro desalentador para os dois diri-

gentes imperialistas os conflitos no Oriente Médio e a luta revolucionária em El Salvador — por mais que os opressores se reúnam, troquem elogios e abraços, os oprimidos insistem em lutar contra a opressão.

Palavras, palavras...

O resultado insonso da reunião acabou sendo promessas de novas reuniões para 1990 e o compromisso ("informal" e não assinado) de Bush de propor ao GATT o ingresso da URSS como observadora, preparando a sua participação plena no organismo. O GATT, Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, é uma organização formada por 97 países que estabelece normas de comércio com vantagens alfandegárias.

Mesmo o ingresso no GATT só ocorreria no final do ano que vem. Bush disse ainda que vai negociar com a URSS o

fim das barreiras aos seus negócios com os EUA, possibilitando o aumento de empresas norte-americanas na Rússia. Hoje, das 950 jointventures existentes na URSS, só 92 são norte-americanas e o mercado soviético está atraindo mais investidores, que têm a atrapalhá-los a legislação dos EUA da época da "guerra fria".

De qualquer forma, ao fim do encontro, Gorbachev brindou o mundo com mais uma de suas "pérolas" de pregação da conciliação de classes e traição ao socialismo. Disse que "está na hora de rejeitarmos (...) as formas psicológicas e ideológicas de luta". Ou seja, o chefe de Moscou admite que entre ele e seu colega ianque não existem sequer diferenças ideológicas. São ambos homens do capital. Comparsas na luta contra o trabalho, contra o socialismo.



O dirigente norte-americano e o soviético: encontro na tempestade

Esquerda avança no Uruguai

As eleições realizadas dia 26 de novembro no Uruguai mostraram apreciáveis mudanças no eleitorado daquele país. O candidato do Partido Colorado à Presidência, Jorge Battle, apoiado pelo atual presidente Julio Maria Sanguinetti, sofreu uma humilhante derrota para seu concorrente, Luiz Alberto Lacalle, do Partido Blanco, que obteve 37% dos votos.

Porém, a novidade não está na eleição de Lacalle, de resto um político conservador que se elegeu com uma plataforma neoliberal em nada diferente da do seu opositor, propondo a privatização de empresas estatais e a internacionalização da economia, coisa que Sanguinetti vinha fazendo e que aprofundou a crise no país, cuja inflação saltou de 50% em 1988 para 90% neste ano.

O fato promissor, de veras novo e que chamou maior atenção, foi a eleição do médico Tabaré Vázquez para prefeito de Montevideu, a capital do Uruguai. Vázquez é da Frente Ampla, uma coligação de esquerda que, ao contrário dos partidos Colorado e Blan-

co, não se guia pela falsa trilha do neoliberalismo. Defende propostas nacionalistas, democráticas e progressistas. A Frente Ampla não se limitou a eleger o prefeito de Montevideu. Obteve também a terceira votação na campanha presidencial, ficando pouco abaixo do Partido Colorado, e se firmando como uma alternativa forte da esquerda, ao mesmo tempo em que pôs um ponto final ao bipartidarismo no país, fenômeno que atravessou todo este século e consistia na monopolização da vida política pelos partidos Blanco e Colorado, ambos conservadores.

Generosidade com a Hungria

A boa vontade dos líderes burgueses com as reformas em curso nos países do Leste europeu é visível. Eles fazem de tudo para salvar as combalidas economias da região, ao mesmo tempo em que aprofundam os laços de dependência externa característica daquelas nações. A Comissão Europeia, órgão executivo do Mercado Comum Europeu, por exemplo, acaba de aprovar um em-

Pois não era a Argentina, há poucos meses, a nova esperança neoliberal da América Latina? Quando Carlos Saúl Menem tomou posse, traíndo o discurso com que se elegeu e o populismo nacionalista do peronismo, a burguesia não conteve a alegria e prometeu: agora vai. Menem jurou não mexer com o pagamento da dívida externa, não afrontar o FMI, seguir com obediência todos os preceitos do neoliberalismo e foi colher junto à multinacional Bunge e Born conselhos e quadros para levar adiante uma política econômica "moderna", tal como

préstimo de 1,4 bilhão de dólares num prazo de cinco anos à Hungria, condicionando tal "apoio" ao monitoramento do Fundo Monetário Internacional. O vice-primeiro ministro húngaro, Peter Medgyessi, agradeceu a esmola apressando-se a declarar que "um acordo com o FMI é uma questão de vida ou morte" para o país. É de morte, bem sabemos!

A alegria de Menem acabou

aconselham os "países industrializados" e os revisionistas do Pacto de Varsóvia. Seu programa contém principalmente orientações para privatizar empresas estatais e abrir, ou melhor escancarar, a economia ao capital estrangeiro, promovendo o que chamou de um "choque produtivo". Pois sim, através de uma terapia de "choque" (tal como, por aqui, durante os planos Cruzado, Bresser e Verão), conse-

guiu conter a inflação e ficou eufórico. Por poucos dias: os preços voltaram a subir e alcançaram no mês passado mais de 6%, o dólar no paralelo disparou, a indústria mergulhou na recessão e não são nada boas as perspectivas do país. Todos se preparam para uma hiperinflação e o partido de Menem acaba de perder as eleições em três municípios onde ele havia sido vitorioso ano passado.

Frutos do revisionismo

Os frutos do arbítrio e da corrupção ideológica patrocinada pelos líderes revisionistas na Polônia, ao lado da influência exercida pela Igreja Católica e seus seguidores do "Solidariedade", ficaram evidenciados dia 6 numa manifestação estudantil ocorrida em Nowa Huta, na Cracóvia, quando cerca de 2 mil jovens incendiaram uma estátua de Lênin erigida no centro da cidade. Fundação Maurício Grabois

Este certamente é um dos principais resultados do revisionismo no poder: conceder

ao anticomunismo, em seus países, um caráter de massa, e pretensamente progressista. Leninismo, para os estudantes de Nowa Huta, representa a ideologia do corrompido partido revisionista que até há pouco estava no poder na Polônia. A estátua é associada à submissão vergonhosa de Varsóvia ao imperialismo soviético. No entanto, a facilidade da aliança ideológica do partido polonês era tão desavergonhada que não faz muito ele mudou de nome, renegou formalmente o marxismo.

Iniciativa de peso em MG

No último dia 5, o Diretório Regional do PCdoB em Minas Gerais realizou um ato político de mobilização da militância para a arrancada final na campanha eleitoral. O ato contou com a presença do presidente nacional do partido, João Amazonas, dirigentes locais e representantes do PT, como o secretário-geral do diretório regional e o prefeito de Ipatinga, Chico Ferramenta.

Na platéia, entre os participantes, encontravam-se cerca de 200 novos filiados ao PCdoB, em grande parte operários de grandes empresas de Belo Horizonte e da Grande B.H.

João Amazonas fez um pronunciamento ressaltando a importância do fortalecimento dos partidos que compõem a Frente Brasil Popular para manter em nível crescente a mobilização das massas trabalhadoras, imprescindível também para assegurar respaldo político no governo da Frente, em caso de vitória.

Dirigindo-se em particular aos novos membros do Partido, Amazonas destacou que o ingresso nas fileiras do PCdoB não é apenas uma opção política, mas uma opção de vida.

Amazonas frisou que a militância comunista se difere em muitos aspectos da praticada nos demais partidos, sendo o mais notável a luta por uma nova sociedade, a sociedade socialista.

Esse objetivo — destacou o dirigente comunista — não se alcança com proclamações ou análises teóricas desligadas da prática cotidiana junto às massas.

O presidente do PCdoB insistiu que para atingir os objetivos da classe operária é necessário um partido amplo, com milhares de militantes atuando em todas as frentes da atividade social e política, um partido que consiga incorporar na ação os novos contingentes que despertam para a prática política e, dessa forma, fortalecer o núcleo consciente das massas. Esses novos militantes serão, no futuro próximo, os condutores das transformações sociais em nosso país.

Dinamismo

Viver o novo tempo da vida política brasileira exige muito dinamismo na atividade dos comunistas junto às amplas

massas e uma permanente preocupação com o fortalecimento do Partido. Esta verdade vai sendo assimilada por muitos dirigentes regionais, municipais e levada à prática.

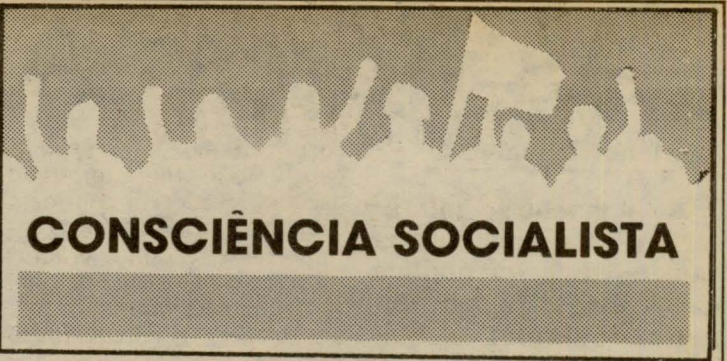
A experiência do diretório regional de Minas Gerais, assim como de outros regionais, demonstra a possibilidade real de fortalecer organicamente o Partido no curso da campanha eleitoral. Nos últimos dois meses foram recrutados em Minas 500 novos militantes. Destes, 300 em Belo Horizonte, e região metropolitana. Em Belo Horizonte o recrutamento permitiu fortalecer a direção do distrital da região Leste, criar um distrital na Noroeste e comissões de implantação com possibilidade de formação de novos distritais na região Oeste e em Venda Nova.

Na região metropolitana, onde há uma grande concentração operária, o Partido filiou dezenas de novos militantes, principalmente nas cidades industriais de Contagem e Betim.

O Comitê Municipal do PCdoB em Betim estabeleceu a meta de recrutar 100 novos operários até o final da campanha. Em Santa Luzia, outro importante centro proletário, está sendo formado o comitê municipal do Partido com composição predominantemente operária.

Em várias outras regiões do Estado de Minas Gerais o PCdoB está crescendo, dentre elas o Vale do Aço, importante centro da indústria siderúrgica e de mineração.

Exemplos vivos como este servem como indicação segura de que a meta de 500 mil filiados estabelecida pelo Comitê Central é factível e de que a ela chegaremos. (Dynéas Aguiar)



CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

Firmeza na política de unidade popular

Rogério Lustosa *

A polarização real da sociedade manifesta-se às claras no confronto das duas candidaturas neste segundo turno da eleição. E o desatino do representante das elites dirigentes revela como elas temem que as grandes massas tomem consciência da divisão das forças sociais e do papel de cada classe ou setor de classe.

Desmascarar a farsa

O proletariado, pelo contrário, tem interesse em explicitar os antagonismos. Por isto se engajou, desde o primeiro momento, na Frente Brasil Popular. Procurava um mecanismo de aglutinação das correntes progressistas capaz de enfrentar e derrotar os velhos esquemas.

No dia 15 esta política levou a que os chamados grandes partidos das classes dominantes fossem esmagados pelo repúdio das urnas. Só escapou o Boneco da Globo. Unicamente porque se apresentou travestido de "independente de tudo". Uma reedição de Jânio Quadros, revista e colorida sob a supervisão da equipe técnica de Roberto Marinho.

A militância revolucionária tem pela frente a segunda etapa do combate. Desmascarar a farsa da burguesia. Promover a ampliação da unidade em torno da campanha de Lula. Ajudar o povo a se unir e identificar seus inimigos. E derrotar os poderosos no dia 17.

União indispensável

Não se trata, entretanto, de promover uma polarização artificial. Nem de fabricar discriminações de alianças com base em pressupostos de gabinete. Não se pode aceitar qualquer acordo, em busca apenas do voto. Mas não se faz política com base em listas classificatórias do bem e do mal. O critério científico é a consciência das massas e a posi-

ção objetiva das organizações e das personalidades em relação aos problemas colocados em pauta.

Fazer com que os entendimentos necessários, ou melhor, indispensáveis, com outras correntes, se materializem em medidas concretas e planos de ação governamental, sem diluir os compromissos firmados com o povo na campanha, não depende meramente de declarações formais. Dentro de uma ampla união de forças com concepções distintas sempre haverá pontos de vista contraditórios. A plataforma da Frente Brasil Popular será assegurada sobretudo pela mobilização popular.

É compreensível que o candidato das classes dominantes se esforce para desmoralizar o processo de ampliação da unidade democrática e popular. Isto seria fatal para sua candidatura. Mas, sobretudo, teria desdobramentos maiores, de caráter muito mais profundo, colaborando para a aproximação das grandes massas trabalhadoras dos seus objetivos estratégicos.

Oficina de luta

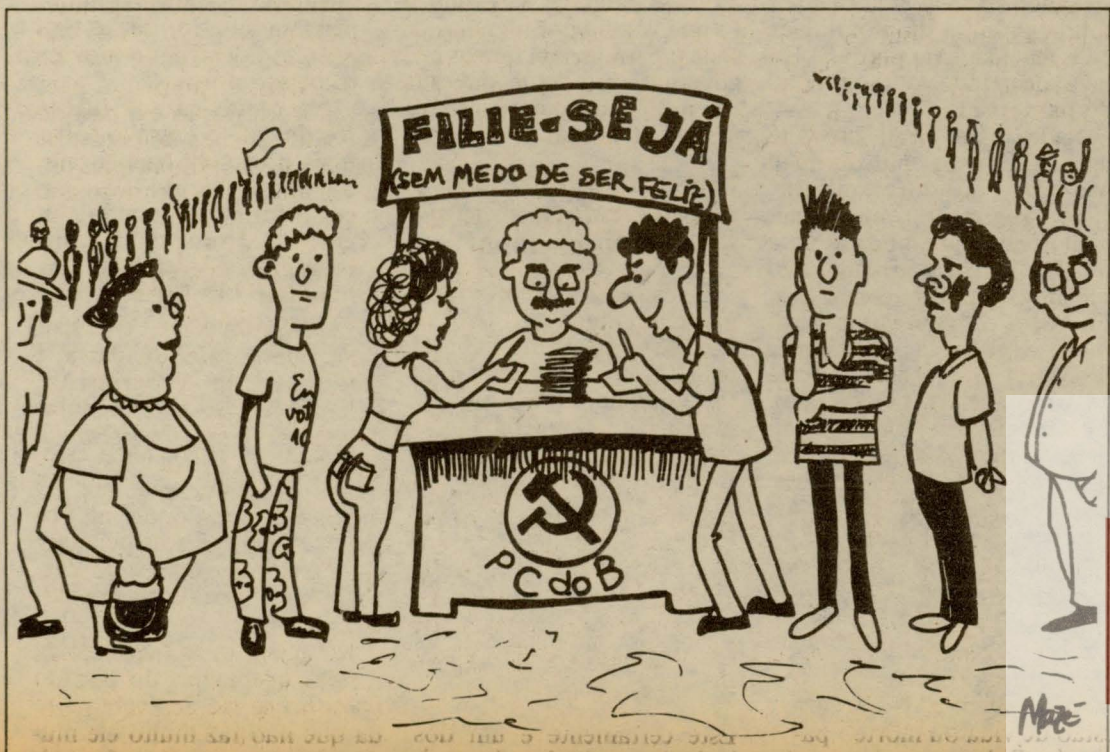
Estamos, portanto, diante de um momento extremamente rico da história em nosso país. Pela primeira vez as grandes massas se unem num movimento tão vasto, enfrentam cara a cara os poderosos numa batalha presidencial e, ainda mais, têm a vitória ao alcance da mão.

Neste processo os trabalhadores entram em contato, na prática do dia-a-dia, com as concepções revolucionárias. Os comunistas enriquecem sua compreensão sobre a realização prática das transformações sociais. Aprendem com os aliados e com o povo. Trocam idéias fraternalmente com valorosos combatentes de organizações distintas. Enquanto os poderosos se desesperam com o fragor da luta, esta oficina da construção do novo mundo socialista e abnegados, incansáveis na defesa da unidade do povo.

* Da direção nacional do PCdoB

A Classe dos operários

O Diretório Regional do PCdoB em São Paulo está promovendo, desde o dia 24 de novembro, mutirões quinzenais de venda da Classe Operária nas portas das grandes fábricas de São Paulo. O primeiro mutirão foi na porta da Volkswagen em São Bernardo do Campo. Em poucas horas de animados bate-papos com os operários cerca de 200 exemplares foram vendidos. Os novos leitores da Classe elogiaram a iniciativa, pediram para os vendedores de jornal voltarem freqüentemente e manifestaram o desejo de fazer assinaturas. "Finalmente temos a oportunidade de ler um jornal que defende os nossos interesses", disse um operário. Os mutirões vão prosseguir a cada número novo da Classe. O sucesso da iniciativa mostra a força da venda militante e o potencial de penetração do jornal dos comunistas.



As Forças Armadas na República

Manoel Domingos*

A ingerência militar tornou-se a mais notória característica da política na América Latina durante este século. As ditaduras sanguinárias, as incontáveis tentativas de golpe, a permanente instabilidade das instituições políticas fizeram com que a presença militar se tornasse um dado fundamental em qualquer avaliação do quadro político no continente.

O que pensam os militares? Como agirão os militares? Há cem anos os que desejavam a proclamação da República faziam estas perguntas. São as mesmas interrogações que fazem hoje os que desejam ver o país sob um governo democraticamente eleito. A história política brasileira, em grande parte, tem sido a história da ingerência militar na vida política. Não dá para avaliar a República esquecendo as Forças Armadas. Particularmente o Exército, a arma operacionalmente mais poderosa.

Houve um tempo em que não era assim. Os oficiais não davam "golpes", não subordinavam os governantes, não manietavam o Congresso. Não utilizavam as patentes para se imiscuir em todos os setores da administração pública. Foi antes da Guerra do Paraguai. O exército era uma instituição secundária do ponto de vista político e militar. Pouco mais de 10 mil homens distribuídos em pequenas unidades dispersas por um imenso território. Uma força de débil capacidade operacional. Com poucas armas, instalações precárias, sem qualquer preparo técnico.

Um exército que não podia reclamar para si a condição de defensor da pátria: cumpria função de polícia, caçando escravos fugitivos, fazendo a guarda de prédios públicos e, sobretudo, reprimindo os focos de rebeldia popular. Boa parte do comando era constituída de mercenários contratados na Europa. Dos 55 generais graduados entre 1831 e 1865, 20 eram estrangeiros. Os soldados eram recrutados "a laço": camponeses pobres que sem sorte, caíam nas garras dos encarregados de fornecer homens ao exército. E também marginais, retirados das cadeias, homens condenados na justiça pelos mais variados tipos de crime. Um exército que causava repugnância. Ninguém queria integrá-lo. Não havia nem mesmo o estímulo de um soldo compensador. Para manter a disciplina eram aplicados os mais terríveis castigos corporais. Esse exército não sabia ler, escrever e não sabia o que era a sociedade

corporativa, o "sprit de corp". Não tinha prestígio, não era levado em consideração, não conseguia verbas. Importante mesmo eram a Marinha e a Guarda Nacional. A aristocracia valorizava estas instituições. Os potentados locais, por sua vez, dispunham de brigadas policiais e tropas irregulares para a manutenção da ordem. Frágil, esse exército não tinha como fazer política. Aliás, não interessava às oligarquias da época que o exército fizesse política. Isso seria a redução de seus poderes.

A Guerra do Paraguai mudou o Exército: veio a intromissão política

Tudo mudou com a Guerra do Paraguai. A tropa cresceu, chegou ao apreciável contingente de 120 mil homens. Ganhou armas, equipamentos, voz de comando. Sobretudo, ganhou formalmente outra razão de ser. Afinal, as forças armadas não foram ao Paraguai caçar escravos fugitivos nem matar camponeses revoltados. Foram defender a Pátria! Não importa se massacraram um pequeno país que jamais representou qualquer perigo concreto aos interesses brasileiros; se dizimaram uma população ativa e heróica. Não importa se cometeram as maiores atrocidades, os mais nefandos crimes. Nem se cometeram os maiores absurdos táticos, entregando à morte milhares de soldados brasileiros. A soldadesca era preta, pobre, trabalhadores rurais, gente sem importância. No mais, depois era só proibirem os escritores de tocar no assunto. Era só fechar os arquivos históricos aos bisbilhoteiros inconvenientes.

O que importava era a versão, era a propaganda que os apresentaria como heróis da pátria, indômitos e gloriosos defensores dos interesses nacionais. Nesta condição, exigiram respeito, consideração. Queriam verbas, boas instalações, armamento novo, um soldo digno. O governo imperial negociou-lhes o atendimento às suas reivindicações. Então, foi só alguns civis darem o sinal e logo puseram abaixo a monarquia.

Durante a ditadura militar que se seguiu, o primeiro grande teórico de caserna inebriu seus pares com tiradas que seriam repetidas à exaustão, com poucas adaptações, até os dias de hoje. Conforme Benjamin Constant Botelho de Magalhães, as forças armadas teriam uma "missão altamente civilizadora, eminentemente moral e humanitária, que no futuro será a missão de todos os exércitos do continente sul-americano". O soldado seria "o cidadão armado, materialização da honra nacional e im-



Os militares preservaram na "Nova República" sua danosa influência e tutela política

uma função excepcional na sociedade. Afinal, era "a mais sólida garantia da moralidade e da felicidade da pátria". Estava decretado o monopólio do patriotismo.

Nada disso ficou provado nos cinco anos que durou a primeira ditadura militar. Nem progresso, nem moralidade, nem tranquilidade para o país. As forças armadas não sabiam o que fazer com o Brasil. Além de alguma modernização legislativa de alcance discutível, rigorosamente nada de substancial foi alterado. Continuou a mesma dependência externa, a mesma estrutura econômica arcaica, a mesma monopolização das riquezas, o mesmo afastamento do povo das decisões. A confusão foi grande e começou dentro das próprias fileiras militares. Eclodiram violentas lutas intestinas: exército contra exército, marinha contra exército, marinha contra marinha, grupos de oficiais de melhor nível intelectual, brigadas de dou-

tores" porque haviam frequentado a academia militar e exibiam uma formação bacharelesca, lideraram o movimento pelas reformas.

Missões militares do exterior reformularam o Exército nacional

E os anseios corporativos não eram modestos. As forças armadas estavam defasadas em relação às máquinas militares do mundo desenvolvido. A indústria moderna havia transformado profundamente o modo de fazer a guerra e a forma de treinar e organizar a tropa. Canhões de tiro rápido, pólvora sem fumaça, encontrados velozes e potentes, aviões de combate, incriveis meios de comunicação, o acesso às novidades da indústria moderna havia no Brasil um arremedo de marinha e exército. Os oficiais de melhor nível intelectual, brigadas de dou-

tores" porque haviam frequentado a academia militar e exibiam uma formação bacharelesca, lideraram o movimento pelas reformas.

Na república dos fazendeiros do café o exército sofreu a mais profunda transformação de toda a sua história. O processo foi impulsionado com o envio de missões de oficiais brasileiros à Alemanha. Ai os militares brasileiros conheceram ao vivo o que era um verdadeiro exército, moderno, profissional, poderoso. Voltaram ao Brasil extasiados e dispostos a reformar radicalmente a corporação. Num esforço de propaganda, fundaram uma revista, "A DEFESA NACIONAL", em 1913, e puseram mãos à obra. Descreveram as maravilhas do exército alemão, contaram as novidades da indústria de guerra alemã, traduziram livros e mais livros de oficiais alemães. O objetivo imediato

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

era conseguir a contratação de uma missão militar germânica que viesse ao Brasil com a tarefa de reformar por completo o exército brasileiro. Mas a coisa não seria muito fácil. Havia concorrentes na praça.

A indústria alemã, de olho no mercado consumidor, armou poderoso esquema de pressão. Em 1909, o ministro da guerra, Hermes da Fonseca, foi convidado a ver de perto a colossal máquina de guerra germânica, sendo alvo de atenções desvanecedoras: passou em revista as tropas do Kaiser montado no cavalo do Imperador! Os concorrentes franceses não quiseram ficar para trás. Levaram o Marechal a Paris e arranjaram-lhe um garboso cavalo branco para a revista às tropas. Depois, publicaram nos jornais franceses que o franzino Deodoro tinha uma silhueta igual à do atarracado Napoleão Bonaparte. O Marechal brasileiro foi ao delírio.

A missão militar alemã terminou não vindo. Eclodiu a Primeira Guerra Mundial, o exército do Kaiser ficou esfaçalhado. Terminada a carnificina, era a vez da vitoriosa França. Aos franceses coube a tarefa e os lucros da reforma do exército brasileiro. Um civil, Pândia Calógeras, finório entreguista, assumiu o Ministério da Guerra. Em 1919 chega ao Brasil um renomado general francês, Maurice Gamelin, o homem que enterraria de vez o velho exército.

Houve uma renovação completa no armamento. Grandes encomendas foram feitas à indústria européia. Sobretudo, claro, a indústria francesa. O exército ganhou nova estrutura orgânica, com grandes unidades operacionais, tal como no modelo europeu. As instalações foram ampliadas e melhoradas. Acabaram-se os pequenos agrupamentos que atuavam à revelia de um comando geral centralizado. Foi reestruturado o estado maior que passou a ser um efetivo centro coordenador e dirigente das atividades militares. Houve uma revolução no ensino militar. Numerosos cursos especializados foram organizados sob a direção dos instrutores franceses. Acabaram-se os cursos de filosofia e literatura que encantaram muitas gerações de "doutores". Novos temas galvanizavam a atenção: tática, estratégia, emprego de artilharia moderna, uso da aviação, planejamento de campanha, intendência moderna. Outras regras de promoção foram adotadas tendo como critério a formação e o desempenho profissional. Acabaram-se as nomeações de apadrinhados. Reduziram-se os privilégios de clãs no seio da corporação, grupos formados por famílias de tradição militar.

Para que todas estas mu-

danças ocorressem foi necessário suplantar muitos obstáculos. O principal deles foi a ampliação dos efetivos. Como fazer para que os brasileiros aceitassem servir o exército? Os reformadores lutaram durante anos em defesa da lei do serviço militar obrigatório. Arranjaram até um poeta, Olavo Bilac, para ajudar neste sentido. O exército passou a ser apresentado como uma escola na qual todos os cidadãos deviam aprender o culto do patriotismo e do civismo. Em 1916, depois de mais de uma década de intensa propaganda, a lei: o serviço militar obrigatório começa a ser aplicado. Os castigos corporais foram aos poucos sendo abolidos e o soldo substancialmente melhorado.

Os militares passaram a agir homogeneamente no plano político

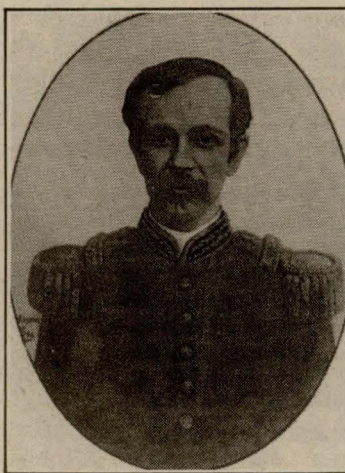
As reformas provocaram reações internas. Durante as três primeiras décadas do regime republicano os "tarimbeiros", oficiais que haviam ganhado a patente sem frequentar escolas, procuraram resistir às iniciativas dos reformadores. Terminaram sendo derrotados. Nos anos vinte já eram franca minoria. Os jovens oficiais alunos dos franceses, cada vez mais numerosos, chegavam aos escalões intermediários. Eram profissionais de qualidade bem distinta de todas as gerações anteriores. Eram oficiais preparados para ter uma visão homogênea do exército. Educados no espírito corporativista. Conscientes de uma missão. Desatentos, alguns autores posteriormente fariam teses acerca do seu comportamento político, indicando-os como porta-vozes da classe média.

Gamelin e seus auxiliares haviam conseguido a proeza insólita: organizaram um exército que estava em contradição com o país. O país era arcaico, rural, sem indústria, sem instrução, sem meios de comunicação. O exército era moderno, usava equipamentos e armas de última geração, era instruído, preparado, agia segundo planejamento racional. A própria "doutrina de guerra" da instituição militar, formulada sob a inspiração do devotado general francês, entrava em choque com a realidade do país. Essa doutrina ensinava que: a) os meios para a defesa do território nacional deviam ser permanentemente forjados; b) a instrução da tropa exigia as melhores condições; c) os meios para a mobilização e a concentração da tropa deviam ser assegurados a todo custo.

De acordo com a doutrina que entusiasmou os oficiais, era fundamental, para a segurança da pátria, um efetivo numeroso, treinado e aparelhado. O desenvolvimento

econômico do país precisava ser acelerado para atender a estes requisitos. Deviam surgir indústrias capazes de fornecer equipamento ao exército. Os meios de transporte deveriam ser radicalmente ampliados e melhorados. Para que tudo isso acontecesse, era necessário um organismo forte, com autoridade para coordenar esforços e impor decisões. Os governos de civis interesseiros e mesquinhos, governos de bacharéis que não tinham aprendido com Gamelin a importância da defesa nacional, nem cultuavam o patriotismo, não podiam assumir este papel. Apenas um órgão permanente, respeitado, que atuasse acima das conjunturas políticas, poderia levar adiante os planos para a defesa nacional. Era necessário uma Escola Superior de Guerra que orientasse a formulação dos objetivos permanentes da nacionalidade.

No final dos anos trinta, os alunos dos franceses já estavam convencidos que precisavam agir em defesa da pátria mudando o governo e patrocina-



Floriano: avesso em acatar civis à frente do governo

nando reformas modernizadas. As velhas oligarquias do café entravam o desenvolvimento do país. Os oficiais agiriam de forma mais homogênea, com objetivos bem mais definidos e concretos. Não repetiram seus colegas de 1889. Não dariam vez a aventureiros precipitados e espetaculosos que agitaram os quartéis em 1922 e 1924. Nem apoiariam passeios guerreiros pelo interior do país sem qualquer resultado concreto. A literatura, sempre atenta aos atos de heroísmo e bravura, valorizou o movimento tenentista e a "Coluna Invicta". Enquanto teorizava sobre os pretensos representantes da rebeldia das classes médias, esquecia os reformadores que, silenciosa e aplicadamente, nas salas de instrução dos oficiais estrangeiros, formulavam e consolidavam projetos para o Brasil.

Prestes, Siqueira Campos, Eduardo Gomes, chamaram muita atenção na década de 20. Absolutamente desconhecidos eram os nomes dos oficiais que brilhavam no curso dos franceses e nas páginas da revista "A DEFESA NACIONAL". Tasso Fragoso, Mas-

carenhas de Moraes, Goes Monteiro, Borges Fortes, Humberto de Alencar Castelo Branco, Olympio Mourão Filho, Orlando Geisel, Garrastazu Médici, Golbery do Couto e Silva, Pery Bevilacqua... uma plêiade de aspirantes, tenentes e capitães com uma autêntica homogeneidade doutrinária. Estes, tinham projeto. O projeto de uma grande potência, forte, moderna, industrial. E aprenderam a planejar racionalmente sua implementação.

Sabiam por exemplo, que era necessário afastar sumariamente as vozes discordantes no seio da corporação. O exército tinha que agir como um só corpo, uma só voz. Não tiveram pena dos insurretos de 1935. Nem deram trégua à minoria que, nos anos 50, abraçou a causa de civis contestadores. Grupos e tendências no seio das forças armadas foram se tornando cada vez mais difíceis.

O projeto militar levava em conta a colaboração externa

O projeto militar tinha algumas características fundamentais. Deveria ser forçosamente implantado com a colaboração estrangeira. Não obrigatoriamente francesa, mas com a potência que estivesse na frente dos avanços mundiais tanto no campo militar quanto no campo da economia industrial. Como foi o caso da Alemanha dos anos trinta. A rápida recuperação germânica impressionou os oficiais brasileiros. No exército a tendência majoritária era de alinhamento com o Eixo, o que não aconteceu devido às pressões da sociedade e das potências aliadas. Quase no final do conflito, quando já estava configurada a derrota alemã, os militares brasileiros foram à luta. Fizeram questão de ir, mesmo que isso não fosse do interesse dos Estados Unidos.

Os americanos tinham seus motivos para não desejar a presença dos militares brasileiros na Europa. Primeiro, porque esta presença era absolutamente dispensável. Segundo, porque isso implicaria a necessidade de fornecer armas aos brasileiros numa ocasião em que a indústria americana funcionava a plena carga. Finalmente porque, indo à guerra, os brasileiros garantiam o direito de participar dos espólios. Mas o exército foi à guerra e sua pequena intervenção rendeu muitos frutos. Afinal, pela segunda vez em sua história o exército combatia um inimigo externo! A propaganda militar precisava disso. Terminada a guerra, a hegemonia americana provoca um novo realinhamento. Não houve nenhuma dificuldade nesse sentido. O exército organizado pelos franceses não podia sobreviver sem fornecedor externo. Haveria apenas ne-

cessidade de uma reciclagem na doutrina. A "defesa nacional" de Gamelin seria substituída pela "segurança nacional".

O projeto militar, nascido com o regime republicano e desenvolvido ao longo de décadas guardava outra característica importante: teria que contar com o apoio de parcelas importantes da elite brasileira. Sobretudo dos segmentos ligados aos interesses externos. Estes tinham o pique modernizador tão caro aos reformadores da máquina militar. Compreendiam o que era o elevado interesse nacional. Quanto às resistências ao modelo propugnado, deveriam ser quebradas a qualquer custo. Era o sagrado interesse da pátria que estava em jogo!

Contestação popular? Isso era coisa de inimigos da pátria. Como reclamar terra, salário e pão se o que estava em jogo era coisa muito mais nobre? A construção da grande potência não poderia ter solução de continuidade. As reclamações de mudança de prioridade nacional seriam tratadas da mesma forma como os solertes messiânicos de Canudos em 1886, ou do Contestado, em 1916. Precisavam ser exterminados pelos apóstolos do patriotismo e do civismo. Tanto mais que agora estavam vinculados a uma programação internacional, orientada por Moscou.

A defesa e a segurança do Brasil não podiam estagnar tanto mais que o armamento e a forma de fazer a guerra não paravam de evoluir a um ritmo vertiginoso. Depois do canhão de tiro rápido vieram os mísseis intercontinentais. Depois da pólvora sem fumaça veio a explosão nuclear. Depois do telefone e do telégrafo vieram as comunicações via satélite. As forças armadas não podiam ficar defasadas, obsoletas. Tinham que importar todas as novidades. Sob pena de comprometer a defesa da pátria.

Como pensam os militares, como agirão os militares em 1990? Sem dúvida, não abandonarão os seus projetos. Não é a primeira vez que o Brasil realiza eleições presidenciais. No passado os "apóstolos" já conviveram com governos eleitos pelo povo. Não oporão obstáculo aos novos governantes. Desde que estes não prejudiquem o "patriótico" esforço de fabricação da bomba nuclear, ou do avião AMX, ou do míssil intercontinental, do submarino nuclear, ou da implantação de quartéis, aeroportos e estradas indispensáveis à defesa nacional. Desde que não contestem a versão moderna dos princípios doutrinários ensinados por Gamelin. E desde que, obviamente, não arrojem seus soldados.

Umberto Eco

O pêndulo de Foucault

Lia salvou-me, pelo menos no momento.

Contara-lhe tudo (ou quase) sobre a visita ao Piemonte, e cada tarde voltava a casa com novas e curiosas notícias para acrescentar ao meu fichário de remissões recíprocas. Ela comentava: "Comê, que você está magro como um palito." Uma noite ela estava sentada junto à escrivaninha, dividira o tufo de cabelo ao meio da frente para me olhar direto nos olhos, tinha posto as mãos no colo como faz uma dona de casa. Nunca se havia sentado assim, afastando as pernas, com a saia esticada de um joelho ao outro. Pensei que era uma pose desleixada. Mas depois observei-lhe o rosto, e pareceu-me mais luminoso, no qual se diluía um colorido tênue. Ouvia-a — mas ainda não sabia por que — com todo o respeito.

"Pim", me disse, "não me agrada o modo como você está vivendo esta história da Manuzio. A princípio você recolhia fatos como quem recolhe conchas. Agora parece que está marcando os números da loto."

"É só porque me divirto mais, com aqueles."

"Não se diverte, se apaixona, o que é diverso. Tenha cuidado pois isso pode deixar você doente."

"Agora não exageremos. No máximo os doentes são eles. A gente não fica maluco por ser enfermeiro do manicômio."

"Isto ainda não foi demonstrado." (...)

"Pim", continuou Lia, "tenho visto o seu fichário, pois sou eu quem o põe em ordem. Tudo o que os seus diabólicos possam descobrir já está aqui, olhe bem", e tocava no ventre, nos lados, nas coxas e na frente. Sentada assim, com as pernas afastadas que esticavam a saia, frontalmente, parecia uma babá sólida e florida, ela sempre tão esguia e flexível — porque uma sabedoria pacata a iluminava com uma autoridade matriarcal.

"Pim, não há arquétipos, o que há é o corpo. Dentro do ventre é bonito, porque é lá que cresce o filho. É lá que você enfia o passarinho todo alegre, e é lá que desce a comida gostosa, e por isso é que são belos e importantes a caverna, as saliências, o cuniculo, o subterrâneo, e até mesmo o labirinto feito com as nossas boas e santas tripas, e quando alguém quer inventar alguma coisa importante faz com que venha dali, porque dali também você veio no dia em que nasceu, e a fertilidade está sempre num buraco, onde alguma coisa primeiro apodrece e depois de repente surge uma tamareira, um baobá. (...) O fogo tem calor e o frio provoca a broncopneumonia, principalmente quando se é um sábio de há quatro mil anos, e por isso o fogo tem misteriosas virtudes, até porque serve para cozinhar o frango. Mas o frio também conserva este mesmo frango e se você põe a mão no fogo causa uma bolha desse tamanho, logo se você está pensando numa coisa conservada há milênios, como a sabedoria, deve imaginá-la num monte, no alto (pois já vimos que é bom), mas numa caverna (que é igualmente boa) e no frio eterno das neves tibetanas (que é ótimo). E se depois quiser saber por que a sabedoria vem do Oriente e não dos Alpes suíços, é porque o corpo de seus antepassados de manhã, quando despertava ainda no escuro, olhava para o leste esperando que surgisse o sol e não chovesse, ora porra."

"Sim, mãezinha."

Desde 1984, quando escreveu "O nome da rosa", o italiano Umberto Eco é reconhecido internacionalmente como um dos mais influentes e importantes romancistas contemporâneos.

Este ano ele lançou "O pêndulo de Foucault", publicado no Brasil pela Editora Record, com tradução de Ivo Barroso. O livro tem por tema as diversas ordens e seitas místicas que se espalharam por toda a Europa desde a Idade Média, e as influências que exercem no pensamento humano até hoje. Sua trama complexa, repleta de citações e às vezes rebuscada mas sempre vibrante e envolvente, prende a ação do leitor desde as primeiras páginas.

Mas a obra é acima de tudo, como declarou o próprio autor, uma crítica ao que ele chamou de "um câncer da razão": a tentativa de explicar a História como o desenrolar inescapável de um roteiro pré-estabelecido, de preferência através de uma grande conspiração.

Casaubon e Belbo, os dois personagens principais, tiveram militância fugaz em episódios como a resistência ao fascismo ou as manifestações estudantis de 1968. Desiludidos com os resultados desta ação, adotaram uma visão absolutamente cética do mundo. Este ceticismo, confessa Casaubon, consiste em "proceder de maneira míope, não arriscar horizontes". Ele e Belbo recusam-se terminantemente a mergulhar fundo na luta pelo conhecimento,

a "acreditar em duas coisas que não estejam juntas, com a idéia de que em alguma parte deve haver uma terceira oculta, que as integra".

Esta visão distorcida do papel indispensável da dúvida os levará ao desastre. Só muito tarde Casaubon irá perceber que quem não crê em nada, quem teme chegar a qualquer explicação de algum modo está condenado a acreditar em tudo; a tomar pelo menos como plausíveis todas as explicações.

Em determinado momento Belbo e ele são levados, por dever profissional, a manter intenso contato com uma vasta literatura esotérica, que trata da existência de um "Plano" para dominar o mundo, concebido há pelo menos seis séculos e que chegará ao desfecho por volta do ano 2000. Pouco a pouco vão envolver-se com ele, dar-lhe crédito e por fim, ofuscados por esta crença, perder toda capacidade de enxergar objetivamente a realidade e a História. A obra de Eco narra precisamente, e com grande maestria, as sucessivas etapas deste embotamento intelectual.

Chama a atenção no livro o papel de pelo menos duas personagens femininas. Amparo, uma brasileira marxista, e especialmente Lia, que vivem com Casaubon em diferentes fases de sua vida, enxergam e tentam evitar sua perdição. O trecho que a Classe publica aqui retrata uma destas tentativas.

(A.M.)

"Claro que sim, meu filhinho. O sol é bom porque faz bem ao corpo, e porque tem o bom senso de reaparecer todos os dias, logo é bom tudo aquilo que retorna, não aquilo que passa e vai e o que se viu se viu. A maneira mais fácil de se voltar ao lugar por onde se passou sem seguir duas vezes pelo mesmo caminho é caminhar em círculo. E como o único animal que se enrola em círculo é a serpente, eis a razão de tantos ritos e cultos da serpente, porque é difícil representar o retorno do sol enrodilhando um hipopótamo. Além disso se você quer fazer uma cerimônia para invocar o sol, convém mover-se em círculo, porque movendo-se em linha reta você se afasta de casa e a cerimônia deve ser brevíssima, e por outro lado o círculo é a estrutura mais cômoda para um rito, e sabem disso até mesmo os engolidores de fogo nas praças públicas, porque em círculos todos vêm da mesma forma quem está no centro, ao passo que numa tribo inteira disposta em fila como um batalhão de soldados, os que estiverem mais longe não verão tão bem, daí porque o círculo e o movimento rotatório e o retorno cíclico são fundamentais em todos os cultos e todos os ritos."

"Sim, mãezinha."

"Claro que sim. E agora passemos aos números mágicos que tanto atraem seus autores. Você sabe que um não é dois, um é o seu trabalhinho ali, uma é a minha tarefazinha lá e um são o nariz e o coração e logo está vendo quanta coisa importante é um. E dois são os olhos, as orelhas, as narinas, meus seios, seus bagos, as pernas, os braços e as nádegas. Três é o mais mágico de todos porque o nosso corpo não o conhece, não temos nada que seja em três, e devia ser um número misteriosíssimo que atribuíamos a Deus, onde quer que vivêssemos. Mas pensando bem, eu tenho só uma coisinha e você tem só um coisinho — fica

força são dez até mesmo os mandamentos, por outro lado se fossem doze, quando o padre diz um, dois, três e mostra os dedos, para chegar aos dois últimos tinha que pedir emprestado a mão do sacristão. Agora toma o corpo e conta todas as coisas que despontam do tronco, braços e pernas, cabeça e pênis são seis, mas para a mulher são sete, por isso me parece que entre os seus autores o número seis nunca foi tomado a sério senão como o dobro de três, porque funciona só para os machos, os quais não têm nada sete, e como eles é que mandam preferem vê-lo como número sagrado, esquecendo-se que também as minhas tetas despontam para fora, mas paciência. (...) E sempre girando em torno consegue-se arrancar todos os números que quisermos, pense nos buracos."

"Nos buracos?"

"Sim, quantos buracos tem o corpo?"

"Bem", comecei a contar. "Olhos, narinas, orelhas, boca, cu, oito."

"Está vendo? Outra região em que o oito é um belo número. Mas eu tenho nove! E com o nono faço vir ao mundo, e eis por que o nove é mais divino que o oito! Mas quer a explicação de outras figuras recorrentes? Quer a anatomia do seu menir, de que os autores falam tanto? Fica em pé de dia e se emplasta de noite — até mesmo o seu coisinho, não me venha dizer o que ele faz de noite, mas o certo é que trabalha direito e depois repousa espalhado. Logo a posição vertical é a vida, e está em relação com o Sol, e os obeliscos erguem-se para o alto como as árvores, enquanto a posição horizontal e a noite são o sono e portanto a morte, daí todos adorarem o menir, as pirâmides, as colunas e ninguém adorar os balcões e as balaustradas. Já ouviu alguma vez falar de um culto arcaico ao balaústre sagrado? Está vendo? E mesmo porque o corpo não nos permite, se adoramos uma pedra vertical, mesmo quando somos muitos todos a vêm, mas se admiramos uma coisa horizontal só a vêm os que estão na primeira fila e os outros ficam se empurrando dizendo também quero, também quero, o que não é um belo espetáculo para cerimônia mágica..."

"Mas os rios?..."

"Os rios não é porque são horizontais, mas porque neles tem água, e não vai querer que explique a relação entre a água e o corpo... Oh, em suma, fomos feitos assim, com este corpo, todos, e por isso elaboramos os mesmos símbolos a milhares de quilômetros de distância e por força tudo se assemelha, e por isso as pessoas com sal na cabeça quando vêm um forninho do alquimista, todo fechado e quente por dentro, pensam na barriga da mãe que fez a criança, e só os seus diabólicos vêm a Madona que está para fazer o menino e pensam que seja uma alusão ao forninho do alquimista. Assim é que passaram milhares de anos a buscar uma mensagem, quando tudo já estava ali, bastava olharem-se no espelho."

"Você diz sempre a verdade. É o meu Eu, que vem a ser o meu Tu visto por Ti. Quero descobrir todos os secretos arquétipos do corpo." Aquela noite inauguramos a expressão "fazer arquétipo" para marcar nossos momentos de ternura.

Enquanto já me entregava ao sono, Lia me tocou no ombro. "Estava me esquecendo", disse ela. "Estou grávida".

